

*OS
nomes
das
ruas
contam
histórias*



salvador - bahia

CTL-268
4082

Câmara
Municipal de
Salvador

NOSSA CIDADE

OS
nomes
das
ruas
contam
histórias

Luiz Eduardo Dórea

apresentação

À primeira vista, esse é um livro descritivo, que conta o porquê de alguns locais da cidade terem os nomes que têm. Mas uma visão mais aguçada mostra que esse livro conta histórias não só de ruas, mas de pessoas e fatos que marcaram presença nesses 450 anos de Salvador. Através dele, a Câmara Municipal deseja levar até você um pouco da história da qual o cidadão soteropolitano, inevitavelmente, faz parte. Afinal, o povo, que sempre esteve nas ruas, está hoje, mais que nunca, fazendo sua própria história.

E a Câmara, que também completa 450 anos, se sente orgulhosa de poder representar um cidadão cada vez mais participativo e consciente de seu papel na sociedade. Ao levantar a bandeira da "Cidadania pra Valer", a Câmara tem a certeza de que esse é um conceito que possui raízes profundas, espalhadas em cada canto da cidade e fincadas na alma de cada baiano. O livro que agora está em suas mãos é mais um instrumento que torna evidente o quanto a história da Câmara se confunde com a história da nossa cidade.

Gilberto José

Presidente da Câmara de Vereadores de Salvador





ADVERTÊNCIA

*"Pelo que devo ser
desculpado das faltas
que aqui me podem notar:
digo dos discretos, que com
sam zelo o costumão fazer,
que dos idiotas e mal dizentes
nam hey de escapar, pois está
certo nam perdoarem a
ninguém".*

Pero de Magalhães Gandavo
Escritor português do Século XVI
[Viveu alguns anos no Brasil]

*"E não se faz aqui particular
menção das outras ruas da
cidade, porque são muitas, e
fôra nunca acabar querê-las
particularizar".*

Gabriel Soares de Sousa
Tratado Descritivo do Brasil em 1587

*"As ruas é que punham
outrora a si próprias os seus
nomes".*

Afrânio Peixoto (O Nome das
Ruas - In: Miçangas)

rua chile

câmara municipal de salvador

Mesa Diretora da Câmara

Gilberto José - Presidente
Beto Gaban - Vice-Presidente
Silvoney Sales - 2º Vice-Presidente
Emmerson José - 1º Secretário
Domingos Bonifácio - 2º Secretário
Valdenor Cardoso - 3º Secretário

Vereadores da Câmara Municipal de Salvador

Alcindo Anunciação
Alexandre Madureira
Alfredo Mangueira
Alvaro Martins
Antônio Lima
Carlos Alberto Batista Neves
Carlos Henrique Ramos
Castello Branco
Cristóvão Ferreira Júnior
Daniel Almeida
Davi Ornelas
Décio Sant'Anna
Dionísio Juvenal
Eliel Santana - Eleito Deputado Estadual
Fernando Duarte
Geraldo Ferreira
Javier Alfaya
João Carlos Bacelar
José Raimundo
Jorge Jambeiro
Josnel Barreto
Juca Ferreira
Luiz Bassuma - Eleito Deputado Estadual
Luís Maia
Maurício Trindade
Miguel Kertzman
Odiosvaldo Vigas
Osório Villas Boas (*in memoriam*)
Paulo da Anunciação
Pedro Godinho
Pedro Souza
Rosa Rodrigues - Eleita Deputada Estadual
Tadeu Fernandes - Eleito Deputado Estadual
Zezéu Ribeiro
Zilton Rocha - Eleito Deputado Estadual



ladeira da montanha (vendo se ao fundo o elevador lacerda)

ÍNDICE

I Parte

APRESENTAÇÃO

ADVERTÊNCIA

ILUSTRAÇÕES

CONVENÇÕES

LOGRADOUROS

AVENIDAS

Antonio Carlos Magalhães

Bonocô

Dendezeiros

Dorival Caymmi

Jequitaia

Joana Angélica

Jorge Amado

Ogunjá

Paralela

Sete de Setembro

Suburbana

Vale [de]

BAIRROS

Barbalho

Beiru

Bonfim-

Brotas

Calçada

Carmo

Desterro

Fazenda Garcia

Itapagipe

Itapuã

Passo

Piatã

Pituba

Tororó

São Pedro

BAIXAS

Bonfim -

Quintas

Sapateiros

BECOS

Agonia

Água de Gasto

Barbeiros

Calafates

Maria Paz

Mingau

Xegais

BELVEDERES

Bonfim -

Sé

CAMINHOS

Areia [de]

Vila Velha [da]

ESTRADAS

Brotas

Coco

Farol da Barra

Farol de Itapuã

Liberdade

Linha Verde

Rainha

São Lázaro

LADEIRAS

Acupe

Aflitos

Água Brusca

Baluarte

Barra

Barris

Barroquinha

Boqueirão

Conceição da Praia

Desterro

Ferrão

Fonte Nova

Funil

Galés

Gameleira

Hortas

Lenha

Misericórdia
 Montanha
 Ordem Terceira de São Francisco
 Palma
 Perdões
 Preguiça
 Pau da Bandeira

LARGOS

Aflitos [dos]
 Barroquinha
 Boa Vista
 Calçada
 Campo Grande [Av. 7]
 Campo da Pólvora
 Cruz do Pascoal
 Desterro
 Dois de Julho
 Dois Leões
 Farol da Barra [Av. 7]
 Graça
 Madragoa
 Mariquita
 Mouraria
 Palma
 Papagaio
 Pelourinho
 Quitandinha do Capim
 Roma
 Santo Antônio da Barra [Av. 7]
 São Bento [Av. 7]
 São Pedro [Av. 7]
 São Pedro, Relógio [Av. 7]
 São Raimundo
 Sete Portas
 Tainheiro
 Tanque
 Terreiro de Jesus
 Vitória [Av. 7]

PONTAS

Humaitá
 Monte Serrat
 Padrão

PORTOS & CAIS

Barra [da]

PRAÇAS

Castro Alves
 Dodô e Osmar
 Guadalupe
 Municipal
 Palácio
 Piedade [Av. 7]
 Sé
 Veteranos

PRAIAS

Água de Meninos
 Amaralina
 Armação
 Itapuã
 Piatã
 Pituba
 Placaford

RUAS

Açouguinho
 Adobes
 Ajuda
 Ajuda, por Detrás da
 Algibebes
 Alvo
 Areal de Baixo
 Areal de Cima
 Bacalhau
 Banco dos Ingleses
 Bângala
 Berquó
 Bispo
 Boa Vista de Brotas
 Cabeça
 Cadeia, por Detrás da
 Canela, Bom Gosto do
 Capelinha do Tororó
 Capitães
 Carlos Gomes
 Chile
 Coqueiros
 Corpo Santo
 Cova da Onça
 Curiaxito
 Curva Grande
 Dendezeiros

Direita da Piedade
 Direita de Santo Antônio
 Estaleiros
 Faísca
 Ferraro
 Forca
 Gamboa de Baixo
 Gamboa de Cima
 Gatos
 Gregório de Matos
 Guindaste dos Padres
 Jaqueira
 Maciel de Baixo
 Maciel de Cima
 Mangueira
 Marchantes
 Matança
 Mercês [Av. 7]
 Mesquita dos Barris
 Mesquita do Tororó
 Misericórdia
 Monte Conselho
 Moinho
 Noviciado
 Oração
 Ossos
 Ourives
 Paciência
 Pão de Ló
 Paraíso
 Pedreiras
 Pilar
 Pitangueiras
 Poço
 Politeama
 Portão da Piedade
 Portão do Carmo
 Quintas dos Lázaros
 Rosário [Av. 7]
 Ruy Barbosa
 Saldanha
 Sangradouro
 São Bento [Av. 7]
 São Raimundo
 Sete Pecados Mortais
 Soares

Sodré
 Tamarineiros da Penha
 Taboão
 Tesouro
 Tijolo
 Tira Chapéu
 Trilho
 Vala
 Vassouras

SOLAR

Unhão

TRAVESSAS

Ajuda
 Gabriel Soares
 Mata Maroto

TÚNEL

Américo Simas

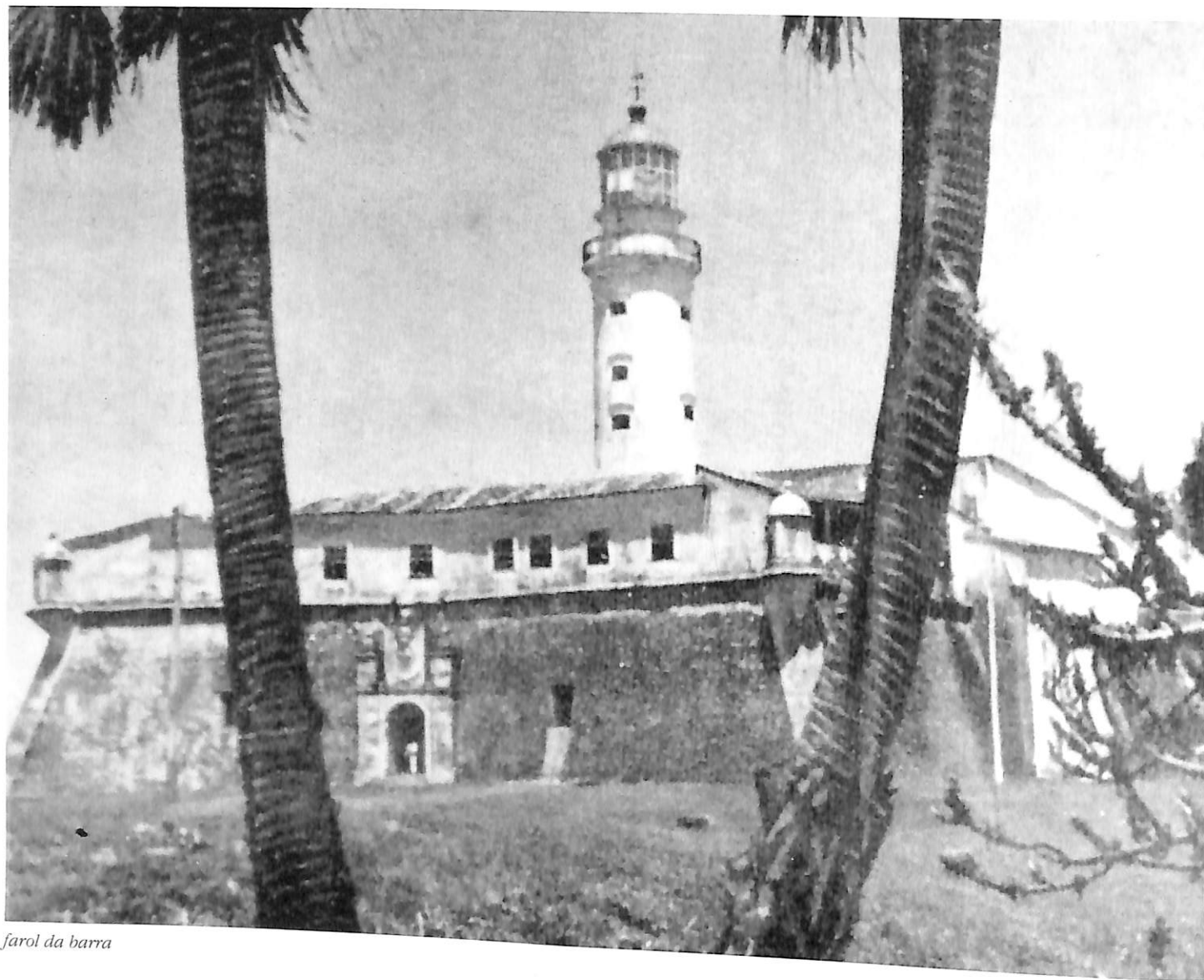
VIADUTO

Raul Seixas

II PARTE

APÊNDICE

Os Nomes Bahia e Salvador
 Salvador: Um Perfil Quinhentista
 Ordenamento Medieval
 Ladeiras e Elevadores
 (os caminhos entre a praia e a Praça)
 O Comércio já foi assim
 Legislação
 Histórico
 Lei nº 3073
 Ruas com nomes de Santos
 Flora e Fauna nos Nomes das Ruas
 Cronologia do Dique do Tororó
 Farol de Itapuã e Lagoa do Abaeté
 A Lavagem do Bonfim
 Hinos do Senhor do Bonfim
 Glossário
 Agradecimentos
 Bibliografia



farol da barra

convenções

No que pese o estrito rigor da pesquisa histórica em que é baseado o texto, foi evitado ao máximo dar-lhe aquele "peso" comum a livro desse tipo. Para tanto, além do Glossário, foram incluídas umas poucas convenções, destinadas a evitar uma constante repetição das informações. Dessa forma, o leitor deverá observar que todos os nomes próprios, sobrenomes de família ou apelidos que deram origem ao batismo de um logradouro, aparecem grafados em itálico no texto que "conta a sua história".

Exemplo:

SOLAR DO UNHÃO - O solar onde atualmente funcionam um restaurante e o Museu de Arte Moderna, foi residência, em 1692, do provedor-mor dos defuntos, desembargador Pedro de Unhão Castelo Branco, e pelo seu curioso sobrenome é ainda hoje conhecido o imóvel e toda a área no seu entorno.

As outras convenções usadas são as seguintes:

[d] = Topônimo desaparecido.

[dd] = Topônimo e logradouro desaparecidos.

[g] = O significado do termo pode ser encontrado no Glossário.

[t] = Topônimo existente na relação dos logradouros, observada a sua classificação própria.

[ts] = Indica batismo de origem indígena, cuja origem e etimologia são explicadas por Teodoro Sampaio, no seu livro *O Tupi na Geografia Nacional (3ª Edição, 1928)*

Foi utilizada apenas uma abreviatura clássica - q.v. [queira ver] - grafada em itálico, para remeter o leitor ao texto que "conta a história" do logradouro que aparece antecedido por ela.

logradouros

Conforme dados registrados no Cadastro Técnico do Município de Salvador, elaborado pela Conder, a cidade possui, hoje, 7.813 ruas, 3.927 travessas, 1.079 caminhos, 834 avenidas, 125 ladeiras, 110 praças e 62 largos. Mas estes números não são (nem poderiam ser) definitivos, num aglomerado urbano em pleno processo de um crescimento que, ao longo dos últimos 450 anos, nem sempre se fez de forma ordenada.

Ao lado daqueles acima quantificados, existem ainda outros tipos oficiais de logradouros (q.v. Lei Nº 3073 - In: Parte II), a exemplo de becos, alamedas, altos, escadarias, estradas, parques, etc. Os topônimos [g] relacionados a seguir - em ordem alfabética de espécie e batismo - têm uma história a contar. Em alguns casos, esta história remonta ao tempo em que a cidade tinha apenas duas praças e não mais que uma dúzia de ruas. Vejamos:



praça castro alves





igreja e convento do carmo

avenidas

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Com suas pistas de 10,50 m de largura e 6.400 metros de extensão, a Avenida Antonio Carlos Magalhães se destaca no conjunto das importantes vias de tráfego que ocupam os antigos vales de Salvador, pelo detalhe curioso de ser a única delas que não é conhecida – a exemplo das demais – por nenhum batismo de origem popular.

Seu percurso, que atravessa toda a área mais nova da cidade, começa na altura da Rua Pernambuco, no Bairro da Pituba, passando pelo Iguatemi, Estação Rodoviária e terminando na rotatória da Avenida Barros Reis. Em todo este trajeto ela é a Avenida Antonio Carlos Magalhães.

Neste caso singular, o batismo oficial desse corredor de grande circulação de tráfego e ainda maior importância para o sistema viário da cidade, coincide com o nome usado como endereço certo pela população, numa homenagem da Bahia àquele que tem sido o meu maior representante político ao longo das últimas décadas. *q.v.* Avenidas de Vale.

BONOCÔ [Vale do]

A origem deste batismo é explicada pelo professor Waldeloir Rêgo, em texto publicado no livro *Iconografia dos Deuses Africanos no Candomblé da Bahia*, onde se lê: “Em outro ponto da cidade onde existe uma baixada chamada *Baixa do Bonocô*, antes *Gunocô*, que é uma corruptela de *Igunnukô*, os negros se reuniam à noite para fazerem o ritual de *Baba Igunnukô*, em volta de uma árvore sacralizada, distribuído *egbó* (milho branco cozido) enquanto dava meia-noite, quando *Baba Igunnukô* aparecia. Os fiéis que desejassem fazer consulta, tomavam de uma terrina branca, *ekô* (acaçá), vela e dinheiro e pediam o que queriam, para quando *Baba Igunnukô* chegasse responder as consultas feitas, de acordo com as terrinas que encontrava ao pé da árvore. Ao som de cânticos e toques, *Baba Igunnukô*

dançava de um lado para o outro e quando avançava em direção contrária à área do ritual, traziam-no de volta, sempre dizendo *Essó, essó Baba* (calma, calma, pai)". Foi a partir dessa pequena área de culto afro que teve origem o nome que serve como batismo a todo o Vale do Bonocô. *q.v.* Ogunjá e Avenidas de Vale.

CONTORNO [do]

Desde que foi aberta ao tráfego (1962) tem sido a principal via de ligação entre as Cidades Alta e Baixa, constituindo-se numa das mais importantes obras do sistema viário de Salvador. O seu batismo tem origem no traçado original das suas pistas, que sofreu diversas modificações ao deixar as pranchetas e passar à fase de execução.

Inicialmente ela deveria ser um prolongamento da Avenida Beira Mar, que começa na Ribeira, mas ao chegar no trecho de Água de Meninos [t] e Feira de São Joaquim, afastou-se do oceano e ocupou parte dos terrenos do primeiro edifício sede da Petrobrás, atrasando o cronograma das obras.

Posteriormente, ao atingir as proximidades da Gamboa [t], ela deveria seguir por trás dos terrenos do Corredor da Vitória, cortando inclusive parte do local onde se encontra o Yatch Clube da Bahia. Pressões as mais diversas fizeram com que o traçado fosse modificado outra vez, seguindo pelo Vale do Canela, como hoje a conhecemos. O fato é que o batismo, que ficou restrito ao trecho entre o 2º Distrito Naval na Cidade Baixa e o início do Vale Universitário, decorre do traçado característico das suas pistas. Estas se acham encravadas no espaço criado por obras de engenharia executadas entre as encostas e o mar, sobranceiras a este, "contornando" a área principal da cidade, cujo acesso àquela época era feito ainda através de "velhas ladeiras, elevadores e planos inclinados". *q.v.* Avenidas de Vale.

DENDEZEIROS DO BONFIM

J. F. da Silva Lima, em trabalho datado de 1912 e produzido para a Companhia das Obras do Porto, justifica o batismo: "...pela existência de muitas palmeiras dessa espécie [*dendezeiros*], plantadas em toda a extensão..." Em outro parágrafo do mesmo texto, ele escreve que teve a oportunidade de ver "fotografia do ano de 1848, mostrando em toda a pompa luxuriante a exuberância daquela alameda de dendezeiros".

DORIVAL CAYMMI

É batismo recente, mas a história daquele que é o maior cantor dos encantos da Bahia justifica a sua presença. Liga o trecho final da Orla Marítima, próximo à Sereia, à Primeira Rótula do Aeroporto. A pista dupla, dividida por um canteiro central, tem 3,8 km de extensão. "Aqui [em Itapuã] bebi na grande fonte de inspiração e sabedoria. Eu sou o reflexo de vocês do povo. Este é meu lugar e aqui mora meu coração". Estas palavras são do cantor e compositor Dorival Caymmi, na inauguração desta via que leva o seu nome e foi entregue ao tráfego em janeiro de 1985. *Itapuã*.

JEQUITAIA

Por esta extensa via, que hoje conhecemos com o status de avenida, passava um dos três diferentes - e precários - caminhos que, no início da época colonial, levavam até Itapagipe [t] e a Ribeira [t]. Um deles, conforme é descrito em documentos históricos, passava "pela praia chamada da *Jequitaia* até a Ponta do Monserrat [t]". É batismo de origem indígena, significando em Tupi (*yiquitái*) "a formiga urente" [g] que é um tipo de *formiga pequena e de cor avermelhada*, cuja presença deveria ser maciça por toda aquela área. [ts]



JOANA ANGÉLICA

Registra o professor Antônio Figueiredo, no seu livreto *Três Histórias Verdadeiras*, que "na Bahia, os portugueses comandados pelo general Luís Inácio Madeira de Melo, saqueando as casas comerciais, espalhavam o terror, a depravação, a morte. Cegados pelo ódio e animalizados pela bebida, matavam sem motivo pelas ruas, invadindo lares e profanando os templos religiosos".

Foi com esse espírito que, dia 19 de fevereiro de 1823, após confronto com as tropas brasileiras das quais saíram vitoriosos, "os soldados e marujos portugueses se espalharam pela cidade, se embriagaram e cometeram muitos excessos. Atacaram casas particulares insultando os brasileiros e as famílias, vencedores naquele dia, arrombaram o cofre do batalhão de infantaria, espedaçaram o que havia no quartel, como livros, utensílios, etc., e passaram às ruas, assaltando a todas as pessoas, ferindo-as e insultando-as, invadiram o convento da Lapa, obrigando as freiras a lhes abrirem a porta, ali mataram a abadessa, sóror Joana Angélica, a qual havia acudido ao tumulto, e espancaram brutalmente o capelão, que era um padre idoso chamado Daniel da Silva Lisboa. Batido a coices d'arma foi lançado ao chão e deixado por morto". Eis aí a história - resumida - do episódio envolvendo a religiosa que, hoje, dá nome àquela avenida. De referência ao convento e igreja onde ela vivia, sabe-se que a autorização real para construir o primeiro edifício deste conjunto arquitetônico ainda hoje grandioso, foi solicitada no ano de 1733, por João de Miranda Ribeiro e Manoel Antunes Lima, com a justificativa de que o Convento do Desterro não mais podia abrigar todas as religiosas franciscanas. A licença foi concedida no ano seguinte, tendo as obras demorado dez anos e a inauguração do convento ocorrido em 07 de dezembro de 1744.

Os demais trabalhos estenderam-se ainda por mais de

40 anos, pois só em 1785 chegam de Lisboa os azulejos brancos para o coroamento da torre, que naquele ano ainda se encontrava sendo construída. Localiza-se o convento, a igreja, a casa do capelão e a roça na cumeada da segunda linha de colinas da primitiva área de Salvador, em local onde existiam antigas trincheiras. Estas foram descobertas (1751) durante a preparação do terreno para construção da igreja e destruídas por serem consideradas "inúteis" em parecer do sargento-mor Manoel Cardoso de Saldanha, datado de 1752. *Centro*.

JORGE AMADO

Ligando a Avenida Paralela [t] à Orla Marítima, através do Bairro Imbuí. Foi inaugurada pelo governador João Durval Carneiro, em 03 de janeiro de 1986. O escritor Jorge Amado nasceu em Pirangi (Bahia), em 1912. Estudou Direito e trabalhou na imprensa, mudando-se para o Rio de Janeiro em 1931, quando e onde se tornou conhecido pelo seu romance *O País do Carnaval*. A fama veio com os trabalhos seguintes, *Cacau* (1933) e *Suor* (1934). A partir de Jubiabá (1935), o seu estilo se alia cada vez mais à poesia, que se destaca em *Mar Morto* (1936). Em 1942 aparece o livro que muitos consideram sua obra-prima: *Terras do Sem-Fim*. Publica *Seara Vermelha* (1946), quando abandona as regiões prediletas da sua imaginação - a Cidade do Salvador e a zona cacaueteira de Ilhéus - e *Os Subterrâneos da Liberdade*, em 1952.

Gabriela, Cravo e Canela é datado de 1958 e o tom ameno da narrativa, aliado a uma segurança de composição que se reflete na humanidade dos personagens, lhe asseguram o maior êxito editorial da literatura brasileira, repercutindo imediatamente no exterior. Esta nova fase é confirmada, em 1961, quando publica duas novelas longas em *Os Velhos Marinheiros*. Seguem-se *Os Pastores da Noite*, 1964; *Dona Flor e seus Dois Maridos*, 1967.

Ao lado de suas obras mais recentes, a maior parte desses livros ainda pode ser encontrada à venda. Militante de esquerda, participou do movimento de frente popular da Aliança Nacional Libertadora (1935) e foi detido em 1936 -37. De 41 a 43 morou em Buenos Aires, onde publicou a biografia de Prestes, e em 1945 foi eleito, em São Paulo, deputado federal. Em 1947 deixou novamente o país por alguns anos, morando na França, na União Soviética e nas Democracias Populares. Por essa altura já se tornara conhecido em todo o mundo, e os seus livros estão hoje traduzidos em dezenas de idiomas. Obteve o Prêmio Stalin de Literatura. É membro da Academia Brasileira de Letras.

OGUNJÁ [Vale do]

É também no trabalho do professor Waldeloir Rêgo que vamos encontrar a origem deste outro topônimo de origem africana. Ele explica em seu texto que, nos limites do Vale do Bonocô, “surgiram vários terreiros, como o *Ilê Ogun Já*, fundado e dirigido pelo famoso babalorixá Procópio Xavier de Souza, nascido filho de Oxalá, que depois entregou a cabeça de seu filho a *Ogun Ja*. Com o desenvolvimento urbano da cidade, esse Ilê Ogun Ja emprestou sua denominação a toda a área em frente, atualmente chamada Vale do Ogun Já”. A grafia popular do nome uniu os dois termos em *Ogunjá*.

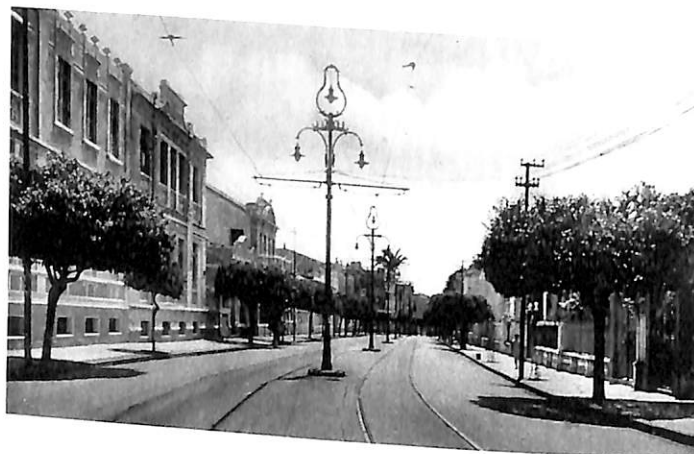
PARALELA

Tem este nome pela circunstância de o seu traçado correr *em paralelo* à Avenida Oceânica (oficialmente Otávio Mangabeira). Suas pistas, duplas e separadas por um canteiro central, atravessam uma “região outrora apontada como um santuário ecológico”, pois a área era ocupada por fazendas, rica vegetação, rios e lagoas, que abrigavam diversas espécies de animais.

Foi construída em 1971 como consequência da expansão urbana de Salvador. Mede 16 km de extensão. As pistas no sentido Rodoviária - Aeroporto - Rodoviária, facilitaram o deslocamento no rumo norte da cidade. Com isso, transferiu-se para aquela direção o eixo de crescimento da malha urbana, confirmado logo em seguida pela implantação do Centro Administrativo da Bahia, a partir de meados de 1972. Ao longo desse processo, surgiram novos bairros, edifícios e postos de combustíveis, aconteceram aterros de lagoas, corte e retirada de terras, que mudaram a paisagem, dando origem ao aparecimento de um novo centro comercial e urbano para Salvador. *q.v.* Avenidas de Vale.

SETE DE SETEMBRO

É a principal - e mais extensa - via localizada na área central e a mais antiga de Salvador. Começa na Ladeira de São Bento e termina no Farol da Barra. No caminho, ela vai se fracionando por força dos vários outros batismos que recebe, oriundos da presença, ao longo do seu percurso, de diversos edifícios religiosos e sítios históricos. Assim é que, observada no sentido da Praça Castro Alves [t] para o Bairro da Barra, a “Avenida Sete”, como é



popularmente chamada, está dividida nos seguintes trechos: Ladeira de São Bento [t] - Largo de São Bento [t] - Largo do Relógio de São Pedro [t] - Rua do Rosário [t] - Rua das Mercês [t] - Largo do Campo Grande [t] - Corredor da Vitória [t] - Ladeira da Barra [t] - Largo do Farol da Barra [t]. A origem dos nomes desses trechos está explicada nos logradouros correspondentes, listados aqui de acordo com a categoria onde individualmente se enquadram.

Cada um desses topônimos é ponto de referência e endereço certo. O batismo principal e que engloba todos os demais dispensa maiores explicações por ser a data da Independência do Brasil. O ato que criou oficialmente a Avenida Sete de Setembro foi a Lei Nº 101, de 25 de novembro de 1932. *Centro*.

SUBURBANA

É batismo popular, pois esta via foi aberta ao longo da linha de subúrbios de Salvador, anteriormente servida pelos trens da Rede Ferroviária Federal Leste Brasileiro. Chegava-se aos subúrbios, também, partindo-se do Cais da Ribeira, em travessias que eram feitas em pequenas canoas ou lanchas, algumas movidas a motor. Oficialmente é a Avenida Afrânio Peixoto *q.v.* Avenidas de Vale.

VALE [de]

A partir da segunda metade deste século - mais precisamente nos anos 60 e 70 - o explosivo crescimento urbano de Salvador impôs o aproveitamento dos vales como vias de tráfego. A partir daquele período, foram implantadas na malha viária da cidade as Avenidas Afrânio Peixoto, Antonio Carlos Magalhães, Presidente Castelo Branco, Presidente Tancredo Neves, General Graça Lessa, Governador Luiz Viana Filho, Engenheiro Mário Leal Ferreira, Presidente Costa e Silva, para citar apenas aquelas de maior volume

de tráfego. O objetivo era desafogar a circulação de veículos numa cidade sufocada por um crescimento desordenado.

Mas, deixando de lado os aspectos urbanísticos desta expansão e buscando-se conhecer os batismos desse modernos logradouros, constata-se que, em que pese estarem nomeadas em homenagem a alguns dos personagens mais ilustres da história da Bahia e do Brasil, todas elas, à exceção de uma, são conhecidas pelo povo por nomes diversos daqueles que lhes foram oficialmente colocados. Assim é que, conforme pode ser observado no quadro ao lado:

NOME EM USO

Avenida Suburbana
Vale de Nazaré
Avenida Contorno
Vale do Canela
Estrada do Jockey
Avenida Paralela
Vale do Bonocô
Ogunjá

NOME OFICIAL

Avenida Afrânio Peixoto
Av. Presidente Castelo Branco
Rua Lafayette Coutinho
Avenida Reitor Miguel Calmon
Avenida Tancredo Neves
Av. Luiz Viana Filho
Av. Mário Leal Ferreira
Av. Coronel Graça Lessa



avenida oceânica

bairros

BARBALHO [do]

O bairro está localizado em terras que pertenceram a Luiz *Barbalho* Bezerra, de onde lhe vem o batismo.

BEIRU [do]

Conforme se lê na *Iconografia* do professor Waldeloir Rêgo “na localidade secularmente conhecida por Campo Seco, ainda hoje com muitos cultos afro-brasileiros, existe uma rua chamada Beru, corruptela da GBeru, nome próprio personativo, inclusive de um dos reis do Oyo. É muito comum ao povo (negro) guardar na memória os reis das regiões de onde procederam seus antepassados, sobretudo se esses reis foram divindades”. Beiru - com a intercalação da vogal *i* - é corruptela popular. Oficialmente é o Bairro Tancredo Neves.

BONFIM

Os pequenos agricultores que cultivavam suas hortas em Setúbal, antiga cidade portuguesa, distante trinta quilômetros de Lisboa, foram os fundadores do culto à imagem do Salvador, sob a invocação de Senhor do Bonfim, na Ermida do Anjo da Guarda. Esta havia sido construída entre 1669 e 1670 pelo licenciado em teologia, padre Diogo Mendes, natural de Castela e Pároco da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Setúbal. É, portanto, a partir dos últimos anos do século XVII que se venera com a maior devoção o Senhor Bom Jesus do Bonfim, representado na imagem de Cristo crucificado.

A crença e tradição popular portuguesas registram que a imagem do Senhor do Bonfim entronizada na Ermida de Setúbal fora encontrada por uma mulher entre pedaços de madeira que vieram ter à praia, provavelmente restos de algum navio naufragado.

Abrigando esta imagem, que ganhou fama de milagrosa, a Ermida do Anjo da Guarda passaria mais tarde a denominar-se Igreja do Senhor do Bonfim de Setúbal. Como veremos em seguida, a devoção ao Senhor do Bonfim, na Bahia, está diretamente relacionada com aquela existente em Setúbal.

A Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim, na Bahia, data de meados do Século XVIII e, ao contrário do que se lê em folhetos populares e até mesmo alguns livros de historiadores conhecidos, não teve como seu fundador o Capitão-de-Mar-e-Guerra, Teodózio Rodrigues de Faria, da Marinha Portuguesa, um devoto fervoroso do Senhor do Bonfim, muito venerado em Setúbal. Como registra Carlos Ott “até hoje há pessoas que querem atribuir a Teodózio Rodrigues de Faria a construção da Igreja do Bonfim, apesar de eu ter provado que ele apenas começou a se interessar por suas obras quando se fez o seu primeiro (não o atual) altar-mor, pois ele era carpinteiro de profissão e como tal entrou na Marinha Portuguesa, subindo aos poucos até chegar a ser comandante de uma nau na Índia, cargo em que se aposentou em fins de 1744”.

Ainda segundo Carlos Ott: “O seu merecimento foi ter trazido de Portugal a imagem do Senhor do Bonfim, em 1745, uma cópia do crucifixo considerado milagroso existente numa capela nas vizinhanças de Setúbal, colocando-a na Igreja da Penha. Mas ele não tomou parte ativa na fundação da Irmandade do Senhor do Bonfim, pois na lista de nomes dos Mesários que, entre 1745 e 1746, reuniram o capital necessário para a construção da caixa da Igreja do Bonfim, não consta o de Teodózio Rodrigues de Faria”. Por fim, ele explica que se poderia “dizer que ele não fazia parte da Irmandade porque morava na Cidade do Salvador, num tempo em que ainda não havia ruas para o Bonfim, usando-se apenas o caminho marítimo. Entretanto, a maior parte dos outros

Mesários também morava na cidade e fazia suas reuniões freqüentemente aí e não no Bonfim”.

Restabelecida aqui a verdade histórica, apurada graças aos estudos de Carlos Ott, podemos falar sobre a imagem, cópia daquela de Setúbal, esculpida em cedro, medindo um metro e dez centímetros de altura e que, em 18 de abril de 1745, foi exposta à veneração dos fiéis na capela de Nossa Senhora da Penha de França de Itapagipe de Baixo, então filiada à Paróquia de Santo Antônio Além do Carmo. Aumentando a partir daí a devoção ao Senhor do Bonfim, reuniram-se as pessoas interessadas na fundação de uma irmandade e na construção da igreja onde esta ficaria sediada.

A igreja iria ocupar área privilegiada, no alto da colina, a cavaleiro da península de Itapagipe, de onde se descortina ampla vista da cidade. O local escolhido é chamado, hoje, Alto do Bonfim ou Colina Sagrada. Nove anos passados, estando concluídas as obras internas da capela, em 24 de junho de 1754, dia em que a Igreja celebra a festa de São João, a imagem foi transladada da capela da Penha para a sua própria, em grande e imponente procissão. Este detalhe fez com que, nos primeiros tempos, a devoção ao Senhor do Bonfim fosse festejada no mês de junho, coincidindo com a de São João (1), quando grandes fogueiras eram armadas pelo devotos, na praça em frente à igreja.

Era Arcebispo o defensor dos Jesuítas e criador da Freguesia a Penha, dom José Botelho de Matos. Nesta mesma ocasião foi entronizada, no nicho do altar-mor, a imagem de Maria Santíssima, sob a invocação de Nossa Senhora da Guia. Esta imagem esculpida em madeira mede 95 centímetros e foi doada, também, por Teodózio Rodrigues de Faria. A arquitetura da capela obedecia ao comum das igrejas portuguesas dos séculos XVII e XVIII, e muito adotada nas construções dessa natureza das colônias de Portugal.

Ainda hoje no Adro do Bonfim, ajardinado e arborizado com oitizeiros e palmeiras centenárias, formando um pequeno conjunto de imóveis alinhados ao lado direito da igreja e em frente a ela e após o largo aí existente, vemos umas casas caiadas de branco, com janelas e portas na cor verde. São as Casas dos Romeiros, que nos primeiros tempos da devoção eram destinadas ao abrigo dos devotos vindos de muito longe e que não podiam voltar aos seus lugares de origem no mesmo dia.

No centro do largo, um pouco abaixo do tradicional Mastro de São Gonçalo, ergue-se o chafariz. Primoroso monumento mandado vir da Itália por José Eduardo Freire de Carvalho (tesoureiro), todo de mármore branco encimado pela estátua do Salvador, esculpida em mármore de Carrara. Foi a primeira estátua do Salvador erguida em praça pública em terras de Santa Cruz, no ano de 1863. A estátua tem um metro e cinquenta centímetros de altura, representa Jesus Cristo abraçado com a Cruz, trazendo na mão esquerda uma corrente despedaçada e com o indicador da mão direita apontando para o céu. Está apoiada sobre um hemisfério e pisa com o pé esquerdo uma serpente.

A Cruz representa a Fé e a Salvação, a corrente partida é a Redenção da Humanidade e sua libertação do pecado. O indicador apontando para o céu, diz que há um só Deus. O pé pisando a serpente define o triunfo sobre o pecado. Esta estátua é muito expressiva e verdadeiramente simbólica. O pedestal da estátua se compõe de uma coluna cilíndrica com quatro cabeças de anjos alados, de cujas bocas jorra água. Seguem-se duas ordens de bacias em forma de conchas; a superior tem quatro conchas menores que as quatro que ficam abaixo e nas quais derramam a água que recebem da boca dos anjos. As conchas maiores despejam a água em uma grande bacia ou tanque, também de mármore, que constitui a parte inferior do chafariz. Este era, nos

seus primeiros tempos, cercado por um gradil de ferro, que durante muitos anos foi retirado, sendo que, recentemente, uma proteção semelhante foi outra vez colocada. A Igreja está também protegida por um gradil de ferro, este ainda original, que é obra do ferreiro Feliciano Torres (1863), dádiva do português José Pinto Rodrigues. São quatro os sinos da Igreja do Bonfim (1813): externamente pode ser visto o “Grande”, à frente, o “Meião” na lateral esquerda e do lado de dentro, o “Pequeno”, à direita, e “Tim-tim” ao fundo. No interior do templo existe uma Sala dos Milagres, em cuja porta está a inscrição: “*Venite et videte opera Domini, quae possuit prodigia super terram*” (Vinde e admirai as maravilhas do Senhor Jesus do Bonfim, tão visíveis sobre a terra). Nela são guardados em exposição permanente os ex-votos [g], peças em cera, quadros pintados a óleo, aquarelas e fotografias. No mesmo plano existe um local apropriado para acender velas e a partir de uma grande porta em madeira de lei, obra muito antiga, em forma de balaústre, está o Museu de Ex-Votos, idéia do Tesoureiro da Devoção, Rubem Freire de Carvalho Tourinho, colaboração do veterano Zelador da Igreja, José Régis, e Carlos Freire Lopes, membro da Devoção.

Aprovado pelo então Reitor da Basílica [g], Monsenhor Lourival Pinho e todos os membros da Devoção, foi inaugurado solenemente, no dia 12 de janeiro de 1975, pelo Cardeal Arcebispo Dom Avelar Brandão Vilela. O acervo é constituído, na sua maioria, de pequenos ex-votos, cujo valor real não é o monetário, porém, o estimativo. Graças a minúcias, ele deve ser cautelosamente observado. Há coisinhas, insignificantes para muitos, se vistas sem profundidade, mas de valor inestimável para quem as ofertou no cumprimento das promessas. São medalhas, correntes, crucifixos, castiçais, partes do corpo humano em ouro, prata, cera e madeira, quadros

a óleo, fotografias, taças, instrumentos, relógios, indumentárias, a Cruz do Pagador de Promessa, até o ex-voto negro, que foi depositado ali pelo escravo Amaro, cada qual com uma história ou origem registrada ou não. *q.v.* Lavagem do Bonfim (In: Parte II)

(1) Atualmente a devoção ao Senhor do Bonfim é festa móvel comemorada com uma novena celebrada no mês de janeiro, com o dia do encerramento correspondendo ao segundo domingo após a Festa de Reis (fixa: 6 de janeiro). A Quinta-feira da Lavagem, que corresponde ao dia maior do lado profano da festa, é sempre aquela que antecede ao domingo do encerramento da novena.

BROTAS

Inicialmente existiu como o povoado de São Paulo, posteriormente foi uma freguesia católica, cuja sede era uma pequena igreja sob a invocação do nome daquele apóstolo. Sua localização está assinalada por um cruzeiro de ferro fixado sobre um pedestal, na área hoje conhecida como Cruz da Redenção.

A Igreja de São Paulo foi substituída pela atual matriz, erguida em 1772. Anteriormente, em 1718, o Arcebispo Monteiro da Vide havia elevado a região à condição de freguesia, já sob a invocação de Nossa Senhora das Grotas (assim mesmo, com G).

Registra a história que, pouco abaixo do local onde foi erguida a nova matriz, morava um homem cuja subsistência era assegurada pelo leite que tirava de uma vaca de sua propriedade. Um certo dia, ele teria encontrado o animal “metido num lameiro e antes de qualquer socorro, invocou a Virgem, que lhe apareceu tendo nos braços o Menino Jesus”.

Registrado o “milagre”, ainda hoje pode ser vista pelos que vão à Matriz de Brotas, aos pés da padroeira, a figura de um homem em atitude de súplica, tendo uma vaca ao seu lado. O nome do bairro, como ocorre em incontáveis outros batismos populares de logradouros na Bahia, vem da corruptela popular de uma palavra: no caso Brotas por Grotas.

Dentro dos seus limites existem denominações curiosas, tais como *Acupe e Matatu* [de Brotas], palavras de origem tupi que significam, respectivamente, *no lugar quente ou no calor; e a mata escura ou a floresta negra* [ts].

CALÇADA (DO BONFIM) [da]

Registra J. F. da Silva Lima, em trabalho datado de 1912 e produzido para a Companhia das Obras do Porto, com o objetivo de realizar nova sondagem das águas da Baía de Todos os Santos, confrontando-a com aquela feita pelos holandeses em 1624, que: “...em 1638, o caminho para o Bonfim era pela praia e por Monte Serrat, só mais tarde se construiu, através dos mangues, o atual Caminho de Roma, até lá por meio de aterros e calçamento, de onde o nome *Calçada do Bonfim*, que se estendeu a toda a rua atual da Jequitaiá”.

CARMO, SANTO ANTÔNIO ALÉM DO [de]

Batismo extenso e curioso, mas que dá uma idéia exata do crescimento da cidade para além das “Portas do Carmo”, que ficavam na altura do Largo do Pelourinho [t], sendo conhecidas anteriormente como Portas de Santa Catarina. Inicialmente - em 1586 - chegaram à Bahia os primeiros Carmelitas Descalços, instalando-se no Monte Calvário, “fora dos muros da cidade”. Em 1592, os padres receberam em doação de Cristóvão de Aguiar Daltro e sua mulher Isabel de Figueroa, capelinhas e casas no mesmo local onde hoje se encontra a Igreja, o Convento (1) e o Museu do Carmo, onde pode ser visitado um grande acervo de peças sacras e profanas.

Posteriormente, entre 1594/95, o mesmo Cristóvão de Aguiar Daltro e esposa fundam uma capela primitiva (2), tendo Santo Antônio como orago. Esta se localizava no extremo norte da cidade, de onde se divisava o porto e grande parte da Baía de Todos os Santos e onde viria a se localizar a fortaleza também batizada com o nome daquele santo.

Assim é que, o extenso batismo indica, em seqüência exata, a chegada àquela área de dois importantes monumentos sacros da Bahia: primeiro, a Igreja do Carmo, e, em seguida, a Igreja de Santo Antônio *Além do Carmo*. No passado, essa zona do conjunto norte do Pelourinho gozava de grande prestígio, por se situar nas vizinhanças da Igreja e Convento que lhe deram o batismo. No século passado, crescem as ordens religiosas, aumentando o seu patrimônio, e as ordens terceiras de diferentes invocações agrupavam as diversas faixas da população existente em Salvador. Essas organizações refletiam a estratificação da cidade, pois nelas estavam grupos e camadas distintas, que exerciam atividades sociais e culturais dentro dos limites dos compromissos das ordens.

As ordens terceiras do Carmo e de São Francisco agrupavam os moradores ricos da cidade. Toda a vida social se desenvolvia em torno das atividades da igreja. Eram procissões, missas, grandes funerais, festas religiosas, quermesses, etc. Era o Carmo uma das áreas residenciais de maior prestígio na hierarquia social de Salvador. A exemplo do Passo [t], também no final do século passado foi ocupado por uma população de estrato economicamente inferior.

(1) Durante as lutas da Independência, em 1823, o convento é ocupado pelas tropas portuguesas e a igreja convertida em paiol.

(2) Ali, em 13 de junho de 1638, o Padre Vieira prega o seu sermão “à beira das trincheiras que, por 40 dias, defenderam a cidade contra as tropas de Nassau”.

DESTERRO [do]

“...No ano de 1677 chegaram as religiosas de Santa Clara que vinham fundar o mosteiro da Bahia. Foi começado o dito mosteiro no sítio de Nossa Senhora do Desterro Grande e Milagrosa Casa desta invocação que lhe havia de servir de igreja, a qual foi edificada no ano de 1627 com as esmolas dos fiéis, em terras

que lhe doou um devoto...” Existiram naquela área uma Rua de Santa Clara do Desterro e uma Rua Atrás do Muro das Freiras.

FAZENDA GARCIA

A porteira da fazenda do Conde *Garcia* D'Ávila ficava na área do atual Colégio Edgar Santos. Fechava pontualmente, às seis da tarde. O nobre morava no casarão onde funciona hoje o Colégio Dois de Julho, preservado como patrimônio histórico. A fazenda passou das mãos do Conde para o Mosteiro de São Bento e, em seguida, para o Coronel Duarte da Costa. À época, habitavam a já Fazenda Garcia apenas as 18 famílias empregadas do Coronel Duarte, na antiga Rua do Baú, hoje Dom Manoel I. De fazenda, hoje, o Garcia só guarda nome. É bairro central e populoso e abriga nos seus limites as sedes de três dos melhores colégios particulares de Salvador.

ITAPAGIPE

Há inúmeras referências históricas a este bairro, que era local bastante isolado. Prova disso é que para ali, no ano de 1760, se dirigiu, em exílio voluntário, o bispo dom José Botelho de Matos, que se

recusara a participar das manobras do Marquês de Pombal para a expulsão dos Jesuítas e seqüestro dos bens daquela Ordem. O bispo renunciou ao cargo, deixou o Palácio Arquiepiscopal, que ficava ao lado da Sé, na praça do mesmo nome, e viveu os seus últimos anos na Igreja de Nossa Senhora da Penha de França. O templo, atualmente chamado apenas de Igreja da



Penha, onde se encontra o túmulo do prelado, liga-se ao antigo Palácio de Verão dos Arcebispos por um passadiço [g]. Ambas as construções foram mandadas erigir por ele mesmo, “que tinha especial predileção pelo recanto da Penha”, no período de 1741 a 1759, quando esteve à frente da Arquidiocese da Bahia.

Um texto histórico registra que “diante logo do Noviciado [t] começa a vargem e alagadiços de Itapagipe, continuando por três diferentes caminhos: um pela praia chamada da Jequitaiá [t] até a Ponta do Monserrat [t] outro para o Bonfim [t] ou Itapagipe de Baixo, e o terceiro para Itapagipe de Cima, indo procurar a Praia do Papagaio” [t]. É vocábulo de origem tupi, significando *rio que corre da pedra*. [ts]

ITAPUÃ

Cantado em prosa e verso, primeiro por Dorival Caymmi [em toda uma série de *cantigas praieiras*], depois por Vinicius de Moraes [com destaque para *Passar uma tarde em Itapuã*, em parceria com Toquinho], este bairro tem nomes poéticos em muitas das suas ruas: do Amanhecer, da Brisa, Irmão Sol - Irmã Lua e Sereno da Madrugada. São batismos em harmonia com o espírito daquele

ex-arrabalde, considerado por Vinicius como o “principado livre e autônomo de Itapuã”, quando ali fixou residência, durante longa temporada baiana. No final dos anos 60, Itapuã se transformou



num dos pontos de articulação entre o centro mais antigo e a emergente zona industrial da Região Metropolitana de Salvador. Isso contribuiu para um *boom* de condomínios e *villages*, que dividem espaços com grandes invasões, como Nova Brasília, Alto do Coqueirinho e Malvinas (atual Bairro da Paz). Apesar disso, como disse Antônio Risério no seu livro *Caymmi - Uma Utopia de Lugar*: “é um dos lugares mais (bem) cantados de toda a história da música popular no Brasil”.

Itapuã significa “pedra de ponta” ou “ponta de pedra” e não “pedra que ronca”, como muitos acreditam. O motivo do engano na tradução é o ronco provocado pelas ondas que penetram na cavidade daquela rocha que deu nome ao bairro. Aquele ronco podia ser ouvido até bem distante, nos tempos em que a cidade era menor e mais silenciosa. O arrecife onde ele se produz sob a força das águas fica mais para dentro do mar, na altura da Rua I [algumas vias do bairro têm letras do alfabeto como endereço, sendo a mais conhecida delas a Rua K, por sua praia sempre muito freqüentada].

Seu batismo, de origem tupi, é formado pela aglutinação dos vocábulos indígenas *itã* e *apuã* [ts]. Historicamente, há notícias dele desde o século XVI, quando Gabriel Soares de Sousa registrou em seu Tratado Descritivo do Brasil em 1587: “Esta ponta é a que na carta de marear se chama os Lençóis de Areia, por onde se conhece a entrada da Bahia”. *q.v.* Farol de Itapuã e Lagoa do Abaeté (In: Parte II)

PASSO [g]

A construção mais imponente nesta área é a Igreja do Santíssimo Sacramento do Passo e sua escadaria, ligando a Rua do Passo à Ladeira do Carmo. Zona nobre até fins do século XIX, ocupando uma parte norte do conjunto do Pelourinho, o Passo também não escapou às conseqüências das mudanças econômicas vividas pela Bahia naquele período. Com o desenvolvimento urbano da cidade e com os novos

modelos de moradia, as habitações do Passo já não mais satisfaziam às elites locais, com a sua arquitetura colonial. Com isso, tornou-se irreversível a migração do grupo mais abastado que ocupava o Pelourinho, o qual vendeu ou alugou as suas casas, deslocando-se para a área do Campo Grande, Vitória e adjacências.

PIATÃ

Em um antigo encarte que traz como título “Histórias do Velho Tempo da Cidade”, com o subtítulo “Piatã, uma fábrica que virou nome de bairro”, está registrada a seguinte história: “Ainda não se falava em Avenida Otávio Mangabeira. Boa parte da praia entre Amaralina [t] e Itapuã [t] era conhecida como São Tomé, nome que vinha dos tempos da colônia. Foi ali que Herbert Rocha Vaz instalou a sua fábrica de óleo. Vinha de outras experiências industriais, e o nome do seu empreendimento foi escolhido por Frederico Edelweiss, que conciliava ser tupinólogo com ser, também, homem de empresa.

Em tupi, a palavra Piatã significa: o persistente, o obstinado, o “pé de boi”. Tal como o pioneiro Rocha Vaz e sua Olerífera Piatã. A cidade cresceu, a fábrica mudou-se e fixou seu nome no local que é, hoje, uma das nossas praias mais elegantes, no lado novo da cidade. Tudo, em boa parte, devido à fé que o fabricante de óleo de coco teve na expansão da cidade”. Não há indicação da autoria deste texto.

PITUBA [da]

A palavra significa *sopro forte*, em tupi [ts].

TORORÓ [do]

É corruptela da palavra “itororó” (tupi), que significa “o jorro, o enxurro, a enxurrada”. Segundo Teodoro Sampaio, “a voz é onomatopaica”, sendo uma alteração de “chororó, choró, verter, jorrar”. Abriga nos seus limites um dos mais



antigos pontos de referência de Salvador: O Dique do Tororó, recentemente urbanizado, e constituindo-se na mais nova área de lazer da cidade. No entanto, suas origens recuam no tempo e ele faz parte da história de Salvador, “já tendo sido muito maior no século passado, conforme relatos da época”.

Em 1685, o Capitão Engenheiro João Coutinho referia-se a um outro dique que serviria, também, como equipamento defensivo, e que existia em separado ao que conhecemos. Registrou o militar em seu texto que “entre a principal povoação da cidade e das trincheiras corre uma grande quebrada com diferentes torcicolos chamado *Dique Pequeno*, o qual estava antigamente cheio de água, que servia de fortificação, cujos extremos se defendiam com a porta do Carmo de uma ponta e os de São Bento de outra. Hoje está todo desalagado e a maior parte povoado de hortas, com que as portas não servem de nada, porque tudo está comunicável da cidade, até as trincheiras pelo dique, e muito povoado daquém e dalém”. Ele já teve volume de água muito maior, pois a sua superfície estendia-se até a Fonte Nova e a calçada da Fonte das Pedras (Campo Grande). Foi aterrado em diversos locais, porque nas estações de chuva causava inundações e desmoronamentos das encostas. Sua

existência está ligada a diversos episódios da história de Salvador, principalmente à invasão holandesa de 1624. A estes invasores é atribuída a ampliação do Dique do Tororó, para dificultar os ataques dos defensores da primeira capital do País.

A opinião de muitos dos que se dedicaram a estudar as origens do Dique do Tororó são bastante divergentes, não havendo uma conclusão definida sobre quem seria o autor do projeto, das obras, a finalidade do plano e a origem das águas ali represadas. Em fevereiro de 1859 foi aberta ao trânsito uma estrada que levava ao Rio Vermelho, margeando o dique. Esta via cortou alguns "braços" do espelho d'água, tendo dois deles sido entulhados de imediato.

As suas águas seriam provenientes do represamento artificial de alguns riachos que alimentavam o Rio Lucaia e seus limites primitivos estendiam-se desde a Barroquinha até o Bairro Fazenda Garcia [t]. Segundo algumas referências, sua extensão primitiva era superior a 3.000 m, quando ainda existiam alguns braços que iam até as imediações da Fonte de São Pedro por trás da Colina dos Barris e além das barrancas da Fonte das Pedras ao pé da Colina de Pitangueiras. Tem-se notícia do seu primeiro grande aterro, em 1810, quando foi construída a ligação do bairro de Nazaré com o bairro de Brotas, tendo esse acesso levado o nome de "Galés" que significa trabalho forçado realizado por presos com correntes aos pés.

Com o crescimento urbano da cidade, foi sendo aterrado aos poucos, mas, em 1961, ainda tinha cerca de 1.700 m de comprimento por 200 m de largura e um perímetro de 4.200 m. Por essa época realizaram-se ali algumas obras de urbanização e a parte mais próxima do Bairro Fazenda Garcia, que já se encontrava em estado bastante adiantado de assoreamento, foi aterrada para dar lugar a uma via de ligação entre as Avenidas Vasco da Gama e Centenário. Ao longo de toda a sua existência, o Dique do Tororó, além das alegadas atribuições defensivas, sempre se

constituiu em elemento de grande valor paisagístico, possuindo características excelentes para ser uma importante área de lazer, uma função que só muito recentemente começou a ser desempenhada, após a sua completa recuperação e reurbanização. *q.v.* Cronologia do Dique (In: Parte II)

SÃO PEDRO [de]

Tem o seu batismo em memória de uma desaparecida igreja, construída entre 1553-54, no Caminho da Vila Velha [t], por ordem do primeiro Bispo dom Pero Fernandes Sardinha. A primitiva ermida ocupou pequena parte de uns terrenos de criação de gado, cedidos aos religiosos pelo sargento-mor Francisco Fernandes Lima.

O templo ficava junto ao local onde hoje se encontra o forte do mesmo nome, que teve a sua construção iniciada em 1646, pelos colonizadores temerosos de uma nova invasão holandesa, idêntica àquela sofrida em 1624, quando os agressores avançaram pelo Caminho da Vila Velha quase sem encontrar resistência.

Origina-se daquela ermida a atual Igreja de São Pedro Velho, que ocupa uma das esquinas da Praça da Piedade [t]. A primitiva capela já havia sido demolida "por estar sujeita aos tiros do referido forte", quando da conclusão final das obras daquele núcleo defensivo, em 1723.



rio vermelho



banco dos ingleses

baixas

BONFIM [do] *q.v. Bairros*

QUINTA (DOS LÁZAROS) [de]

Inicialmente o local era conhecido como a Quinta do Tanque, uma construção dos Jesuítas na então “zona suburbana de Salvador”. A Quinta ocupava dois hectares e tinha dentro dos seus limites uma represa ou tanque, de onde se lhe originou o batismo. Era “a primitiva casa de repouso e férias dos Jesuítas e seus alunos”, datada do final do século XVI. Ali, durante a invasão holandesa de 1624, muitos padres ficaram refugiados, entre os quais o Padre Vieira. Inteiramente reformada, a histórica construção abriga, atualmente, o Arquivo Público do Estado.

A origem do batismo Quinta dos Lázaros - que se estende a todo um bairro e dentro dos limites deste ainda batiza uma rua e uma ladeira - data do ano de 1787, quando foi inaugurado naquela área, no dia 21 de agosto, um hospital para leprosos, sob a invocação de São Cristóvão dos Lázaros, por iniciativa do governador dom Rodrigo José de Menezes e Castro. Para ali foram transferidos os doentes que estavam recolhidos na Igreja de São Lázaro.

A Quinta passa a chamar-se “dos Lázaros”, batismo que serve para designar um dos dois cemitérios ainda hoje ali existentes (o outro pertence à Ordem Terceira Secular de São Francisco da Bahia). Anteriormente, o primeiro Hospital dos Lázaros funcionou em pequenas casas próximas à Capela de São Lázaro, localizada no final da Estrada de São Lázaro [t], que se acha “numa posição eminente sobre o mar”. Hoje funciona ali a Conder.

SAPATEIROS [dos]

Imortalizada em canção de Ari Barroso, é batismo histórico dos mais conhecidos fora da Bahia e do Brasil.

Ao contrário do que acontece hoje, originalmente a sua denominação se referia ao curto trecho existente entre a parte baixa da Ladeira do Taboão e a então Rua da Vala, oficialmente a atual J. J. (José Joaquim) Seabra. Esta, por extensão, ficou sendo a atual Baixa dos Sapateiros, que se estende entre os Largos do Aquidabã e da Barroquinha [t]. É batismo dos mais tradicionais e indica o ordenamento medieval dos primeiros tempos da cidade, onde predominavam, na expressão do professor Cid Teixeira, os “agrupamentos profissionais”.



becos

AGONIA [da]

Assim chamado por causa do desaparecido oratório que se localizava em uma das suas esquinas, sob a invocação de Senhor Bom Jesus da Agonia. *Nazaré*.

ÁGUA DO GASTO [da]

A proximidade de boas fontes e aguadas era condição imprescindível para a escolha dos locais de assentamento dos ocupantes pioneiros da cidade primitiva. Assim é que a localização de muitas dessas *minas naturais*, que muitas vezes sangravam no sopé das elevações, contribuíram decisivamente para o traçado dos contornos da cidade. Hoje, muitos desses pontos de abastecimento sobrevivem como topônimos, a exemplo da Ladeira da Fonte das Pedras, Rua da Fonte Nova do Desterro e Ladeira e Largo da Fonte Nova, todos eles concentrados no Bairro Nazaré [t]. Mas, para evitar as doenças causadas pela água de qualidade ruim, os primeiros habitantes tinham também seus pontos de abastecimento de onde se retirava um líquido que não servia ao consumo humano. Dentre muitos, resta a lembrança daquele que existiu num beco que se abria entre a Rua Ruy Barbosa [t] e a Barroquinha [t], onde se apanhava água apenas “para o gasto”, mas que não servia para beber. Planta 1. [d]

BARBEIROS [dos]

Aparece registrado, em 1866, por Melo Moraes, como a Rua dos Barbeiros, na freguesia de São Pedro. Nas suas origens, era apenas um beco e o seu batismo retrata a organização tipicamente medieval trazida para a colônia pelos portugueses. Naquele tempo, homens que exerciam uma mesma profissão, de um modo geral, moravam na mesma rua, divertiam-se com as mesmas coisas, tinham sua festa religiosa em homenagem ao

padroeiro da categoria e raramente aprendiam outra profissão que não aquela herdada dos pais, que, por sua vez, a herdaram dos seu pais. Exemplos dessa organização medieval, que reunia numa mesma área de moradia *mestres, oficiais e aprendizes* de uma atividade profissional única, são comuns na toponímia urbana mais tradicional da cidade. O Beco dos Barbeiros é a atual Rua 21 de Abril.

CALAFATES [dos]

Calafetar é tapar com um tipo especial de estopa, misturada ao breu derretido, as fendas, juntas ou buracos existentes nos cascos de pequenos barcos, saveiros e, também, navios, que àquele tempo ainda eram feitos de madeira. Portanto, calafates são aqueles que, por profissão, se ocupam desse ofício. Segundo Edison Carneiro, na época da fundação da cidade, eles eram “não mais do que uma dezena de trabalhadores”.

O mesmo autor aponta um certo Fernão Álvares como tendo sido o primeiro “mestre dos calafates” na Bahia. O beco ficava na parte baixa da cidade, que então era apenas a “Ribeira”. Ali se concentravam todas as atividades relacionadas com as embarcações, uma vez que “o mar, no começo, era a comunicação mais fácil com a Vila Velha, ponto de apoio dos colonizadores, e se tornou, cada vez mais, a melhor estrada da Bahia”. [dd]

MARIA PAZ [de]

Foi aberto no século XVII, ligando a Rua de São Bento a uma outra via que era na época a Rua de Baixo de São Bento (atual Carlos Gomes). Aparece registrado por Melo Moraes, em 1866, como Beco de Maria Paes, não sendo possível precisar quem teria sido esta personagem, que ali deve ter residido.

Um fato curioso é que, no texto *Velhos fantasmas de uma noite nova*, escrito pelo jornalista e advogado

Jeová de Carvalho para o Caderno Especial da Bahia (revista O Cruzeiro, edição de 10 de maio de 1972), ele registra a presença naquele “discreto recanto da Rua Carlos Gomes”, no ano de 1929, de uma tal Maria da Paz, que ali, “para reprovação das famílias que ainda restavam na Rua Chile de 1929, exibia, aos passantes, belos espécimes de louras argentinas, suecas, francesas...”

MINGAU [do]

É impossível de ser fixada no tempo a origem desse batismo de fácil hipótese para ser explicado: no local houve, em algum período da vida da cidade, algum ponto de venda de mingau, essa “iguaria de consistência pastosa, feita geralmente de leite açucarado e engrossado com farinhas de trigo, de mandioca, fubá de milho, etc”. O nome popular foi restaurado através da Lei Municipal Nº 487, datada de 09 de julho de 1954.

Aquela via foi batizada, oficialmente, como Travessa Guia Lopes, personagem que tem história digna de registro. No dia 8 de novembro de 1822, travou-se o combate de Pirajá, entre as tropas brasileiras, sob o comando do major José de Barros Falcão de Lacerda, e as tropas portuguesas, numericamente superiores, melhor treinadas e mais bem armadas.

Estavam os nacionais na iminência de serem cercados, e o Major Barros Falcão, para evitar um massacre certo dos seus soldados, ordenou ao seu corneteiro - o Guia Luís Lopes - que desse o toque de retirada. Entretanto, desobedecendo à ordem direta, ele executa o comando de “cavalaria avançar e degolar”.

Estabelece-se a confusão entre as tropas portuguesas, que apesar de toda a superioridade, não estavam preparadas para enfrentar uma carga de cavalaria, que na verdade sequer existia do lado brasileiro. O fato é que debandaram os portugueses, perseguidos pelos

brasileiros reanimados e reforçados por soldados que tiveram tempo de chegar até o local, devido à heróica desobediência do Guia Lopes. Este logradouro situa-se entre as ruas do Sodré [t] e o Areal de Cima [t]. Foi durante algum tempo, o Beco do Padre Sebastião Monteiro, conforme está registrado no Livro do Tombamento da Santa Casa da Misericórdia (1862).

XEGAIS [do]

Localizava-se na área da Praça da Sé, onde foi registrado por Melo Moraes, em 1866. O termo Xegais é afro-lusitano e serve para designar um certo tipo de galinha do mato, cuja existência deve ter determinado o batismo dessa via. [dd]



praça da sé

belvederes

Existem pelo menos dois logradouros com esse batismo que merecem ser mencionados: o da Sé e o do Bonfim. Ambos justificam o próprio batismo, pela paisagem que deles se descortina. Embora de sentido idêntico, pela sua maior carga poética, o *belvedere* não deve ser confundido com *mirante* (o dos Aflitos [t] é o mais conhecido em Salvador). Em que pese este também ser um ponto elevado de onde se descobre largo horizonte, o mirante tem emprego mais comum no sentido de local usado para vigiar a costa, o espaço aberto por onde pode se aproximar o inimigo.





barra avenida (vendo-se ao fundo o farol da barra)

caminhos

AREIA [de]

É o batismo popular da Avenida Tiradentes, que se estende do Largo de Roma até o Largo do Papagaio.

VILA VELHA [da]

Inicialmente de forma descontínua, tinha início para além da Porta de Santa Luzia, ao sul da “fortaleza forte”, no centro da qual se instalavam os principais órgãos da administração de Tomé de Sousa, na atual Praça Municipal [t]. O “Caminho da Vila Velha” tinha um percurso assemelhado àquele que tem hoje a Avenida Sete de Setembro, que se estende entre a Praça Castro Alves e o Largo do Farol da Barra [t].

No seu trecho final, começando no Porto da Barra e seguindo ao longo da praia até a Ponta do Padrão [Farol da Barra], foi o “Caminho do Conselho”, dos primeiros dias da colonização. Tinha este nome por nele se localizar a casa em que “de princípio se reuniram os oficiais da Câmara”, da Vila Velha de Pereira Coutinho. Foi o primeiro acesso por terra entre o aldeamento falido do ex-donatário e a “fortaleza forte” que se erguia na colônia, para daí “se prestar favor e ajuda” às demais localidades preexistentes à chegada de Tomé de Sousa.





estrada de brotas

estradas

BROTAS [das]

Atravessava toda a cumeada do Bairro de Brotas até unir-se à Estrada do Cabula. Foi cortada pelo urbanismo em vários trechos, que hoje têm nomes distintos.

COCO [do]

Trata-se, na verdade, da rodovia estadual BA-099, que tem o seu km 0 na altura do Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães (que até recentemente tinha o nome de Dois de Julho). Dali segue com o nome de Estrada do Coco até se unir com a sua continuação, que é conhecida como Linha Verde, já na altura da Praia do Forte, onde ficam as ruínas da Casa da Torre de Garcia D'Ávila e o projeto Tamar, de proteção às tartarugas marinhas, que têm naquela área o seu ponto de desova.

Esta estrada - sob dois batismos - atravessa a Costa dos Coqueiros, no litoral norte da Bahia, somando 193 km ao longo do seu percurso seqüenciado, que corta uma região de ricos ecossistemas, com belíssimas praias entrecortadas de rios e seus estuários, dunas, coqueirais, lagoas, mangues e uma fauna e flora tipicamente tropicais. O trecho conhecido como Linha Verde tem 142,6 km de extensão, pistas pavimentadas de 7 m de largura, com acostamento de 2 m em cada lado. Ali foram construídas 15 pontes, com uma extensão total de 1.045 m, ligando a Praia do Forte (Mata de São João) a Jandaíra, na divisa com Sergipe, passando pelos municípios de Entre Rios, Esplanada e Conde. Seis rios desembocam nesta região, onde existem praias quase intocadas: do Forte, Embassaí, Siribinha, Subaúma e Porto Sauípe.

FAROL DA BARRA [do]

Foi inicialmente Estrada, depois Rua. No final do século XVI, depois de "um crescendo de ataques e violências





[de corsários e invasores estrangeiros, principalmente franceses e holandeses] que perturbavam a vida econômica da capitania, com graves prejuízos materiais e financeiros para a população”, foi nomeado governador do Brasil Francisco de Souza (1), “experimentado cabo de guerra”.

Conhecido como “Francisco das Manhas”, deve a Bahia a este hábil fidalgo lusitano as construções, em pedra e cal, dos fortes da Ponta do Padrão (2) e da Ponta do Mont Serrat [t]. Ali havia sido construído um primeiro fortinho, em 1583, que foi reformado por Francisco das Manhas e recebeu o nome de São Felipe, somente

vindo a ser conhecido como Forte do Monte Serrat nos primeiros anos do século XIX.

Por sua vez, o Forte de Santo Antônio da Barra, que fica na Ponta do Padrão, era então conhecido como “Forte Grande”. Foi após a invasão holandesa de 1624 que acrescentaram um farol à construção, o qual ainda hoje serve para balizar a rota dos navios que adentram a Baía de Todos os Santos. É a presença daquele “vigilante” equipamento luminoso que dá nome a toda a área em seu entorno, e sua proximidade do acidente natural já referido [Barra], que o fez conhecido como Farol da Barra.

No tempo em que o local onde se encontra ainda era distante da “povoação grande”, chegava-se até o largo ainda hoje existente através da Estrada do Farol, depois Rua do Farol. É trecho final da Avenida Sete de Setembro, que termina no largo existente naquela mesma área e que, obviamente, é o Largo do Farol da Barra.

(1) q.v. Monte Serrat, Ponta do.

(2) Logo após a descoberta de Pedro Álvares Cabral, Portugal começa a se preocupar em defender as riquezas da sua colônia. Para tanto, organizou as chamadas *armadas guarda-costas*, visando a que dessem combate à espoliação das costas brasileiras, principalmente pelos franceses. Ganhou fama como comandante dessas armadas Cristóvão Jacques, que entre 1516-1519 e 1526-1528 esteve patrulhando o litoral compreendido entre Pernambuco e o Rio da Prata, combatendo, vencendo e aprisionando numerosos saqueadores e contrabandistas daquela nacionalidade. Foi também Cristóvão Jacques quem assentou, em diversos pontos das terras brasileiras, cinco marcos para assinalar o domínio português. O marco da Bahia “se localizou no promontório à entrada da barra da Baía de Todos os Santos, no ponto até hoje conhecido como *Ponta do Padrão*, onde está localizado o forte e farol de Santo Antônio da Barra”.

FAROL DE ITAPUÃ [do] q.v. Parte II

LIBERDADE [da]

“Acha-se a cidade da Bahia em uma península, um dos lados da qual é banhado pelo Oceano Atlântico e outro pelas águas do interior da grande enseada que lhe deu nome. Recebendo mantimentos dos portos do Recôncavo e também do mar, recebe-os ainda por uma grande estrada, a mais antiga do Brasil, que parte da cidade, procurando a direção norte e é traçada pela chã, ou região alta das terras que constituem a península. Os independentes (tropas brasileiras) vieram assentar o seu acampamento na base da península, de modo a tomar o leito da *Estrada das Boiadas*, e logo estenderam as suas linhas de um e outro lado, para as

duas águas, fechando todo o acesso à cidade por via terrestre”. É assim descrito por Braz do Amaral o cerco inicial da Bahia, onde se achavam as tropas e os representantes do governo português que se recusavam a reconhecer a Independência do Brasil, já proclamada por Dom Pedro.

O batismo *Estrada das Boiadas* aí referido vem dos tempos em que o abastecimento de carne da cidade se fazia a partir do Barbalho [t]: “foi chamada inicialmente *das Boiadas*, por entrarem por ela todas as que dos sertões descem para a Bahia”. Naquele bairro existe todo um conjunto de ruas cujos nomes estão ligados à atividade do comércio e abate do gado (q.v. *Ordenamento Medieval*. In: Parte II). Foi ali que se hasteou pela primeira vez na Bahia a bandeira brasileira, pelo alferes José Adrião, na Fortaleza do Barbalho, sendo saudado “com dois tiros de peça”.

Esta é a mesma Estrada da Liberdade, assim conhecida desde que por ela chegaram à cidade as tropas nacionais que expulsaram os portugueses, avançando por ali no dia 2 de julho de 1823, até alcançarem o Terreiro de Jesus [t], postando-se diante do templo que hoje é a Catedral Basílica, antes de irem se aquartelar em diversos pontos da cidade, alguns contingentes ocupando conventos e seminários, por falta de instalações militares suficientes.

LINHA VERDE q.v. Estrada do Coco

RAINHA [da]

Foi aberta durante o reinado de D. Maria I, Rainha de Portugal, nascida em Lisboa, em 17/12/1734 e morta no Rio de Janeiro, em 20/3/1816. Filha de José I e da Rainha Mariana Vitória. Casou-se com seu tio, o Infante Pedro, em 06/06/1760, e, ao morrer o pai, em 1777,

sucedeu-lhe no trono de Portugal. Oito dias depois de assumir o poder demitiu o Marquês de Pombal, libertou os que se encontravam presos por ordem do célebre ministro do Rei José, ao mesmo tempo que fazia perseguir os parentes e afeiçoados do estadista, os quais fez processar. Em 16/8/1781, foi exarada a sentença que o declarava culpado e merecedor de exemplar castigo, a que seria poupado, contudo, por motivo de sua idade avançada e precárias condições de saúde. Os acontecimentos da Revolução Francesa e as graves conseqüências que acarretou, a morte do marido, 1786, e a do filho primogênito, 1788, impressionaram o espírito da rainha, levando-a à loucura, que se manifestou pela primeira vez em Salvaterra, 1/2/1792. Perdidas as esperanças de cura, o Príncipe João assumiu a regência, 15/7/1799.

Por ocasião da primeira invasão francesa, Maria partiu com a família real para o Rio de Janeiro, 1807, morrendo nove anos depois, e subindo ao trono o príncipe regente com o nome de João VI. Durante este reinado foram resolvidos os desentendimentos entre Portugal e Espanha, relativos aos limites do Brasil, através do Tratado Preliminar de Santo Ildefonso, 1/10/1777, reforçado pelo Tratado de Aliança de 11/3/1778. Deu-se um vigoroso impulso à Marinha e fundaram-se vários importantes estabelecimentos de ensino. Datam desta época, também, a Real Biblioteca Pública da Corte, 29/2/1796, e o Observatório Real de Marinha, 18/3/1798. Chamava-se *Maria Francisca*.

SÃO LÁZARO [de]

No dia 12 de outubro de 1734 foi registrada "a escritura do patrimônio que fazem Jorge Fernandes da Rocha e sua mulher Francisca Xavier proprietários da capela que, de novo, se pretende fazer por invocação de São Lázaro". Já em 1762, o "governador dom Rodrigo José de Menezes e Castro, no dia 27 de março, concedeu provisão para construir um pequeno hospital de isolamento junto à capela de São Lázaro, para recolher os doentes contagiosos que vinham da costa da África". Em 1787, no dia 27 de agosto, "transferiu-se o Lazareto para a Quinta do Tanque".

O Lazareto ocupava a mesma área e pelo menos um dos imóveis onde hoje está instalada a Conder, na colina de São Lázaro, ficando próximo à igreja do mesmo nome. Na época da sua implantação ocupava "terreno ermo, fora da barra, o que permitia recolher ali os enfermos provenientes da Costa da África, antes de ingressarem na cidade".

ladeiras

ACUPE

É de origem tupi. Significa *no calor* [ts].

AFLITOS [dos]

Origina-se da presença naquele local da Capela do Senhor dos Aflitos, que ainda hoje pode ali ser vista já transformada em igreja. Segundo registros históricos, a construção do templo data de 1748, somando assim 250 anos de existência. Escreve a historiadora e presidente do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, professora Consuelo Pondé de Senna, que é "igreja bissecular, em cujo frontispício constam duas datas: 1824 e 1924, aventando-se a hipótese de que a primeira se refere à conclusão de suas obras e a segunda ao seu centenário" (In: O mirante e a Igreja dos Aflitos). A igreja foi "ocupada pelas tropas lusas (durante a guerra da Independência na Bahia), sendo transformada em depósito de víveres e de material bélico das forças de Madeira de Mello. Sabe-se também que, a seu lado, foram instaladas trincheiras e baterias, comandadas por um certo Capitão Veloso (Memórias Históricas e Políticas da Bahia - Inácio Aciolli, Vol. III, Pág. 269). Ao descrever o trecho do Unhão, em 1798, Vilhena registra em suas Cartas que: "...os dois morros que lhe ficam ao



lado, e eminentes, são coroados, o do sul com a Capela do Senhor Jesus dos Aflitos...". Conforme observou Edison Carneiro, àquele tempo a quase totalidade dos batismos dos logradouros públicos da Cidade da Bahia tinha sua origem na religiosidade dos portugueses. Existiu uma Travessa dos Aflitos, referida por Braz do Amaral na sua narrativa das lutas da Independência da Bahia. *Centro*.

ÁGUA BRUSCA [da]

Fica no trecho de Água de Meninos. O batismo é popular e reflete o mesmo espírito que se observa no topônimo Barroquinha.

ALJUBE [do]

Em 1866, Melo Morais localizava na Freguesia da Sé a Ladeira do Aljube, onde se encontrava a Casa do Aljube, de onde lhe vem o batismo. Tratava-se da antiga prisão do foro eclesiástico, destinada a servir de cárcere aos religiosos sujeitos à jurisdição episcopal. Entre 18 de novembro de 1833, ano em que o governo provincial alugou o imóvel aos padres, até 31 de outubro de 1861, funcionou como prisão para civis.

Braz do Amaral registra que, em 1821, quando dos primeiros preparativos para a Revolução Constitucionalista que explodiria em Portugal, os envolvidos naquele movimento e que residiam aqui na colônia "começaram a celebrar reuniões, algumas das quais no próprio *Aljube*, antiga prisão de eclesiásticos e nessa época transformado em cadeia, destinada a detidos civis e onde permaneciam ainda reclusos diversos implicados na revolução pernambucana de 1817. Na prisão do Aljube governava o capitão de artilharia Manoel Boaventura Ferraz, entusiasta da revolução do Porto e das novas opiniões políticas constitucionais triunfantes em sua terra, pelo que este edifício, lugar de detenção, isto é, de perda

de liberdade para uns, se tornara para outros um centro de propagação de idéias liberais. Referindo-se à Casa do Aljube, Francisco Borges de Barros, que em 1928 foi diretor do Museu da Bahia, registra no seu livro *Arqueologia e História*, que ela "está situada na ladeira desse nome". É a atual Rua José Gonçalves. Planta 1.

BALUARTE [do]

Situada ao lado esquerdo da Fortaleza de Santo Antônio Além do Carmo, a ladeira foi palco de pesadas perdas sofridas pelos holandeses, em 09 de maio de 1624, quando se lançaram em sucessivos ataques contra a rudimentar fortificação, "comandada por Francisco Padilha e outros capitães". A fortaleza só veio a ser batizada com o seu nome atual muito depois daqueles combates, pois, "em 1625 ainda não existia a freguesia de Santo Antônio, criada em 1648 pelo bispo dom Pedro da Silva e Sampaio". O batismo popular da ladeira preserva o nome da primitiva construção defensiva. *Santo Antônio*.

BARRA [da]

"Barra" é por definição a "entrada estreita de um porto" ou a "linha de arrebentações, permanentes ou muito freqüentes, de ondas junto à costa". Como em muitos outros locais da cidade, também neste caso um acidente natural serviu e ainda serve hoje como endereço. Cobrindo por extensão todos os acidentes geográficos situados nas proximidades, a exemplo da Ladeira da Barra. Um detalhe curioso é que a atual Rua Miguel Bournier, na Barra Avenida, já se chamou Quinta da Barra.

BARRIS

É o plural de barril. Através de uma ladeira estreita, chegava-se nas margens do Dique do Tororó, em busca de água para uso doméstico. No local foram enterrados diversos "barris", visando com isso a melhorar a

qualidade da água que era ali apanhada, evitando que se turvasse ou enchesse de sujidades.

BARROQUINHA [da]

Compreende-se por barroca (escavação natural, barranco), a depressão feita no terreno por ação de água corrente e impetuosa. O diminutivo que ainda hoje indica um dos acessos à Baixa dos Sapateiros - Barroquinha - foi incorporado ao cotidiano da cidade no início do século XVIII. Como aconteceu outras vezes, sua origem foi encontrada no espírito simples do povo, que se referia às águas que, na estação chuvosa, ali mansamente faziam o seu trabalho de erosão, escavando o terreno quando escorriam das Hortas de São Bento [t]. Planta 1.

BOQUEIRÃO [do]

Denominação que ainda hoje indica a ladeira existente entre as ruas Direita de Santo Antônio e dos Adobes, tem sua origem na Irmandade de Nossa Senhora do Boqueirão, que existiu na Igreja de Santo Antônio Além do Carmo, com o nome de Irmandade de Homens Pardos. Historicamente sabe-se que, em 1826, a entidade requereu ao vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes licença para construir uma capela nos limites das defesas existentes na Rua Direita de Santo Antônio, em local já então conhecido como Trincheira do Boqueirão.

Desapareceram a irmandade e a capela, porém do batismo da trincheira ali existente origina-se a denominação que permanece em uso na atualidade. Boqueirão é palavra usada na Bahia para designar "saída larga para um campo, depois de uma estrada estreita", o que se aplica ainda hoje ao local conhecido por esse nome. *Santo Antônio*.

CONCEIÇÃO DA PRAIA [da]

Origina-se o batismo da existência, na parte baixa daquela ladeira, da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, "que foi a primeira casa de oração e obra em que Tomé de Sousa se ocupou". A exemplo da Sé de Palha (Igreja de Nossa Senhora da Ajuda), também o nome daquele outro templo fora copiado de uma das embarcações do primeiro Governador Geral, referindo-se, neste caso, ao batismo da nau capitânea da esquadra do 1º Governador Geral.

Quanto à ladeira, em 1584, Gabriel Soares a descrevia como sendo "o caminho que está da parte do sul (da Praça do Palácio), serventia de Nossa Senhora da Conceição, aonde está o desembarcadouro geral das mercadorias". Era então a ladeira uma das bifurcações da encruzilhada existente nas Portas de São Bento e conduzia à Rua da Praia, já na parte baixa da cidade, próximo de onde se localizava a Praia dos Mercadores. É, desse modo, um dos mais antigos endereços da Bahia. *Comércio*.

DESTERRO [do] q.v. Bairro

FERRÃO

Construído no período de 1690-1701, conforme as datas existentes nas suas duas portadas. O solar é o principal



imóvel daquela via, embora existam ali outros sobrados dos séculos XVIII e XIX. Ele foi propriedade e residência do coronel Pedro Gomes *Ferrão* Castelo Branco, entre 1793 e 1814. Desse sobrenome de família origina-se também o batismo da ladeira onde o imóvel está situado e que dá acesso à Baixa dos Sapateiros [t]. No imóvel esteve instalado o Seminário da Conceição, dos padres Jesuítas. Nele funcionou, durante a segunda metade do século XIX, o Teatro do Ferrão. *Centro*.

FONTE NOVA [da]

É batismo óbvio e origina-se da presença ali de um dos mais conhecidos pontos de abastecimento de água da cidade, quando a população ainda era atendida por fontes e chafarizes. *Nazaré*.

FUNIL

O traçado cônico [cônico ou afunilado] desta via determina o seu batismo. Existiu na antiga área da Praia (atual Comércio) um Beco do Funil (Planta A). É também conhecido por este nome o braço de mar existente entre o continente e a Ilha de Itaparica, que se interligam pela Ponte do Funil. Este local foi palco de importantes batalhas durante a “guerra do Madeira” (1), como foi popularmente chamada a luta pela independência na Bahia. *Barbalho*. (1) General Ignácio Luiz Madeira de Melo, comandante das tropas portuguesas.

GALÉS [dos]

É datada de 1810, quando foi construída a ligação entre os Bairros de Nazaré e Brotas, com a execução do primeiro aterro de parte do Dique do Tororó. O acesso foi batizado com o nome de Galés [g], que significa “trabalho forçado realizado por presos com correntes nos pés”. *Brotas*.

GAMELEIRA [da]

É batismo atualmente fora de uso, mas que ainda se empregava há pouco menos de 30 anos. Corresponhia à parte final da Rua do Sodré [t]. Gameleira é uma árvore leitosa, da família das moráceas, da qual uma das variedades fornece madeira branca, mole, leve e resistente, própria para o fabrico de utensílios de uso doméstico. O mais conhecido destes é a popular *gamela*, comumente usada para dar comida aos animais de casa. É um dos muitos batismos retirados da rica flora tropical. A árvore da gameleira é conhecida, também, como figueira-brava e gameleira-de-purga, pois o seu látex tem efeito vermífugo. *Centro*.

HORTAS [das]

Seu batismo original e quinhentista era *Rua das Hortas de São Bento*. Ainda hoje existe, entre o Largo de São Bento [t] e a Rua da Barroquinha [t]. Em texto de Affonso Ruy, uma referência: “...os açougues localizados, como a cadeia, ao lado e depois nas lojas da Câmara, vendiam carne provinda dos currais do Conselho, então situados fora dos muros da cidade, nas proximidades da atual *Ladeira das Hortas...*”. *Centro*.

LENHA [da]

Era nesta ladeira que “se ajuntava a lenha para ser trazida festivamente” para alimentar as fogueiras que eram acesas no Largo do Bonfim, quando da festa profano-religiosa [q.v. Lavagem do Bonfim (In: Parte II)] que há séculos ali se realiza. Em princípio, a data das comemorações coincidia com o São João - 24 de junho - sendo que, desde 1773, por autorização do arcebispo dom Sebastião Monteiro da Vide, o dia maior da Festa do Senhor do Bonfim (1) corresponde ao segundo domingo depois do Dia de Reis (6 de janeiro). (1) Estas festividades se realizam com tamanha ênfase, tanto na parte religiosa quanto na profana, que muitos acreditam ser a do padroeiro da cidade, o que é um engano. O padroeiro de Salvador é São Francisco Xavier.

MISERICÓRDIA [da]

Seu batismo oficial é Rua Padre Nóbrega, embora popularmente nunca tivesse sido conhecida por outro nome que não o de Ladeira da Misericórdia. Enquanto era topônimo desta ladeira, o nome do Padre Nóbrega parece ter dado origem a um neologismo que, tendo origem na Bahia incorporou-se ao uso cotidiano em todo o país, embora pelo menos até agora, ainda não esteja dicionarizado.

Oriunda dos primeiros tempos da colonização e situada no centro histórico, esta via ganhou o nome daquele religioso num período mais recente - por volta dos anos 60 - em que as indicações de endereços eram feitas por setas de madeira afixadas em postes do mesmo material. Registra a versão da filologia [origem das palavras] popular que o tempo, danificando a placa de madeira, apagou parte do nome Nóbrega, do qual restaram apenas as duas últimas sílabas: *brega*.

Como aquela via era - além de passagem obrigatória entre as partes alta e baixa da cidade - uma zona de meretrício, ou como se dizia nos tempos mais antigos, levava aos “locais de pecado”, o povo passou a se referir ao local como “*o brega*” e quem para lá se dirigia - de passagem ou em busca de prazer - necessariamente estava indo “*ao brega*”.

Hoje, perdendo um pouco o seu sentido pejorativo de local de prostituição, *brega* popularizou-se como sinônimo de coisa de mau gosto, tendo o estrangeirismo *chic* como antônimo. q.v. Rua da Misericórdia

MONTANHA [da]

A Praia ou Ribeira, parte baixa da cidade, “porto e aguada dos navios” se comunicava com a “povoação grande” situada na cumeada “por três caminhos - três ladeiras difíceis de vencer”. O primeiro acesso aberto na *montanha* “foi a ladeira depois chamada da



Misericórdia[t], que então desembocava na Praça [t]”. Era a mais movimentada e “subiam carros [de tração animal ou humana] por ela”. A outra ladeira começava no lado direito da Igreja da Conceição da Praia e se dividia em duas “a meio caminho da subida”. Ainda não existia “o caminho longitudinal - a Ladeira da *Montanha* - que agora substitui, com a simples vantagem do declive mais brando, esses caminhos antigos. Das três ladeiras, a do centro, que chegava à Praça pelo sul, desapareceu em parte, restando dela apenas o cotovelo do Pau da Bandeira [t]”. Existem ainda: a Ladeira da Misericórdia, que, hoje, modificado o traçado primitivo, abre-se na parte superior, ao lado da Igreja e Santa Casa que lhe deu o nome, e a Ladeira da Conceição, que se funde, já no trecho final do seu alto, com a Ladeira da *Montanha* (1). Nas proximidades daquela via existiu a *Rocinha do Marinheiro*, uma favela desapropriada e desaparecida nos anos 70. Esta é caminho recente, se cronologicamente comparada com as demais. Seu projeto de implantação - com o nome de “Rua da *Montanha*”- foi elaborado em 1873 pelo engenheiro Francisco Pereira Aguiar, mas

só seria aprovado cinco anos mais tarde (junho 1878), quando a Assembléia Legislativa concedeu, através da Lei Nº 1809, autorização para a construção. O autor do projeto que idealizara a nova rua foi encarregado da execução das obras.

Ele contrata, de início, 100 operários e 18 carroceiros, estes últimos para o transporte do entulho, que no decorrer das obras acabou acumulado na Praia da Preguiça [t], inutilizando-a para os banhistas e gerando muitos protestos. Isso tudo apesar de o número total de empregados, apenas um mês depois de iniciados os trabalhos, já se elevar a 226 (alcançaria a 500 homens na fase mais ativa da obra). Fizeram-se desapropriações, algumas delas não previstas inicialmente.

Em 1º de março de 1879 estavam prontos os 23 arcos que deveriam sustentar a nova "Rua da Montanha", para o que se construíra 688 metros cúbicos de alvenaria ao longo dos 894 metros de comprimento da via, que media de largura 8,88 metros. Implantou-se um sistema de canalização de esgotos a partir do Largo do Teatro até a Ladeira da Misericórdia e teve início o calçamento a paralelepípedos. Surge por esse período uma polêmica, no mínimo superficial, a respeito do tipo de pedra a ser utilizado no passeio da nova rua, assim relatada por Nelson Varón Cadena (In: Ladeira da Montanha - Onde o concreto é inimigo dele mesmo): "por uma parte o governo era favorável a importar lajes da Itália à razão de 300 réis o palmo quadrado, expedindo inclusive autorização para importar 30.000 palmos a serem utilizados nos passeios das ruas em construção. Por outra parte havia quem aconselhava utilizar pedras artificiais (uma mistura de cal com um agregado preparado pela mistura de cimento com um pó silicoso diluído em ácido azótico) de uma nova



indústria surgida na Bahia, cujo custo era bem menor".

Em 10 de setembro de 1879, prazo estabelecido em contrato - que previa multa de 100 mil réis por dia de atraso na entrega da obra - para o fim dos trabalhos, ainda estava muita coisa a ser feita. Definiu-se por essa época a implantação "de passeio de um lado só, a fim de facilitar o trânsito" e mais "encanamento do gás e colocação dos condutos necessários para iluminá-la e encanamentos para a água a fim de evitar que tenham de ser feitos depois de calçada a rua".

Observados todos estes detalhes, a obra só foi concluída em princípios de 1880, tendo o governo gasto mais de 200 contos de réis (80 além do valor previsto no orçamento inicial). A nova via seria batizada como Rua Barão Homem de Mello, mas o povo, como antes de construí-la, depois, continuou a chamá-la de "Rua da Montanha", e, posteriormente, "Ladeira da Montanha". Planta 1.

(1) Sofrendo a influência do processo de esvaziamento do Centro Histórico de Salvador como área de comércio e negócios, a Ladeira da Montanha apresenta, hoje, um aspecto de decadência e abandono, embora existam projetos para a recuperação dos seus casarões, "que deveriam ser cartões-postais de Salvador do ponto de vista arquitetônico e histórico" (Eduarda Uzêda - in: *Casarões da Montanha estão em ruínas e podem desabar*). O texto mostra ainda que "as encostas da Ladeira da Montanha, além do referencial histórico, guardam muito da memória socioantropológica da cidade. As famosas "casas de tolerância" do passado, apesar da triste condição social de seus moradores, eram recantos da boemia da velha Bahia. Os casarões que abrigaram as chamadas "mulheres da vida" em tempos passados foram verdadeiros espaços democráticos, já que receberam igualmente pessoas que hoje ocupam postos de destaque na sociedade e também marginalizados". Neste particular, funcionou na Ladeira da Montanha um dos melhores e mais conhecidos prostíbulos da cidade, que ocupava o imóvel de número 63. Era o "meia-três", famoso na noite e onde se formavam rodas boêmias em

que se misturavam malandros, estudantes e intelectuais. O jornalista Jeová de Carvalho foi um dos seus mais assíduos frequentadores e, depois de formado em Direito, o advogado mais requisitado para solucionar as pendências legais das prostitutas do 63, que "foram temas de vários livros e pivôs de vários crimes passionais". Cento e dezoito anos se passaram e, ao longo desse tempo, a Ladeira da Montanha foi palco de muitos acontecimentos festivos e cenário de algumas tragédias. A mais grave delas tendo sido o deslizamento da encosta - ocorrido em 04 junho de 1978 - sob o efeito das fortes chuvas registradas naquele período. O corrimento de um enorme volume de terra levou consigo um posto de gasolina - que existia na parte alta da ladeira - sete dos seus casarões e deixou mais de uma dezena de mortos.

ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO [da]

Esta via situa-se ao lado esquerdo da Igreja de São Francisco e, juntamente com o convento da Ordem, formam "um dos complexos monumentais mais importantes de Salvador". O conjunto origina-se do convento dos franciscanos, fundado em Salvador no ano de 1587, mas cujo projeto principal somente seria desenvolvido a partir de 1686, por frei Vicente das Chagas, e dada por concluída, em 1782, quando foram assentados os azulejos.

A fachada da igreja principal está voltada "para uma praça muito alongada, onde está localizado o elemento típico das urbanizações franciscanas - o cruzeiro - que dá nome ao local". O Largo do Cruzeiro de São Francisco articula-se com o Terreiro de Jesus [t] formando um dos mais interessantes espaços urbanos de Salvador, delimitado, na sua maior parte, por construções da metade do século passado. No imóvel de nº 8 do Largo do Cruzeiro, uma construção do século XVII atualmente ocupada pela União Espírita da Bahia, nasceu o poeta Gregório de Matos Guerra [t], o Boca do Inferno.

Como se sabe, a Ordem Primeira, fundada por São Francisco de Assis, é constituída pelos irmãos que

professaram. A Ordem Segunda, integrada apenas pelas irmãs, foi fundada, em 1011, por Santa Clara, também em Assis (Itália), tendo a sua regra sido redigida por São Francisco. A Ordem Terceira é aquela aberta às pessoas leigas de ambos os sexos. É da Irmandade da Ordem Terceira que provém o batismo desta via, que já foi dividida em Ladeira e Rua sob aquele nome. *Centro Histórico.*

PALMA [da]

O local era conhecido como *Monte das Palmas* e ali, em 1625, "acamparam as tropas luso-espanholas que realizaram o cerco à cidade ocupada pelos holandeses", desde o ano anterior. Ainda não existia a igreja, construída por voto de Bernardo da Cruz Arraes, que se achava gravemente enfermo ao fazer a promessa, em 1630. Quarenta anos depois, foi construído o hospício [g] para acolher os missionários da Ordem dos Agostinianos Descalços. O topônimo estende-se ainda a uma rua e um largo, situados dentro da área de influência do templo e tomando-lhe o batismo. *Nazaré.*

PERDÕES [dos]

Teve início neste local, no ano de 1729, a instalação de um recolhimento para as beatas da ordem franciscana da Capela do Senhor Bom Jesus dos Perdões. Há também, ainda hoje e no mesmo local, uma Travessa dos Perdões. Assim como os demais batismos que tiveram sua origem na presença de estabelecimentos religiosos, este é apenas mais um exemplo do que Edison Carneiro registra como "um sinal da extrema beatice da época". *Santo Antônio.*

PRAÇA [da]

A praça não tinha nome, pois era a única existente na cidade. A ladeira abria-se ao lado esquerdo da Casa da

Câmara e Cadeia, seguindo para a parte mais baixa e alagadiça da povoação grande. Como o trecho aladeirado também não tinha nome, ficou sendo a *Ladeira da Praça*, um batismo que sobrevive até os nossos dias, mesmo depois de a Praça - hoje Municipal - ter passado por diversos batismos. *Centro*. Planta 1.

PREGUIÇA [da]

A Ladeira da Preguiça é uma das denominações mais antigas e curiosas. Origina-se o seu batismo do tempo em que as poucas ladeiras existentes entre as partes baixa e alta da cidade, eram os caminhos usados para transportar as mercadorias do porto para o abastecimento da população. Esta não podia usar aqueles meios de acesso, devido ao volume de carga e ao péssimo estado de conservação.

Abriu-se assim uma via menos íngreme, que terminava na atual Praça Castro Alves, e era através dessa ladeira que as mercadorias seriam exclusivamente transportadas. Apesar disso, não era trabalho fácil fazer subir os carretões puxados a bois e empurrados por escravos, que alegavam ser este um trabalho que “dava preguiça”. De maneira irônica foi então batizada pela população e os feitores como Ladeira do Tira Preguiça. Depois, pela “preguiça” comum à língua falada pelo povo, que em muitos casos - como neste - ao suprimir uma palavra chega mesmo a desfazer o significado histórico original de um topônimo, ficou sendo apenas a Ladeira da Preguiça. *Comércio*.

PAU DA BANDEIRA [do]

Cruzamento da Rua Chile [t], esta via é assim conhecida desde os primeiros tempos da colonização portuguesa, pois ali se localizava o mastro no qual hasteavam-se bandeiras para orientar a entrada e saída de navios no Porto da Bahia (Salvador). Planta 1.



ladeira do taboão

largos

AFLITOS [dos] q.v. Ladeira

BARROQUINHA [da] q.v. Ladeira

BOA VIAGEM [da]

Dando nome ao espaço que se abre para um dos seus lados, em sentido da terra, e à sua frente para a Baía de Todos os Santos, existe neste local uma igreja dedicada aos cultos religiosos de Nossa Senhora da Boa Viagem e do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, sob a invocação daquela. O templo foi construído entre os anos de 1712-14. É neste largo e ruas próximas que, todos os anos, no dia 1º de janeiro, se realiza a festa do Senhor dos Navegantes.

No dia 31, a imagem é conduzida por mar para a Basílica da Conceição da Praia, onde permanece até após a missa solene realizada no dia seguinte. Após o culto, a imagem é reconduzida, em procissão marítima com grande acompanhamento de embarcações de todos os tipos, de volta à Igreja de onde saiu. A imagem é transportada numa galeota, que tem o nome de Gratidão do Povo e fica recolhida, durante todo o ano, em espaço fechado situado anexo ao corpo da igreja.

CALÇADA [da] q.v. Bairro da Calçada

CAMPO GRANDE [do]

Naquele local - situado entre a “fortaleza forte” e a Vila Velha [t] - existiu, durante os tempos da colônia, um





grande pasto para os animais, onde eram alimentados os rebanhos, principalmente bovinos. Foi conhecido durante algum tempo como Campo de São Pedro, por influência da ermida que existiu nas suas proximidades e foi derrubada para dar lugar ao forte do mesmo nome. Em 2 de julho de 1895, então já completamente urbanizado por influência da colônia inglesa que se instalara nas suas imediações, implantou-se ali o monumento aos heróis da independência - conhecido popularmente como *monumento ao caboclo* - que ocupa o centro daquele tradicional espaço urbano, cujo nome oficial é Praça 2 de Julho, que não deve ser confundido com o Largo 2 de Julho [t]. Por um dos lados desta praça, passa um trecho da Avenida Sete.

CAMPO DA PÓLVORA [do]

O nome da área onde se situa o Fórum Ruy Barbosa, dentro da lógica irrefutável que orienta o batismo popular,

tem a sua origem na Casa da Pólvora, que ali se localizava na época colonial, tendo passado, posteriormente para o Matatu [t]. Muito tempo depois, já no século XVIII, e com autorização do Imperador D. Pedro II, construiu-se uma nova Casa da Pólvora, onde hoje se localiza o QCG da Polícia Militar (Largo dos Aflitos). Foi durante algum tempo, por deliberação da Câmara Municipal, batizado com o nome de Campo dos Mártires, em memória dos revolucionários pernambucanos de 1817: José Inácio Ribeiro de Abreu Lima (Padre Roma), Domingos José Martins, Miguel Joaquim de Almeida e Vastro (Padre Miguelinho) e José Luiz de Mendonça, fuzilados em 29 de março e 12 de junho naquele local.

CRUZ DO PASCOAL [da]

Estrutura de notável mérito arquitetônico-urbanístico. Um dos mais pitorescos e expressivos pontos de referência visual de Salvador. O oratório que é

constituído por uma coluna encimada por um nicho, guarda em seu interior uma preciosa imagem de Nossa Senhora do Pilar, do século XVIII. O oratório é praticamente todo revestido de azulejos nas cores azul e branca e está hoje protegido por gradil de ferro do século XIX (1874).

Localiza-se o oratório no Bairro Santo Antônio Além do Carmo, no meio de um pequeno largo de forma triangular, para onde se abrem sobrados, na sua maioria do século XIX, muitos dos quais com fachada azulejada. A ambiência do monumento foi prejudicada pela substituição do piso de pedras irregulares por asfalto, em 1971, posteriormente retirado, mas apenas ao redor do pilar.

O oratório é formado por um nicho inspirado nas torres sineiras de igrejas baianas do início do século XVIII, que se apóia sobre o ábaco de uma robusta coluna toscana de seção octogonal, montada num pedestal de pedra. Os pináculos foram substituídos por esferas de louça. Os azulejos que revestem o nicho e a coluna são portugueses do século XVIII. O oratório foi erguido por *Pascoal* Marques de Almeida, natural de Lisboa, como testemunho de sua fé em Nossa Senhora do Pilar. Em 1743. *Santo Antônio*.

DESTERRO [do]

É dos mais antigos nomes de logradouros da cidade, estendendo-se ainda à Ladeira e Travessa homônimas. Sua origem está relacionada à construção neste local de



uma ermida feita de tábuas e coberta de palmas, dedicada à Sagrada Família, por volta de 1560, quando aquele local era ainda bastante afastado da "povoação grande". O Breve da fundação é datado de 13 de maio de 1669, tendo sido concedido pelo Papa Clemente IX. O Senado da Câmara iniciou as obras de construção em 1671, no entanto, quando seis anos depois chegaram as primeiras fundadoras. "As obras estavam tão atrasadas que as religiosas tiveram de permanecer a bordo 10 dias, enquanto se preparavam os aposentos indispensáveis". Na atual Igreja do Desterro - com seu convento anexo - pode ser visto o piso de mármore trazido de Lisboa e Gênova (Itália) e um belo sacrário de prata, feito em Portugal há mais de 200 anos. *Nazaré*.

DOIS DE JULHO

Em 1866, era visto como "muito moderno e foi formado pelo alargamento de uma parte da Rua do Fogo e parte de um quintalão da antiga casa, o palácio do Marechal Acioli, hoje pertencente por herança ao Coronel Antônio Pedroso de Albuquerque". É logradouro da segunda metade do século passado e seu batismo registra a data da Independência da Bahia, ocorrida em 2 de julho de 1823. Teve duas denominações anteriores: Praça Duque de Caxias e Praça Inocência Galvão. *Centro*.



DOIS LEÕES [dos]

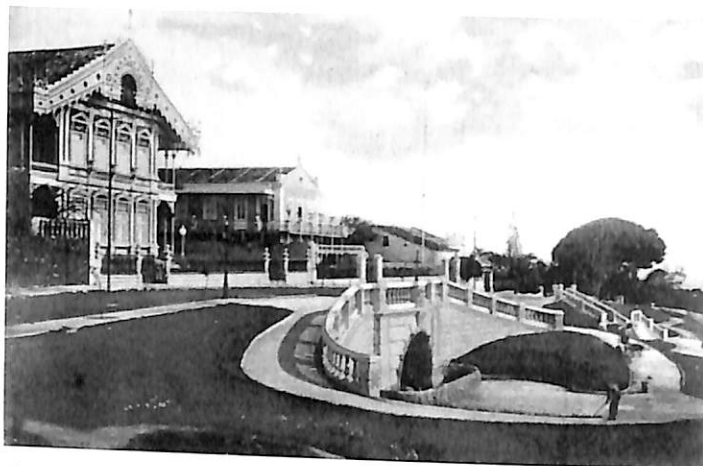
Embora totalmente desfigurada pelas muitas remodelações sofridas, ainda sobrevive no largo uma casa com muro e gradil, em cujas pilastras que ladeiam o portão permanecem assentados dois animais de louça, representando as figuras de leões. Ao ser construída com esses ornamentos, resultou ser conhecida como “a casa dos dois leões”, batismo que, abreviado pela costumeira comodidade popular, se estendeu a toda aquela área. *Baixa de Quintas*.

FAROL DA BARRA [do]

O Forte de Santo Antônio da Barra foi edificado no século XVI e inicialmente conhecido como “Forte Grande”. Foi reformado após a invasão holandesa, quando acrescentaram-lhe o farol que, totalmente modernizado, ainda hoje orienta os navios que entram na Baía de Todos os Santos. É a presença daquele equipamento sinalizador que dá nome a toda a área em seu entorno e sua proximidade de um acidente natural aqui já referido (barra), que o fez conhecido como Farol da Barra. No tempo em que o local onde se encontra ainda era distante do centro, chegava-se até ao largo (ainda hoje existente) através da Estrada do Farol (depois Rua do Farol), hoje o trecho final da Avenida Sete (de Setembro). *Barra*.

GRAÇA [da]

Neste local construiu Diogo Álvares Correia - o Caramuru (1) - a capela, hoje Igreja da Graça, em honra da Santíssima Virgem, a Senhora da Graça, e vizinho a ela a sua residência. Nesta igreja se acham enterrados os restos mortais de Catarina Paraguaçu, esposa dele. Foi o primeiro largo da cidade, aberto por volta de 1524. O segundo é o da Vitória, aberto em 1530. Quando chegaram a Salvador, em 29 de março de 1549, Tomé de Sousa e os Jesuítas encontraram um oratório de “barro, recoberto de palmas”, erguido por Caramuru, atendendo aos pedidos de sua mulher, Catarina. Esta



dizia haver sonhado com a Senhora da Graça, que lhe pedia para construir uma igreja sob a sua invocação. Naquela construção “a molde de igreja”, realizou-se, em 31 de março, a primeira festa religiosa da comitiva do recém-chegado governador geral. A igreja “de pedra e cal” foi levantada algum tempo depois da morte de Caramuru, acontecida em 1557. Com a morte de Catarina, em 1589, o local passa para domínio do Mosteiro de São Bento, que reconstrói a Igreja da Graça. O nome do bairro é oriundo, portanto, de antes da chegada dos primeiros colonizadores oficiais, sendo, como muitos outros, baseado na existência de um estabelecimento religioso.

(1) Este aventureiro português aqui já se encontrava quando chegou o primeiro donatário, Francisco Pereira Coutinho, no ano de 1536. Sabe-se que naufragou nas costas da Bahia quando se dirigia para a Índias, rezando a lenda que foi o único da sua expedição que escapou à sanha dos primeiros ocupantes da terra. Teria Diogo Álvares Correia sobrevivido ao massacre, disparando uma espingarda que trouxera de bordo e ganhando assim o apelido de Caramuru, nome de um peixe bastante comum no litoral baiano. Viveu entre os tupinambás e prestou bons serviços às expedições portuguesas que estiveram no Recôncavo entre 1510 e 1557, com o objetivo de colonizar a Bahia. Caramuru casou-se com a filha de um dos principais chefes índios (Taparica) e entre as muitas lendas que cercam a sua vida consta uma viagem à França em companhia da noiva, o batismo dela, em Paris, e o casamento de ambos, tendo como padrinhos o Rei Henrique II e sua mulher, Catarina de Médicis, que teria emprestado o seu nome à afilhada. Diogo Álvares morreu na povoação de Vila Velha em 5 de outubro de 1557, sendo desconhecida a data do seu nascimento.

MADRAGOA [da]

É palavra de origem tupi, que significa viveiro de crustáceos, do tipo gaiamu. Ali, segundo Edison de Palma Meirelles (In: Itapagipe que eu vivi), “aos domingos à noite havia retreta no jardim e boas músicas como Viúva Alegre, Rigoletto, Trovador, Cavalaria Rusticana, O Guarani e muitas outras, executadas pelas filarmônicas - Lira de Apolo, Carlos Gomes, Recreio do Pilar e São Brás. O jardim em toda a sua volta, ainda conservava o gradil de ferro, muito bem trabalhado com quatro originais portões também de ferro e, que logo após a saída das bandas, às 22 horas, fechavam-se a fim de preservar as plantas ornamentais que existiam”. *Ribeira*.

MARIQUITA [da]

Localizado na desembocadura do Rio Vermelho, tem o seu batismo originado da expressão *mair aquiqui ig*, de onde se origina *mairagiquiig* ou *mairaquiquiig*, que em Tupi significa “soçobro dos franceses”. O estudo etimológico é de Teodoro Sampaio (In: O Tupi na Geografia Nacional, Pág. 119). Ele esclarece ainda que “o nome indígena desses perigosos baixios significa *um naufrágio de franceses*, cuja tradição assim se conserva na toponímia regional, bem como na costa em frente próximo desses mesmos baixios”. O historiador localiza aqueles baixios “junto à barra da Bahia, à parte do norte, chamados do gentio *Mairagiquiig*”.

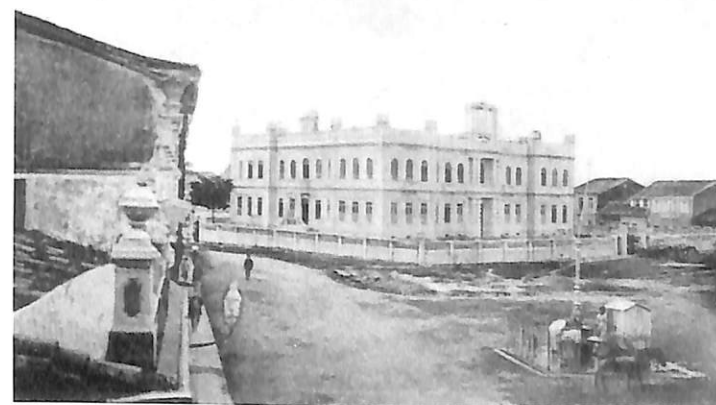
Consta ter sido aí o local do naufrágio de Diogo Álvares Correia - o Caramuru, a quem o primeiro donatário da Capitania da Bahia de Todos os Santos, Francisco Pereira Coutinho, encontrou já estabelecido, no Porto da Barra, quando aqui chegou em 1535. Neste local há registros históricos da presença de Caramuru, em 1526, pelo castelhano Rodrigo de Acuña; em 1531, por Martim Afonso

de Souza, e naquele mesmo ano de 1535, antes da chegada de Pereira Coutinho, por João de Mori. *Rio Vermelho*.

MOURARIA [da]

Origina-se essa denominação do século XVIII, quando o governador geral da colônia, Marquês de Vila Verde, determinou que aquele local, entre a Lapa e a Palma (onde hoje se localiza o Quartel General da 6ª Região Militar), passaria a ser área obrigatória para os acampamentos dos primeiros ciganos que, por provisão do Conselho Ultramarino, datada de 11 de abril de 1718, vieram degredados de Portugal.

O povo chamava de “mouros” aos representantes daquela raça, que ali se instalaram promovendo um pequeno comércio de quinquilharias e a leitura da sorte com ajuda de cartas de baralho ou diretamente nas mãos do interessado. Partindo deste largo sai uma rua com o mesmo nome, que vai se encontrar com a Avenida Joana Angélica [t], antiga Rua das Palmeiras. No entroncamento destas duas vias, ao lado esquerdo, está a Igreja de Santo Antônio da Mouraria, também do século XVIII, que foi construída entre os anos de 1724-1726. *Nazaré*.



PALMA [da]

O batismo vem de 1630, quando naquele local foi construída por Ventura da Cruz Anais a ermida [g] de Nossa Senhora da Palma, cujo batismo se estende ainda à Ladeira e ao Largo da Palma. Neste último local funciona, hoje, em prédio anexo à igreja, a Faculdade de Filosofia da Universidade Católica do Salvador. *Nazaré.*

PAPAGAIO [do]

Está registrada por Melo Moraes, em 1866, na freguesia da Penha, uma Rua da Praia do Papagaio, “que é muito extensa”. Embora situado na mesma área, não há referência à origem do nome deste largo, cujo batismo é um dos muitos que registra espécime da variada fauna tropical. Em outros autores pesquisados também não foram encontrados indícios de como se firmou este topônimo. *Ribeira.*

PARANHOS [dos]

Localizado em Brotas, é assim conhecido por ali haver morado o coronel de engenheiros Thomaz da Silva *Paranhos*. Em 1874, ele foi o diretor do antigo Arsenal de Guerra e grande proprietário de terras no local. Era descendente do “capitão do antigo Corpo de Artilheiros, Thomaz da Silva *Paranhos*, guarda-costa do Príncipe Real do Brasil e negociante matriculado...”. Nas terras em frente ao largo situava-se a Quinta das Beatas, hoje Bairro Cosme de Farias.

Segundo o professor Waldeloir Rêgo, “no local antigamente chamado Quinta das Beatas há uma infinidade de cultos de procedência africana, responsável pela denominação de várias ruas entre elas a que se chama *Giri Giri*, nome tirado de um canto de Oxossi, um dos deuses da caça. *Giri Giri* se refere à maneira de segurar as rédeas do cavalo que se está

montando, pois uma das concepções de Oxossi é de um rei sempre montado a cavalo”.

PELOURINHO [do] (1)

Naquela área de atração turística, totalmente restaurada, foi o último local onde a Justiça colocou, na Bahia (Salvador), a coluna de pedra de cantaria com argolas de bronze, à qual se amarravam escravos e criminosos para açoitá-los ou simplesmente expô-los ao escárnio público. Anteriormente, sendo esta a sua primeira localização, o símbolo da Justiça da época erguia-se no terreno em frente à Câmara e ao Palácio, ocupando o centro de “um pequeno quadrado de apenas 87 passos “andantes”, naquele tempo apenas “a Praça”, hoje “Municipal” (Tomé de Sousa por decreto, desde 1949). O Governador D. Diogo Botelho (1602-1607), mandou transferir a “coluna de pedra de cantaria com argolas de bronze” para o Terreiro de Jesus, onde os gritos dos açoitados, perturbando missas e cerimônias religiosas dos padres jesuítas, que ali tinham sua igreja e colégio, motivaram Provisão Real de D. João V (1706 - 1750) transferindo-o para o largo adiante das “Portas de São Bento” (a Praça Castro Alves, na atualidade). Mais tarde, transferido ainda uma vez (a última), até a sua demolição em 1835, localizou-se junto às “Portas do Carmo”, em outro “largo” que ainda hoje é “do Pelourinho”. Demolido em 1835, no lugar que ocupava foi colocado, em 1857, um chafariz, também desaparecido. Durante o século XIX e até a Primeira Guerra Mundial, o Largo do Pelourinho e seu entorno era o local de “morar bem” na Bahia. Todo o lado esquerdo da ladeira, que era a antiga horta dos padres jesuítas quando estes ocupavam a igreja que viria a ser a sede da catedral basílica, “passou a ser disputada como o mais valioso espaço urbano da cidade”. Os antigos casarões e sobrados que foram construídos ali, estando agora totalmente reformados, demonstram o

fausto e a riqueza daquele período, muito representativo do desenvolvimento da economia baiana até a segunda metade do século XIX. Nesta fase, os seus ricos moradores começaram a trocar os solares do Pelourinho pelas mansões cercadas de verdes jardins e pomares, colocadas à venda, nos bairros da Graça, Vitória e Canela, pela colônia de exportadores ingleses que deixavam a Bahia, após o declínio da lavoura açucareira. *Centro Histórico.* (1) Por extensão, atualmente, o batismo Pelourinho serve para designar uma área bem mais ampla, formada por quatro locais diferentes: o Maciel, que é o mais antigo deles; o espaço entre o Taboão e a Igreja da Ordem Terceira do Carmo; a Rua das Portas do Carmo e o Passo. Alguns dos mais notáveis monumentos arquitetônicos ainda existentes na Bahia - tais como a Igreja do Rosário dos Pretos, o palacete do Ferrão, a Casa das Sete Mortes e inúmeros outros - se encontram a pouca distância do Largo do Pelourinho, elemento aglutinador de toda aquela região e seu mais importante ponto de convergência.



QUITANDINHA DO CAPIM [da]

Um dos muitos batismos existentes naquela região e diretamente ligados ao comércio de gado nos primeiros tempos coloniais. (*q.v.* Ordenamento Medieval - In: Parte II). *Santo Antônio.*

ROMA [de]

Existiu no local, onde ainda permanecia em 1855, a Capela de Nossa Senhora de Roma, dos Carmelitas Descalços. Sua presença está registrada como remontando ao século XVIII, segundo Teixeira Barros, em “Extintas Capelas da Cidade do Salvador”. Escreveu ele que “vaga tradição localizava a capela na Calçada do Bonfim... ao nosso ver, situada do lado do mar, nas cercanias daquele largo”.

SANTO ANTÔNIO DA BARRA [de]

Fica em frente à igreja do mesmo orago [g]. É a primeira igreja da cidade que se avista chegando-se por mar e cruzando a entrada da barra. Embora pouco conhecida e visitada, é das mais antigas da cidade, tendo a sua construção sido iniciada - segundo Melo Moraes - entre os anos de 1595 - 1600.

O templo é datado da segunda metade do século XVI (1). O fato histórico relacionado ao orago da igreja é que, em 1624, ocorreu no Porto da Barra desembarque de tropas invasoras holandesas, no que seria a primeira incursão dos batavos em terras brasileiras. Conta a tradição popular que os invasores foram rechaçados graças à intervenção de Santo Antônio, que aparece combatendo ao lado dos defensores da cidade. Neste templo, a imagem em tamanho natural do santo ostenta a tiracolo a faixa de oficial do exército.

Em 1706, o Senado da Câmara confere a Santo Antônio o título de Capitão. O de Tenente lhe foi dado, em 1717, por Dom João V e o de Tenente Coronel da

Infantaria, em 1814, por Dom João VI. O santo tem diversas outras igrejas sob a sua invocação e um total de 51 logradouros [19 ruas - 14 avenidas - 07 travessas - 11 vilas] com o seu nome, em Salvador. Ladeira da Barra, trecho da Avenida Sete de Setembro.

(1) Em dezembro de 1966, esta igreja foi palco de um fato considerado por muitos como um *milagre* de Santo Antônio: o caminhão de placa 4-40-94, tendo ao volante Antônio Bispo Santos e conduzindo ainda um ajudante de pré-nome Amário, perdeu os freios quando descia a Ladeira da Barra. O veículo em alta velocidade foi dirigido pelo seu condutor para a ladeira que vai até à igreja, onde subiu os 16 degraus que dão acesso ao pátio da frente do templo e ali parou, “sem causar qualquer arranhão em seus ocupantes”. Notícia registrada no jornal A Tarde, em 7 de janeiro de 1967, dá conta de uma missa celebrada nesta data, às 18 horas, pelo padre João Maria Gardenal, vigário da igreja, em ação de graças pelo fato de o caminhão ter “alcançado aquele templo, que fica numa elevação, sem ocasionar acidentes”.

SÃO BENTO [de]

Tem a origem do seu nome na presença ali do mosteiro da Ordem dos Beneditinos, fundado no ano de 1581, pelo frei Antônio Ventura de Latrão, que foi também o seu primeiro prelado. Localizou-se desde o início onde ainda hoje o vemos, “em sítio eminente, ao sul da cidade”, abrigando 70 monges, de um total de 95 que a Ordem dos Beneditinos mantinha na Bahia, assim distribuídos: “oito nas fazendas e engenhos, dez no mosteiro de Nossa Senhora das Brotas, cinco no de Nossa Senhora da Graça, e um em Nossa Senhora de Monserrate”. Após a fundação do mosteiro, às portas sul da cidade, localizadas na altura do atual Palácio dos



Esportes, que eram conhecidas como de Santa Luzia, passaram a ser as Portas de São Bento. A ladeira entre a Praça Castro Alves e o Largo de São Bento, também é popularmente chamada pelo nome deste santo. Ambos os logradouros são trechos da Avenida Sete. *Centro*.

SÃO PEDRO [de]

Existia ali uma antiga matriz chamada de São Pedro Velho, para distinguí-la da igreja de São Pedro Novo (Igreja de São Pedro dos Clérigos), situada no Terreiro de Jesus, que ainda permanece no seu posicionamento original. Esta última foi projetada em 1707, mas somente iniciada na segunda metade do século XVIII. A anterior foi parcialmente demolida durante os trabalhos de urbanismo do primeiro governo de J. J. Seabra (1912-1916). Hoje existe uma igreja de São Pedro na esquina da Praça da Piedade com a Avenida Sete. *Centro*.

RELÓGIO DE SÃO PEDRO [do]

Tendo sido adquirido no primeiro governo de J. J. Seabra, que terminou em 28/3/1916, o Relógio de São Pedro foi instalado em novembro daquele mesmo ano, já sendo governador Antônio Ferrão Muniz de Aragão. É instrumento de fabricação francesa, com quatro faces e fino acabamento. É dos poucos que ainda permanecem em funcionamento no cenário da cidade, de onde já desapareceram os relógios: do Jardim de Nazaré, da torre da Câmara de Vereadores, quando ali esteve a Prefeitura Municipal, o da fachada superior do Elevador Lacerda e o do prédio da antiga Companhia Circular, na Praça da Sé [t]. É trecho da Avenida Sete de Setembro. *Centro*.

SÃO RAIMUNDO [de]

O seu nome se origina da iniciativa de Raimundo Maciel Soares, que começou a construir naquele local, em 1753, um estabelecimento religioso, tendo como orago

o santo católico seu homônimo. Naquele local deveriam se recolher 12 moças “arrepentidas dos erros do mundo”, cuja único compromisso seria o de rezarem - diariamente - três Salve Rainhas pela salvação da alma dele. Tendo falecido em 1759, a obra foi concluída pelo superior dos frades Terésios. *Mercês*.

SETE PORTAS [das]

Existia no local, até meados deste século, um casarão que se alongava ao sopé do morro que conduz ao Bairro Brotas. Era construção dotada de sete portas iguais em altura, largura e idênticas pinturas nos adornos, da mesma forma como era simétrico o espaçamento entre elas. Era a “casa das sete portas”, de onde se originou o nome que ainda hoje batiza o largo localizado nas proximidades de onde havia o casarão.

TAINHEIROS [dos]

Tem o seu nome originado da atividade pesqueira, pois *tainheiros* são aqueles que vivem da captura de tainhas, espécie de peixe da qual aquela área era um excelente pesqueiro. Por extensão, designa também os barcos utilizados na pesca desse tipo de habitante marinho. *Ribeira*.

TANQUE [do]

Existiu neste local um pequeno dique que deu origem ao batismo.

TERREIRO DE JESUS [do]

O batismo completo deste logradouro já foi o *Terreiro da Casa da Companhia de Jesus*. A palavra *terreiro* compreendida aí como o “pedaço de terra plano e largo”, que se estendia na área em frente às construções ocupadas pelos Jesuítas nos primeiros tempos da cidade.

Em 1556, como está registrado na História da Companhia de Jesus no Brasil - Volume I, Página 46, “ao colégio dos meninos de Jesus, da Bahia, sucedeu o que leva o nome mais simples de Colégio de Jesus”. Com isso, aquele que era o “terreiro da casa da Companhia de Jesus” ou ainda o “terreiro dos meninos da Casa de Jesus”, passou a ser o apenas o “Terreiro de Jesus”.

Este logradouro, quinhentista e nascido praticamente com a cidade, situa-se em frente à Catedral Basílica (1), construção originalmente de propriedade dos Jesuítas. No período do Segundo Império, após o casamento da Princesa D. Isabel com o Conde D’Eu, o Terreiro foi batizado com aquele nome e o título daquele representante da nobreza. Após a proclamação da República, passou a chamar-se Praça 15 de Novembro. Mas para o povo foi sempre o Terreiro de Jesus ou mais simplesmente ainda, adquirindo o sabor próprio das coisas com as quais estamos acostumados a conviver todos os dias: o Terreiro. Como escreveu o Professor Valle Cabral “terreiro mesmo, porque terreiro era, como ainda agora no sertão, pedaço de terra plana, despedrada, desmatada, varrida, limpinha, na frente da casa...”.



Já a historiadora e folclorista Hildegardes Viana, descrevendo o Terreiro de Jesus, registra que aquele logradouro “é tão velho quanto a cidade. Velho como a Sé de palha. Foi testemunha de cenas de catequese, quando os padres jesuítas, instalados no pequeno colégio junto às portas do Carmo lançaram os alicerces da cultura brasileira. Nos séculos XVII e XVIII foi praça de touradas. Muitas cavalhadas (por volta de 1555) foram ali levadas a efeito. Ao tempo de Pedro II foi batizado como Praça Conde D’Eu e com a República passou a ser Praça 15 de Novembro. Importante igreja do colégio, hoje catedral basílica de Salvador, a sóbria Igreja de São Pedro dos Clérigos, a bonita Igreja de São Domingos, além do belíssimo chafariz que fica no centro do largo estão ali localizados. A antiga Faculdade de Medicina, pegada à Catedral, parte do antigo colégio dos Jesuítas, onde depois funcionou a primeira escola cirúrgica do Brasil, fazendo esquina com a rua chamada de Portas do Carmo, as casas mais ou menos dentro de um mesmo estilo, o Cruzeiro de São Francisco ao fundo, compõem um conjunto difícil de ser encontrado”.

Falando do chafariz que existe no centro do largo, ela diz que “foi construído por volta da metade do século XIX, quando o vice-presidente da Província da Bahia, Álvaro Moncorvo, sancionou lei determinando a construção de algumas obras em vários pontos da cidade. Naquela época, o abastecimento de água era feito de maneira precária, através de fontes públicas construídas no período colonial. Por isso Álvaro Moncorvo determinou a construção de vários chafarizes em Salvador, e em 1856 a Companhia do Queimado - empresa responsável pelo abastecimento de água da cidade - levantou um chafariz no centro do Terreiro de Jesus, beneficiando, além dos que residiam na praça, os moradores de todas as ruas que ficavam nas

imediações. A obra chama a atenção pela figura central em tamanho natural da deusa Ceres. D. Pedro II assim descreveu o chafariz durante visita feita à Bahia: “No Terreiro de Jesus examinei o belo chafariz ornado de uma bela estátua sobre um pedestal, em cuja base inferior rodeiam as figuras dos quatro rios Paraguaçu, Jequitinhonha, Pardo e São Francisco”. *Centro Histórico*.

(1) Na última cela à direita de quem entra na Catedral viveu o Padre Antônio Vieira (1608-1697), cujos sermões são considerados clássicos da Língua Portuguesa. Consta que ele tinha grandes dificuldades de aprendizado e não conseguia articular bem as suas falas, fato que o levava a rezar diante de uma imagem de Nossa Senhora, pedindo-lhe que lhe concedesse o dom da oratória. Esta imagem ainda se encontra na Catedral, sob a invocação de Nossa Senhora das Maravilhas. Consta que diante dela Vieira sentiu o “estalo”, a partir do qual tornou-se um dos mais brilhantes oradores sacros de todos os tempos. Daí vem a expressão popular “estalo de Vieira”, empregada quando alguém tem uma idéia considerada brilhante.

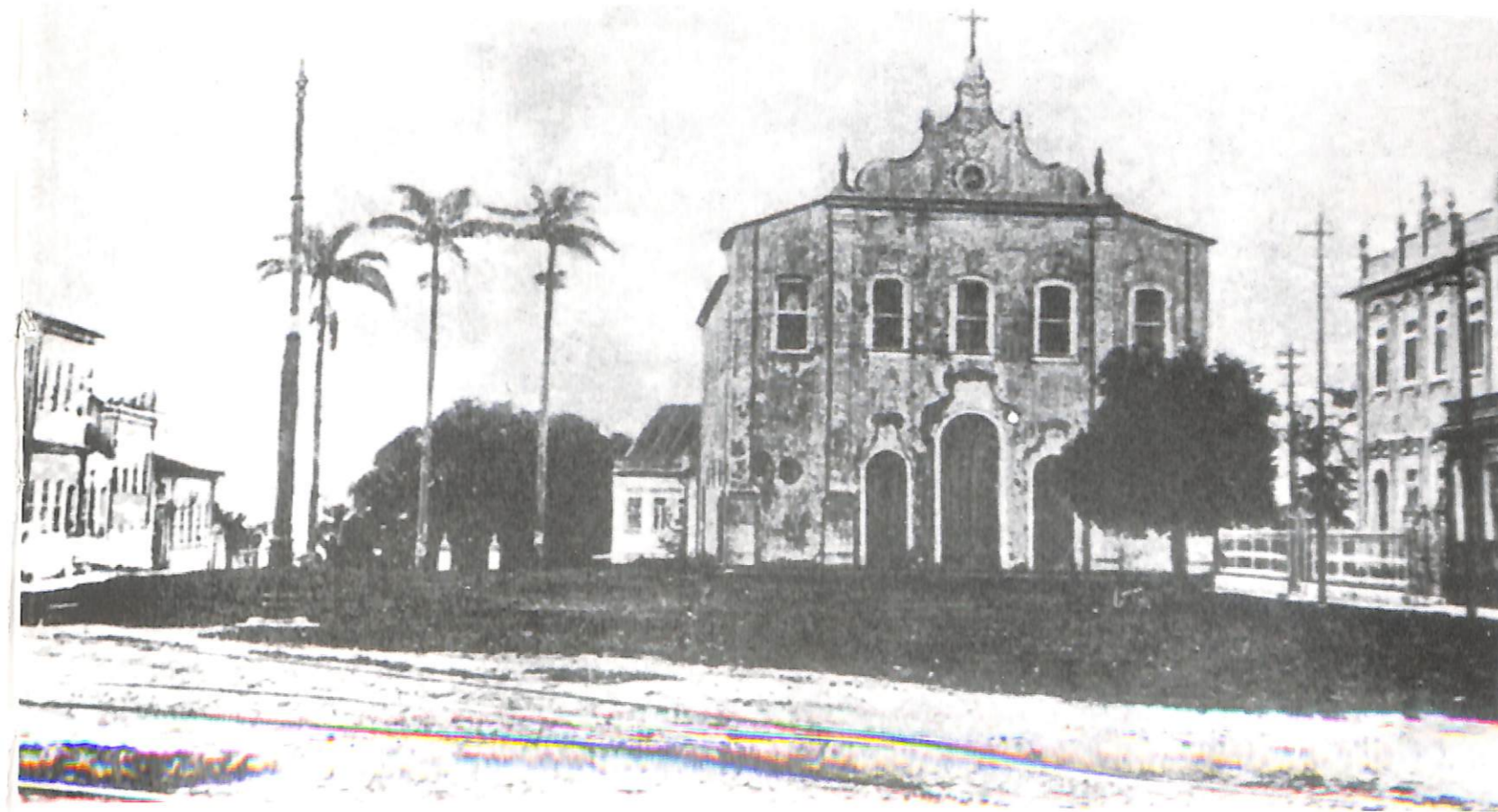
VITÓRIA [da]

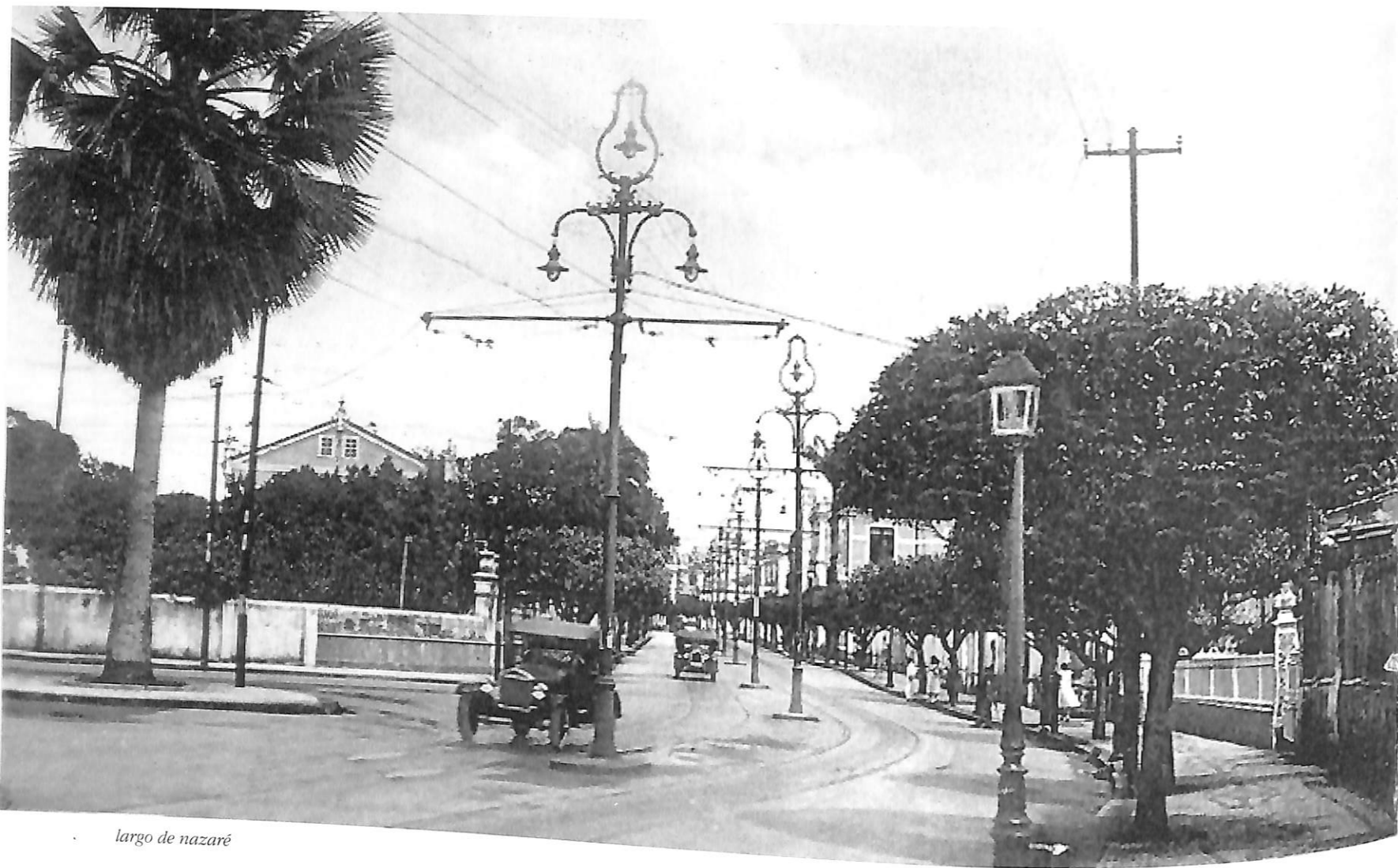
Era a antiga praça da Vila Velha, onde morou Diogo Álvares Correia, o Caramuru. Foi aberto por volta de 1530, sendo o segundo largo da cidade. O primeiro foi o da Graça [t], aberto por volta de 1524. Em uma das casas deste largo, no dia 16 de julho de 1586, Catarina Álvares Paraguaçu passou escritura das terras e igreja da Graça - onde hoje se encontra enterrada - ao mosteiro de São Bento.

É precedido por um longo trecho da Avenida Sete, conhecido como Corredor da Vitória [t], que tem início no Campo Grande [t]. Sobre aquele local assim se expressou o viajante francês Tollenare, em 1817: “o arrabalde da Vitória é quase exclusivamente ocupado por estrangeiros da Bahia e, por isso, não se pode ali bem apreciar os costumes brasileiros”.

Como se sabe, durante muitos anos, no início do século XIX, toda aquela área sofreu a influência dos

exportadores ingleses, que ali possuíam até mesmo uma igreja anglicana, desaparecida já na segunda metade deste século. Ali existe, ainda hoje, próxima ao Campo Grande, a Rua Banco dos Ingleses [t], onde se localiza o Clube Inglês, e, já na Ladeira da Barra, o British Cemetery. É trecho da Avenida Sete de Setembro.





largo de nazaré

pontas

HUMAITÁ [do]

Há aí instalado - e funcionando - um farolete desguarnecido. Ou seja, que opera automaticamente. *q.v.* Ponta do Monte Serrat.

PADRÃO [do]

Onde se encontra o Forte e Farol da Barra. *q.v.* Largo do Farol da Barra.

MONTE SERRAT [do]

Não muito distante do forte do mesmo nome existe a Igreja e Mosteiro de Nossa Senhora do Monte Serrat, **(1)** que até há algum tempo atrás tinha a sua construção atribuída “aos senhores da Torre de Garcia D’Ávila, em data não precisa”. No entanto, ao traduzir a obra de Aldengurb sobre a invasão dos holandeses, dom Clemente Maria da Silva Nigra constata que “o construtor da igreja de Monserrate (sic) foi o governador Dom Francisco de Souza, grande devoto da Mãe de Deus sob aquela invocação”. (In: Fortificações da Baía - J. Silva Campos, Pág. 123).

O cronista beneditino disse que “a igreja foi concedida pelo então governador geral do Brasil, Francisco de Souza [1592-1602], ao Mosteiro de São Bento e que também foi o mesmo governador muito devoto de Nossa Senhora do Monte Serrat e a edificou às suas expensas na Ponta de Tapagipe, mais tarde chamada de Ponta de Itapagipe, Ponta de Monte Serrat e, hoje, conhecida como Ponta de Humaitá”. Anexo à igreja existe um pequeno mosteiro com dois pavimentos. Ambas as construções são protegidas do mar por um parapeito, sobre o qual existe um farolete. *Boa Viagem.*

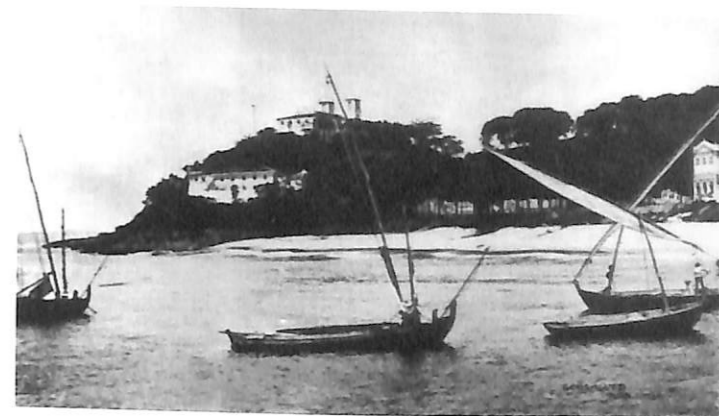
(1) Há uma dúvida histórica que cerca a grafia do nome deste agradável local de Salvador. Na quase totalidade dos registros mais antigos sobre a área, guardados no Mosteiro de São Bento, a palavra é encontrada com o “e” final. Em outros tantos documentos, não tão antigos, mas igualmente históricos, ela aparece como Monte Serrat. Há ainda uma outra possibilidade: Monserrat.



portos & cais

Em seu princípio, muito mais do que hoje, a Bahia era uma cidade que dependia do mar. Não o mar do turismo ou do folclore, mas o mar utilitário, assegurando a sobrevivência de todos. Uma trilha por onde o “transporte de mercadorias se fazia em canoa, na ubá dos índios, em barcos a vela, em caravelões”. Gandavo (1576) escrevia que todos os moradores se serviam da baía - “mui grande e formosa, é três léguas de largo, e navega-se quinze por ela dentro - para fins de locomoção”. Esta situação já era antiga, vinda dos tempos da capitania, quando aqui chegou Tomé de Sousa e aqueles que iriam auxiliá-lo na construção da “fortaleza forte”.

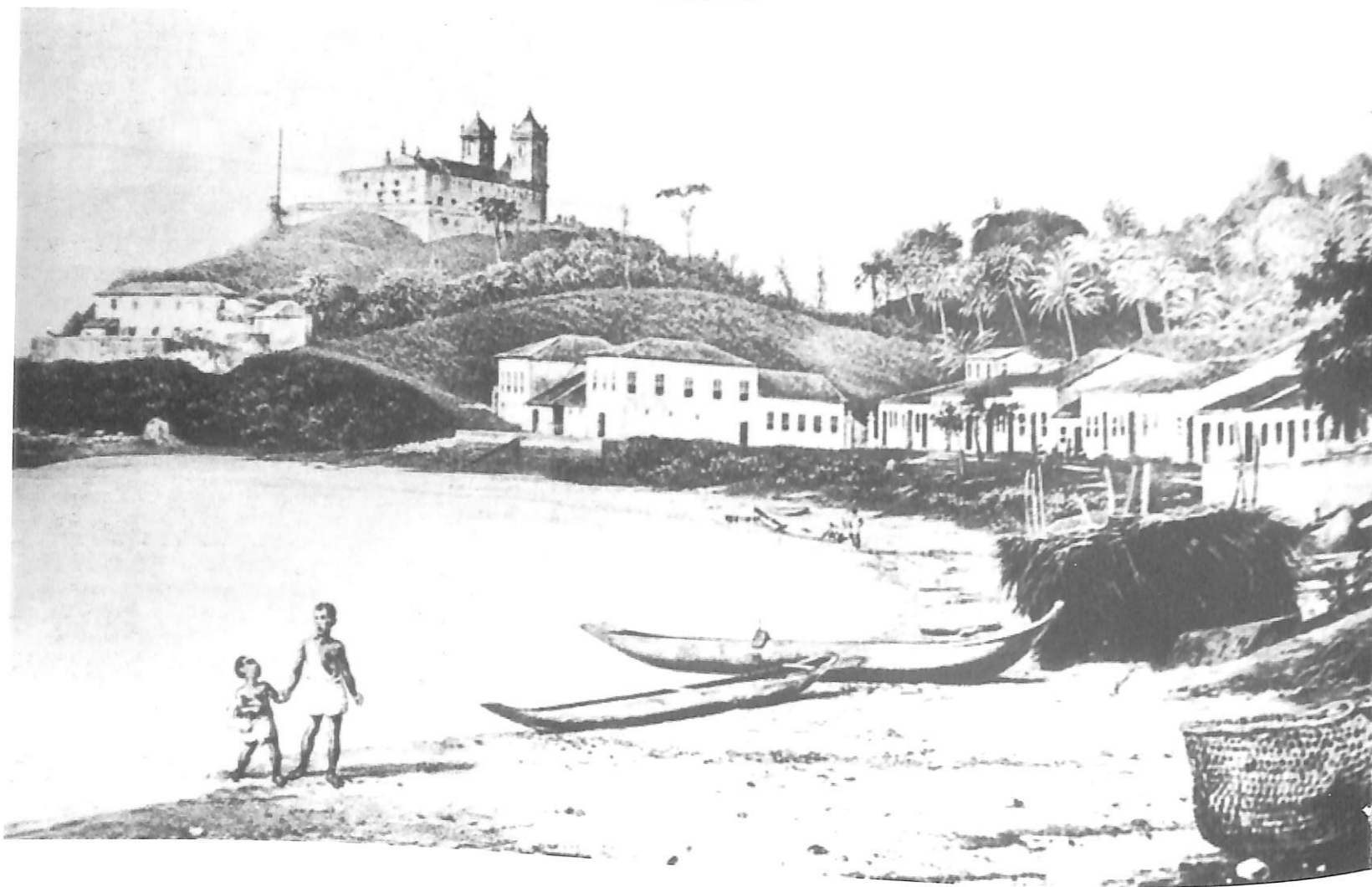
“Com os trabalhos de edificação da cidade, o tráfego marítimo, especialmente com a Vila Velha [t] se tornou mais intenso”, registra Edison Carneiro. E complementa: “o mar, no começo, era a comunicação mais fácil com a Vila Velha, ponto de apoio dos colonizadores, e se tornou, cada vez mais, a *melhor estrada* da Bahia”. Sabendo-se disso, fica fácil compreender a grande quantidade de topônimos - alguns ainda em uso, outros (a maioria) desaparecidos - referidos como porto ou cais, ao longo de todo o contorno marítimo da cidade, cada um deles contando a sua própria história, entre as quais se destaca a do:



porto da barra

PORTO DA BARRA

Ali está assentado o marco do desembarque de Tomé de Sousa, em 1549. Nesta pequena enseada desembarcou Francisco Pereira Coutinho, em fins de 1535. Ele era o donatário da Capitania da Bahia de Todos os Santos. Naquele local já encontrava estabelecido Diogo Álvares Correia, o Caramuru, com um bom relacionamento com os índios, dos quais dominava a língua.



Por serviços prestados e ainda a prestar, Pereira Coutinho concede a Caramuru uma sesmaria, que ocupava o lugar onde hoje se encontram os Bairros da Graça [t] e Barra [t]. No mesmo local desembarcou Tomé de Sousa, em 1549, e todos os que com ele vieram para fundar a Cidade do Salvador.

praças

CASTRO ALVES

Ponto central de referência no Carnaval da Bahia, pertencendo à poetas (aos quais inspira) e ao povo (que lhe balança o chão ao som dos trios), a praça só muito recentemente - por volta dos anos 60/70 - começou a ser conhecida e referida pelo nome de Castro Alves. Na década anterior as pessoas de um modo geral e as de idade mais avançada em particular, só se referiam a ela como sendo o "Largo do Teatro" (Planta 1) pois guardavam ainda na memória o batismo relacionado à existência ali do desaparecido Teatro São João, que se estendeu até aquele período por força do vizinho Teatro Guarani (atual Cinema Glauber Rocha).

O Teatro São João foi, também, cenário da curta e vitoriosa trajetória do poeta Castro Alves, que ali, em 7 de setembro de 1867, foi intensamente aclamado pelo público quando da primeira apresentação do seu drama "Gonzaga ou a Revolução de Minas". O poeta, escrevendo a um amigo, registrou: "como sabes foi o meu drama à cena. Fui muito feliz. No dia 7 de setembro tive um triunfo como não consta que alguém obtivesse





na Bahia. Em suma vitorioso quanto era possível e cercado, fui além disso, levado à nossa casa em triunfo". Também este teatro foi o cenário da estréia baiana do maestro Carlos Gomes, quando em 15 de julho de 1879 ali foi apresentada sua ópera "O Guarani". No ano seguinte, em 6 de abril de 1880, o maestro vem a Salvador e, no mesmo teatro, é ovacionado pelo público.

Aquela casa de espetáculos localizou-se onde hoje se ergue o Palácio dos Esportes, tendo sido inaugurada em 13 de maio de 1812, com 340 cadeiras, 60 camarotes repartidos em três ordens e uma galeria para 400 espectadores. Após anos gloriosos, o Teatro São João passou a ser cinema, após 1911. O prédio desapareceu em um incêndio na noite de 6 de junho de 1923, mas a presença do Teatro Guarani [inaugurado em 24 de dezembro de 1919] nos limites da atual praça, manteve em uso o batismo "Largo do Teatro". Na época colonial, a primeira denominação daquele local foi "Largo da Quitanda", tendo sido chamada também de Praça de São Bento, quando governava a cidade D. Francisco da Cunha Menezes, que a inaugurou sob essa denominação em 1802.

A denominação oficial de Praça Castro Alves vem desde 10 de julho de 1881, quando ali foram afixadas, em uma coluna, duas placas de bronze com o nome do "poeta dos escravos", sendo a estátua - um trabalho do escultor Pasquale De Chirico, então professor da Escola de Belas Artes da Bahia - erigida posteriormente. Como aconteceu em outros casos, o batismo popular de Largo do Teatro sobreviveu muito tempo após o batismo oficial de Praça Castro Alves.

Este último, que só viria a se firmar nos anos 70, de modo particular por influência da música de Caetano Veloso, cujos versos iniciais - "A Praça Castro Alves é do povo, como o céu é do avião..." [Frevo Novo - gravada em novembro de 71 - maior sucesso do

carnaval do ano seguinte], foram responsáveis pela popularização definitiva do batismo com o nome do poeta. Àquela época ali se concentrava o Carnaval mais animado de Salvador, de onde o trio elétrico se projetou para fora dos limites da Bahia e do Brasil.

Em ensaio publicado na revista Veja [edição de 06/08/97], sob o título "O que há por trás dos nomes das ruas", Roberto Pompeu de Toledo registrou como "um raro caso de adequação entre a importância, a beleza e o uso que se faz de um logradouro, de um lado, e a pessoa que o nomeia, de outro, é a Praça Castro Alves, em Salvador. Ela é central, debruça-se sobre o mar e, ainda por cima, no Carnaval e em outras ocasiões, enche-se de povo. O mais célebre poeta baiano fica assim num lugar importante e bonito, e que além disso comprova sua tese de que a praça é do povo como o céu é do condor". Planta 1.

DODÔ & OSMAR

É batismo recente, oficializado pelo Decreto Nº 3880, de 27/05/88. Apesar da tentativa de homenagear os "pais do trio elétrico" dando os seus nomes ao tradicional *Largo do Tororó*, aquele local, enquanto endereço, ainda é indicado pelo seu antigo nome. Mas isso não invalida o fato de que eles - Dodô e Osmar - inventaram "o maior símbolo do carnaval baiano. Cultuado por multidões de foliões enlouquecidos, o invento arrastou também para a sua turma uma legião de artistas, ativos ou não, que se viram influenciados de alguma forma pelo som irresistível do trio".

Osmar Álvares de Macedo (falecido em 97, com 74 anos) e Adolfo "Dodô" Nascimento (falecido em 78) se encontraram pela primeira vez em 1938, tocando em um programa de rádio, onde também se apresentava Dorival Caymmi. Dodô, interessado em eletrônica, pesquisava também uma forma de amplificar o som

dos instrumentos de corda, o que só foi conseguido em 48, com o aperfeiçoamento do violão elétrico maciço, o que eliminava a dissonância, principal problema dos violões elétricos conhecidos até então. Como a guitarra norte-americana só apareceu alguns anos depois, Dodô teria podido reclamar para si o título de inventor daquele instrumento, hoje internacionalizado. Assim como internacionalizado está o trio elétrico, que surgiu, conforme depoimento de Osmar "graças ao pau elétrico. Eu e Dodô saímos pela primeira vez em 1950, em cima de um Ford 29, que utilizava para carregar ferro da minha oficina. O "pau elétrico" é fruto de uma adaptação que fizemos com o braço do violão antigo, num pedaço de jacarandá. Colocamos o captador embaixo das cordas e conseguimos um som alto. Foi um sucesso. Tocamos frevos rasgados pernambucanos, as marchinhas cariocas da época, enxertadas com músicas clássicas, como Morte Perpétua, de Paganini, e Rapsódia Húngara".

No ano seguinte [1951] saíram com um carro maior e convidaram um amigo - Temístocles Aragão - para tocar com eles, surgindo assim o "trio elétrico". Composta em 1953 por Osmar, a música *Frevo do Trio Elétrico* traduz em seus versos a nova forma de "brincar" o carnaval: "...pula gente bem, pula pau-de-arara, pula até criança e velho babaquara..." Eles comandaram a folia até 1960, quando faleceu Armando Costa, sogro de Osmar e principal incentivador do grupo. Em homenagem a ele, Dodô e Osmar se retiraram do cenário, mas, àquela altura já havia diversos trios tocando no carnaval da Bahia. Três anos depois, Armandinho - filho de Osmar - começa a se apresentar sobre um trio elétrico, vindo a se tornar nacionalmente famoso pouco tempo depois, ao vencer um concurso musical na televisão.

Entre agosto de 1969, quando foi gravada, e o Carnaval do ano seguinte, uma música tornou o trio elétrico motivo de curiosidade nacional. Caetano Veloso - já um dos principais nomes da MPB - havia composto *Atrás do Trio Elétrico*, pretendendo prestar homenagem àquela forma de expressão musical ainda pouco conhecida fora da Bahia. Ele mesmo não acreditava no sucesso da música, pois os compositores da área mais intelectualizada nunca conseguiam fazer uma **composição que agradasse ao gosto popular**, que predominava no Carnaval. No entanto, *Atrás do Trio Elétrico foi um sucesso nacional e contribuiu de forma definitiva para a divulgação daquela invenção tipicamente baiana*.

O que pouca gente sabe é que Osmar Macedo era, principalmente, um metalúrgico de excepcional capacidade criativa, com diversas soluções pessoais, altamente técnicas, utilizadas em obras de grande porte no Brasil e no exterior. Em 1994, estas invenções foram reunidas numa exposição batizada com o título "Bolações de Osmar Macedo para a Construção Civil", que ficou aberta ao público de Salvador, na sede do Sindicato das Indústrias de Construção.

Ele mesmo, aos 70 anos, em entrevista concedida à Revista do Econômico (agosto, 1993), enquanto falava do seu orgulho de haver lançado "um trio em Toulouse, na França, como se inaugura um navio, com direito a quebrar garrafa de champanhe", reconhecia: "esta é uma verdadeira inversão de valores, meu trabalho como metalúrgico não me deu tanta projeção como a criação do trio". A Praça Dodô e Osmar é o antigo Largo do Tororó [t].

GUADALUPE [de]

Foi espaço amplo, batizado pela presença ali da desaparecida Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe, demolida por estar sob ameaça de desabamento em

conseqüência de um canal aberto nas suas proximidades. Ficava na área em frente ao Quartel dos Bombeiros, no final da Ladeira da Praça [t]. É a atual Praça dos Veteranos [t].

MUNICIPAL

Descrevendo a cidade no ano de 1584, Gabriel Soares a registra como sendo Praça da Feira, acrescentando que naquele local "se faziam corridas de touros", de onde lhe veio um batismo posterior: "da Parada". No seu livro *Notícia Geral*, datado de 1759, José Antônio Caldas a descreve como tendo "26.244 pés quadrados na qual está fronteiro o Palácio onde residem os senhores vice-reis, e na parte oposta a Casa da Moeda. No lado direito a Casa da Câmara e Cadeia, e no lado esquerdo a Casa da Relação. Esta praça se comunica a toda cidade por seis ruas".

Foi também batizada "do Palácio". Em 1889, com a proclamação da República, tomou o batismo de Praça da Constituição e, algum tempo depois, do Conselho (ali se reuniam os representantes dos diversos setores do governo municipal para tomar deliberações). Passou a chamar-se Praça Rio Branco, por meio da Resolução Nº 338, de 24 de maio de 1912.

Da Aclamação, da Assembléia e Ramos de Queiroz foram outras das suas muitas denominações e, desde 1949, quando das comemorações do quadricentenário da cidade, é oficialmente a Praça Tomé de Sousa. Durante um longo período, nos primeiros tempos da cidade, foi conhecida simplesmente como a "Praça", por ser a única da cidade, estendendo o seu batismo à descida que partia de um dos seus ângulos, conhecida até hoje como Ladeira da Praça. Atualmente é endereço certo sob o batismo de Praça Municipal, de origem eminentemente popular, e que indica a histórica presença ali dos principais setores do Poder Executivo do Município.

PALÁCIO q.v. Praça Municipal

PIEIDADE [da]

Este tradicional espaço central de Salvador passou a se chamar "Praça 13 de Maio", em 1888, numa homenagem à Lei Áurea. No entanto, como em muitos outros casos, o nome oficial não foi incorporado ao uso cotidiano da cidade, continuando para o povo a ser "da Piedade", denominação que foi restaurada, em 1967. A origem do batismo é bastante antiga, remontando a 1678, quando capuchinhos franceses, que faziam trabalho missionário ao longo do Rio São Francisco, pretenderam ter um "hospício" [g] na Cidade do Salvador.

Apesar dos protestos dos vereadores da época, que acusavam os frades de insuflarem os índios contra a Coroa portuguesa, o Rei de Portugal concedeu a permissão para a implantação do abrigo religioso. O local escolhido foi um ponto vizinho de onde ainda hoje está a Igreja da Piedade, que era então um pequeno templo de propriedade de uma senhora muito religiosa. De acordo com alguns historiadores, no ano seguinte (1679), ela teria doado a igreja aos dois primeiros monges capuchinhos italianos que chegaram à cidade. Assim é que o batismo Piedade está relacionado na sua origem à igreja e convento daqueles primeiros missionários religiosos. Descrevendo como era este logradouro no ano de 1936, o engenheiro Lauro Fontes, em texto recente, registra que naquele tempo havia ali "no centro da praça a majestosa fonte luminosa, com os seus altos jatos de água colorida, jardins floridos, bancos por toda a parte, limpeza impecável, largos passeios circundando a praça... Aos domingos, à noite, a Banda Sinfônica da Polícia Militar reunia na praça centenas de pessoas elegantes, jovens e casais de namorados". Por um dos lados desta praça passa um trecho da Avenida Sete.

SÉ [da]

"A Sé da cidade do Salvador está situada com o rosto sobre o mar da Bahia, defronte do ancoradouro das naus, com um tabuleiro defronte da porta principal, bem a pique sobre o desembarcadouro, donde tem grande vista. A igreja é de três naves, de honesta grandeza, alta e bem assombrada, a qual tem cinco capelas muito bem feitas e ornamentadas, e dois altares nas ombreiras da capela-mor. Está esta Sé em redondo cercada de terreiro, mas não está acabada da torre dos sinos e da do relógio, o que lhe falta, e outras oficinas muito necessárias, por ser muito pobre e não ter para fábrica mais do que cem mil réis para cada ano, e estes muito mal pagos".

Assim Gabriel Soares de Souza, no seu Tratado Descritivo do Brasil em 1587, descrevia o templo que resistiu durante 21 anos (1912-1933) antes de ser, finalmente, derrubado. Trezentos e vinte e cinco anos haviam transcorrido antes que tivesse início, na Bahia, o fenômeno que o professor Fernando da Rocha Peres chamou de "faina urbanizadora dos politécnicos demolidores". Com o apoio do governador J. J. Seabra, em seu primeiro mandato (1912-1916), este grupo tinha como objetivo "transformar a Cidade do Salvador em um centro urbano moderno e higiênico". Este trabalho atingiria de maneira direta, não apenas o antigo casario colonial, como igrejas as mais tradicionais, que só poderiam ser demolidas com a necessária e indispensável permissão da Arquidiocese. Entre estas se encontrava a Sé Primacial do Brasil.

Esta licença para botar abaixo alguns dos principais templos do Salvador é concedida, inicialmente pelo arcebispo dom Jerônimo Tomé da Silva, que morre em 1924, não sem antes assistir o desaparecimento de templos tradicionais como os das Mercês, Rosário, São Pedro e Ajuda, posteriormente relocados, mas com a perda de um inestimável patrimônio arquitetônico e artístico-

decorativo. Dom Jerônimo deixara, também, muito bem encaminhadas as negociações para a derrubada da Sé Primacial do Brasil. Esta demolição, no entanto, só iria acontecer com o beneplácito do novo arcebispo de Salvador, dom Augusto Álvaro da Silva (1925-1968), que assina em 27 de julho de 1933 o documento legal que daria fim ao “pardieiro famoso”, “trambolho arquitetônico”, “aleijão”, “muralhas chinesas”, “bastilha colonial” como o templo era chamado, através da imprensa, por aqueles que defendiam o seu desaparecimento.

Em 1928, a Sé ainda resistia aos ataques dos seus futuros demolidores. Conforme o professor Fernando da Rocha Peres, “entrincheirados no Instituto Geográfico e Histórico e liderados pelo Dr. Pirajá da Silva, vão desenvolver extensa campanha de âmbito nacional contra a demolição da Sé, fazendo circular um manifesto de defesa do templo” (1). Em seu projeto *Memorial à derrubada da Sé Primacial do Brasil*, que envolveria uma escultura em forma de cruzeiro, de Mário Cravo, e murais de Carybé e Gilbertbert, o arquiteto Assis Reis registra que “a trágica derrubada da Igreja Primacial da Sé, em 1933, seguida da demolição de dois quarteirões de sobrados que perfilavam a antiga Rua do Colégio, deu início ao desfoque do real valor histórico e social deste local”.

O fato é que tendo sido “uma das primeiras preocupações do governador (Tomé de Sousa) e da Coroa”, com a sua construção sido iniciada antes da partida do bispo dom Pero Fernandes Sardinha (1556), sendo um templo onde trabalharam os mestres Luís Dias e Pedro de Carvalhaes, cujas obras foram seqüenciadas por operários contratados por Mem de Sá e Gaspar de Souza, também governadores gerais, a Sé se tornara o alvo principal dos “politécnicos do urbanismo”. Eles já haviam urbanizado a Rua da Misericórdia, mas o seu trajeto “esbarrava na enorme parede lateral do templo, que impedia, solitariamente, o avanço do “progresso” e dificultava a ligação daquela área com a Avenida Sete de Setembro”.

A verdade por trás da polêmica era que “a Companhia Circular (empresa norte-americana), detendo uma concessão de transportes urbanos [em Salvador] estava empenhada em solucionar o seu tráfego de bondes no centro da cidade, criando condições para a implantação de um trajeto econômico e o quanto possível mais fácil. A Sé era um empecilho. A topografia da cidade já não ajudava e além disso as ruas eram estreitas e formavam, em certos trechos, um verdadeiro xadrez...”. No entanto, a Sé resistiu durante longos 21 anos a todos os ataques dos seus detratores e sua defesa deu origem a uma das mais importantes polêmicas nacionais em torno da preservação de um monumento religioso-histórico, envolvendo personalidades da Bahia e do Brasil. O jornalista José Augusto Berbert registra em texto de sua autoria, datado de 1982, que “lendo, hoje, os protestos contra a demolição [da Sé] fico perplexo como a prefeitura e a Arquidiocese tiveram coragem de levar o projeto para a frente. A força da Circular devia ser espetacular”. Ele cita, entre outros, os protestos do diretor do Museu Nacional, historiador e membro da Academia Brasileira de Letras, Gustavo Barroso, que lamenta pela “pobre Bahia, terra indigna de conservar as preciosidades que possui”; de Pedro Calmon, que conclui em artigo escrevendo “imaginemos a fortuna em dólares louros que daria o americano para transportar a um parque de Manhattan, a Sé carunchosa e esquecida, sobre cujos telhados negros quatrocentos se passaram com as suas asas de corvo”.

O jornalista Carlos Ribeiro foi veemente: “a Sé não pertence, no seu espírito, nem a Mitra, nem a irmandades, nem ao Estado provincial, nem a algum município. A Sé é do Brasil. A Sé é nacional”. Enquanto o professor “Pinto de Carvalho faz uma série de artigos diários contra a demolição e, num deles chega a lembrar que Judas vendeu Jesus por 30 dinheiros, e aqui iam ganhar dez vezes mais”.

E duas quadras do Roberto Correia registram em versos os valores - morais e financeiros - envolvidos na histórica polêmica:

“Foi por trezentos dinheiros,
Trezentos contos isto é
Que os modernos leiloeiros
Venderam a Velha Sé.

A vida sempre foi isto,
E há de ser o que hoje é:
Por trinta venderam Cristo
E por trezentos a Sé”.

Era interventor na Bahia “o tenente Juracy Magalhães, prefeito da Capital o Dr. Americano da Costa e arcebispo o reverendo dom Augusto, quando a Igreja da Sé foi permutada pelo antigo prédio onde funcionou o fórum, junto da Igreja da Palma”, mais um cheque “de trezentos contos do Banco Econômico, de nº 47.307”, recebido pelo Cardeal da Silva em 27 de junho de 1933, no momento em que assina a escritura que autoriza a demolição da Sé. Em 7 de agosto do mesmo ano, o jornal A Tarde noticiava que “sob a orientação do engenheiro Enéas Gonçalves Pereira, encarregado pela prefeitura municipal, foram iniciados definitivamente os trabalhos de demolição, hoje, às 8 horas. Uma numerosa turma de operários trabalha ativamente na parte interna da igreja”. No entanto, a seqüência da destruição prosseguirá sem maiores cuidados.

O trabalho prossegue “entregue a operários da limpeza pública que estão ali a realizar a obra de selvageria de uma maneira revoltante e inconcebível. Não satisfeitos de transportar imagens em caminhões de lixo, numa ostensiva ofensa à religião da maioria dos baianos...” como protesta o jornalista Pinto de Carvalho. “A Sé veio ao chão, e o seu recheio - elementos decorativos,

talhas, imagens, alfaias, mobiliário, pinturas, foi disperso por aí...” Perdem-se, assim, a maioria das imagens, castiçais, pias, altares, preciosas obras sacras e a maioria das lápides dos bispos de Salvador, que ali estavam enterrados. Algumas, que foram salvas posteriormente, ainda podem ser vistas, hoje, no Museu de Arte Sacra. Nelson Carneiro, que então iniciava a sua vida política, registra que “o único consolo da Bahia é que o crime é praticado por um pernambucano e um cearense”. Ele se referia, respectivamente, a dom Augusto e ao interventor Juracy Magalhães. Conforme registra José Augusto Berbert, “centenas de telegramas chegam à prefeitura e ao Arcebispado no dia do início da demolição e um jovem repórter escreve a notícia e comenta: “garanto que a Circular não passou telegrama algum”. Esse repórter chamava-se Jorge Amado”.

A praça, que passou a existir no espaço aberto com o desaparecimento do templo, tem sobrevivido a incontáveis projetos urbanísticos e de remodelação. Sua principal finalidade ao longo do tempo tem sido a de servir como terminal de ônibus urbanos. Permanece sendo conhecida como “da Sé”. Já quadricentenária, teve o seu batismo mudado oficialmente para Praça 24 de Agosto, logo após a morte do Presidente Getúlio Vargas. Este nome nunca foi popularmente utilizado. Planta 1. (1) Entre outros assinaram o documento: Arthur de Salles, Mario Leal, Ernesto Carneiro Ribeiro Filho, Francisco Magalhães Netto (pai do senador Antonio Carlos Magalhães), Antonino de Oliveira Dias, Leocádia de Sá Martins Catharino, Gabriela Leal de Sá Pereira, Filinto Bastos, Bernardino José de Souza, Antônio Borja, Francisco da Conceição Menezes, Aristides Maltez, Estácio de Lima, Silvio Deolindo Fróes, Gonçalo Muniz, Robespierre de Farias, Edgar Santos (pai do ex-governador Roberto Santos), Rogéria Gustavo dos Santos, Theodoro Sampaio, Xavier Marques, Antônio Calmon Du Pin e Almeida, Hermano Santana, Gambeta Spíndola, Conceição Menezes, Alfredo Campos França, Lidérico Santos Cruz, Jaime Gama e Abreu, Vasconcelos de Queiroz, José de Aguiar Costa Pinto, Sebastião Cardoso, Euvaldo Diniz Gonçalves, Augusto Alexandre Machado, Francisco Caraciolo Ferreira, Clemente Guimarães, Lauro Farani Pedreira de Freitas, Gelásio de Farias e Nelson de Souza Oliveira.

VETERANOS (DA INDEPENDÊNCIA) [dos]

No local, anteriormente conhecido como Praça do Guadalupe [t] por ali haver existido uma igreja de Nossa Senhora sob esta invocação, reuniam-se constantemente os veteranos das lutas da Independência. Eles eram atraídos àquele local pela presença ali da residência do coronel Joaquim Antônio da Silva Carvalho, também veterano dos combates. Com a sua parcimônia habitual no uso de nomes completos para os logradouros, o povo acabou por reduzir este endereço apenas a Praça dos Veteranos.





avenida joana angélica

praças

ÁGUA DE MENINOS

No tempo em que governava a cidade, Tomé de Sousa concedeu sesmarias ao almoxarife dos armazéns, Cristóvão de Aguiar, nas terras que compreendiam o Carmo, Santo Antônio e Água de Meninos, onde o dito senhor levantou um engenho de açúcar dentro de vasta fazenda. Com o correr dos tempos, parte dos terrenos teve outra aplicação, pois sendo favorável à atracação de barcos e canoas, para ali começam a afluir feirantes com produtos nativos, dando origem a uma feira idêntica às que, àquele tempo, já existiam em outros pontos da cidade.

No local, junto com os negociantes de milho e batatas, caju e melancias, feijão e carás, peixe e caça miúda, papagaios e sagüins, não faltavam também o algodão de rama, embiras e fibras diversas, raízes medicinais e o tabaco, chamado de “erva santa”, cujo uso era vedado aos que professavam o cristianismo pelo arcebispo da época. Segundo a tradição, este nome tem sua origem nas águas mansas da praia ali existente, que servia aos meninos da catequese dos jesuítas para “o prazer dos banhos tão de agrado dos índios de qualquer idade”.
q. v. Rua do Noviciado.

AMARALINA [de]

Toda a área que hoje abrange os limites desse bairro situado à beira-mar, fazia parte da Fazenda Amaralina, que pertenceu a José Álvares do *Amaral*, autor do *Resumo Cronológico e Noticioso da Província da Bahia*.

ARMAÇÃO [de]

Em uma ordem de marcha do general Labatut ao coronel José Joaquim de Lima e Silva, datada de 21 de maio de 1823, portanto em plena campanha para a Independência da Bahia, pode-se ler: “...ordeno a V.Sa. que marche já imediatamente com seu batalhão às

Armações, e eu com a cavalaria a Itapuã...”

Mas o batismo é anterior, pois durante a Revolta de Itapuã, datada de 1814, já se encontra registrado que “os escravos da *Armação (construção ligada à pesca da baleia)* se sublevaram, incendiando o que encontraram pela frente”. Por aquele tempo e até muito recentemente, a presença daqueles cetáceos era comum na orla de Itapuã e nas suas praias podiam ser vistas muitas ossadas embranquecidas pelo sol. Eram bastante comuns as vértebras e muitas dessas peças ósseas ainda hoje ornamentam casas e colônias de pescadores.

Já mais recentemente, as *Armações* passaram a ser, também, o local onde os pescadores botavam redes à espera do peixe, farto no litoral da cidade ainda nos anos 70. A urbanização da Orla Marítima, sua iluminação e o aumento do volume de tráfego espantaram os cardumes - especialmente os de xaréu - para longe da cidade. Perdeu-se um belo espetáculo, que era o recolhimento dessas redes ali “armadas”, e que sempre eram “puxadas” repletas de pescado das mais variadas espécies.

ITAPUÃ q.v. Bairros

PIATÃ q.v. Bairros

PITUBA q.v. Bairros

PLACAFORD

A cidade foi construída sobre as montanhas e de frente para o mar, à beira do qual se estendem praias de nomes estranhos e sonoros. Muitas delas têm nomes de origem nitidamente histórica: Preguiça, Água de Meninos, Piatã, Itapuã, para citar apenas algumas. Mas, entre elas, uma das mais bonitas tem o seu batismo

tirado da presença nas suas imediações, de um *out-door*, que àquele tempo ainda não se chamava assim. Este tipo de anúncio feito a céu aberto, era conhecido apenas como *placa* e nesta em particular, lia-se um *reclame* da Ford (era assim que se chamavam os anúncios). Hoje, muitos anos depois de desaparecida a *placa da Ford*, permanece o batismo de Praia da Placaford. Um batismo recente, mas que conta uma pequena história da influência da publicidade na formação de um topônimo.

ruas

AÇOUGUINHO [do]

Fazia parte do conjunto de ruas cujo batismo tem origem no comércio do gado, nos tempos da Bahia colonial. Designava o ponto de revenda dos subprodutos do abate, que se fazia então no Barbalho. Como entreposto para o consumidor, localizava-se mais próximo da área central da cidade primitiva. É a atual Rua J. Castro Rabelo, primeira à direita de quem desce para o Largo do Pelourinho pela via entre a antiga Faculdade de Medicina e a Cantina da Lua. *Centro*.

ADOBES [dos]

Adobe é um provincianismo transmontano - originário de Trás-os-Montes, na região nordeste de Portugal - que significa um certo tipo de tocinho empregado para tempero. *Santo Antônio*.

AJUDA [da]

Existe desde os primeiros tempos da construção da cidade. Seu primeiro traçado foi paralelo ao da Rua dos Mercadores - atual Rua Chile [t] - e ligava, também, os dois pontos extremos da cidade, que ficavam onde hoje é a Praça Castro Alves [t] e o Largo do Pelourinho [t]. O batismo lhe veio da padroeira da primeira igreja que os jesuítas construíram aqui - Nossa Senhora da Ajuda - para onde foi transportada em procissão uma imagem da santa trazida no navio de igual nome. A bordo desta embarcação Tomé de Sousa capitaneava a frota que tinha como objetivo fundar a cidade do Salvador “para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça”, além de assegurar a defesa e posse da nova colônia de Portugal.

A Rua da Ajuda estendia-se por trás da Casa da Câmara, baixava no trecho da Ladeira da Praça [t], e voltando ao seu nível mais alto, já nos terrenos da Praça da Sé [t], seguia para o norte até o ponto onde se encontrava

o Colégio dos Jesuítas (*q.v. Terreiro de Jesus*). Na continuação da sua parte mais baixa, logo após a Câmara, chamou-se Rua de Baixo da Misericórdia, e próximo ao estabelecimento de ensino dos jesuítas, era a Rua do Colégio.

Como foi dito, é batismo dos mais antigos, cuja origem está ligada à primeira igreja mandada erguer pelos jesuítas - em taipa e coberta de palha - em terras da Bahia. Os padres se alojaram ao redor do templo "em umas casinhas humildes". Decorridos três anos (1552) chega à cidade o bispo Pero Fernandes Sardinha, a quem os jesuítas passam a posse e uso da capela, indo viver no Monte Calvário, onde se localiza atualmente a Igreja do Carmo. Com a presença do prelado, aquela que era apenas a Capela da Ajuda, apesar das suas modestas instalações, passa a funcionar como Sé (a *Sé de Palha* no batismo popular).

O bispo inicia uma reforma geral no templo, que não veria ser concluída, pois deixa a Bahia em 1556, de volta a Portugal, tendo o seu navio naufragado ainda nas costas do Brasil e o prelado sido devorado pelos índios Caetés. O fato é que após concluídas as obras, o que só acontece em 1579, ela passa a servir como Matriz, sendo a primeira Sé do Brasil. Ao ser construída uma "igreja nova", com o objetivo específico de ser a Sé Primacial, a Rua da Misericórdia é bloqueada no sentido do Colégio dos Jesuítas. Muito tempo depois, derrubando-se este templo, abre-se um espaço que passa a ser conhecido como a Praça da Sé [t].

Por sua vez, a "Sé de Palha" resistiu a inúmeras remodelações, até o ano de 1912, quando foi definitivamente sacrificada em benefício de um inovador plano urbanístico para a cidade. Em 16 de agosto daquele ano, celebrou-se ali a última missa, e somente em 1923, quando das comemorações do centenário da Independência, seria inaugurada a nova Igreja da Ajuda, no mesmo local onde existia a anterior

e onde ainda hoje pode ser vista. É de uso comum na Bahia o ditado "velho como a Sé de Palha", que ao se referir a alguma coisa indica ser ela muito antiga. *Centro Histórico*. Planta 1.

AJUDA, POR DETRÁS DA

O complemento (por detrás) do batismo (Ajuda) é óbvio. Aquele aparece em outros topônimos que guardam a mesma relação espacial com uma edificação importante. Foi a Rua do Tesouro. É a atual Rua Padre Vieira. *Centro Histórico*.

ALGIBEBES [dos]

Aquele que fabrica e vende roupas de fazenda ordinária é um algibebe. Ou seja, a palavra é sinônima de alfaiate, calceteiro, aljubeteiro, negociante de fato feito. Um batismo que, como diversos outros, indica ao ordenamento medieval dos primeiros tempos da colônia.

ALVO [do]

Por ser rua muito antiga, observados os princípios belicosos da "povoação grande", poderia se acreditar ter o seu batismo origem no sentido que já se lê para esta palavra (Alvo) na "Arte Militar", de Flávio Vegécio, ou seja, teria ali se localizado *alvo* destinado a exercícios de tiro de soldados de algum quartel próximo ou mesmo das guarnições das Portas de Santa Catarina, localizadas no Largo do Pelourinho [t] ao tempo da fundação da cidade.

No entanto, em suas Cartas, onde descreve a Bahia no século XVIII, Vilhena registra que "...da mesma Baixa dos Sapateiros [t] saem mais duas ruas, uma para a parte da terra, estreita e escura, que a pouca distância faz volta para o oriente, e aí começa uma calçada íngreme chamada a *Ladeira do Álvaro*, no cimo da

qual começa o Bairro de Nossa Senhora da Saúde..."

Nos seus comentários ao texto de Vilhena, o historiador e folclorista Edison Carneiro registra, em 1954, que esta era "a Ladeira do Alv'o, segundo a pronúncia popular". E por "do Alvo" ela nos ficou, ao longo dos tempos, muito embora não tenha sido possível estabelecer quem teria sido aquele Álvaro, de memória ali perpetuada, como endereço certo. *Saúde*.

AREAL DE BAIXO

É batismo dos mais tradicionais, que se mantém em uso como endereço certo. No entanto, foi anteriormente conhecido como sendo a *Rua do Primeiro Areal*. Existiu ainda na época colonial, um areal da Penha, na Ribeira, como existem hoje diversos outros logradouros conhecidos por este batismo, seguido do respectivo complemento. *Centro*.

AREAL DE CIMA q.v. Areal de Baixo

BACALHAU [do]

Era assim conhecido, em 1866, um "trecho da Rua da Ajuda [t] na baixada". A origem do batismo, já desaparecido mas merecedor de registro pela sua originalidade, deve-se, por certo, a um dos seus moradores - Inácio Ferreira da Mota *Bacalhau* - no tempo em que esta via era ocupada por imóveis residenciais. Ela ainda aparece como endereço numa planta traçada por Teodoro Sampaio, e que ilustra a sua História da Fundação da Cidade do Salvador. Planta 1.

BANCO DOS INGLESES [do]

Nos primeiros tempos da cidade, foi a Ladeira do Campo Grande [t] para a Gamboa [t]. Após a primeira década do século XIX, "a presença inglesa na Bahia

foi cada dia mais se tornando forte e atuante. Já alguns anos depois [1810] a colônia, liderada por um certo Henry Pellow Wilson, praticamente dominava os negócios de exportação. Os ingleses concentravam "as suas residências próximas à casa desse mesmo Wilson, que se apalacetara em mansão mais tarde adquirida para residência arquiépiscopal (1). Para o culto dominical da colônia, construiu-se uma Igreja Anglicana, com colunatas, recentemente posta abaixo". Os serviços religiosos eram presididos por um "pastor inglês de horas vazias e bom gosto - o Reverendo Parker - que logo pediu e obteve a anuência do governo da província para promover o aterro e ajardinamento da área fronteira ao seu templo". O trabalho, como não podia deixar de ser, ficou "ao gosto inglês, com largos gramados, que logo se fizeram pontos de atração da cidade. Lá foi chegando a gente rica da cidade para morar, [construíram-se] casas largas, que logo deram caráter e fisionomia específica ao largo".

Este nada mais era do que um antigo campo largo onde no século XVI pastavam livremente os rebanhos da colônia, principalmente o bovino, cujo abate se fazia nas imediações do Mosteiro de São Bento [t]. O estabelecimento de crédito britânico localizava-se na mesma rua onde hoje se encontra o Clube Inglês, outra instituição que, a exemplo do British Cemetery, situado na Ladeira da Barra [t], marca a presença de representantes daquele país europeu na história da cidade da Bahia.

(1) A construção, ainda hoje Palácio do Arcebispo, fica no Campo Grande, na face oposta àquela onde se localiza o Teatro Castro Alves.

BÂNGALA [do]

Bângalas são selvagens da África Ocidental, que se caracterizavam pelo espírito aguerrido e belicoso. No singular, o termo significa "bom-bordão", apelido que



antecedeu a chegada à Bahia do fidalgo português Baltazar de Aragão, ex-governador de Angola, onde participou da captura de negros que viriam para aqui como escravos. De modo curioso, ao se referir a ele, o Professor Valle Cabral o chama de “*turbulento D’Artagnan lusitano*”.

Construiu na esquina da rua que lhe guarda o nome, um imponente solar “onde viveu vida faustosa e certa feita lhe foi dado substituir o governador geral”. Durante sua permanência no cargo “houve ameaça de uma invasão corsária, cujas caravelas já bordejavam limiar do porto”. Ele “tripulou e municiou as naus do Reino” e partiu para combater os invasores, mas a frota defensora foi surpreendida por um temporal, que afundou o navio capitâneo, causando a morte do Bângala, quando defendia a Bahia de um ataque de piratas franceses, em 24 de fevereiro de 1613. *Desterro*.

BERQUÓ [do]

A primeira denominação dessa rua foi “Travessa da Ajuda”, uma das muitas homônimas que existiram. No entanto, ali residindo, na segunda metade do século XVIII, o ministro ouvidor do crime, Francisco Antônio Berquó da Silveira, tomou a rua o seu nome. A casa por ele ocupada, em 1760, é ainda hoje o Solar Berquó, ponto de visita para turistas. Desconhece-se quem o construiu, sabendo-se apenas que data do século XVII, pela data (1691) gravada no bloco de pedra de cantaria encaixado sobre a porta principal.

Ali, em 1824, na madrugada do dia 25 de outubro, ocorreu o assassinato do então governador militar Felisberto Gomes Caldeira. Em 1923, chamou-se “Travessa 10 de Fevereiro”. Hoje é conhecida como Bonifácio Costa. Mas a sua primeira denominação de Travessa da Ajuda ainda é a mais usada como endereço para os que desejam chegar até o Solar do Berquó. Planta 1.

BISPO [do]

É batismo dos mais antigos, datado de 1552, quando aqui chegou e ali passou a residir o primeiro prelado da colônia, dom Pero Fernandes Sardinha, numa casa que era de propriedade de Pero de Góis. Este era também o dono da mais importante edificação que existia na parte baixa da cidade, “porto e aguada de navios”, chamada então a Ribeira ou a Praia. Este imóvel era “a Ribeira do Góis ou Ribeira das Naus”, construída por orientação direta dele, que ocupava o posto de capitão-mor da costa. O local “servia de ancoradouro para as naus e caravelões, de doca naval e de estaleiro de reparação”.

Ainda a propósito de dom Pero Fernandes Sardinha, “clérigo do hábito de São Pedro, foi o primeiro bispo que El-Rei D. João III mandou para esta cidade da Bahia, onde chegou em primeiro de janeiro de 1552 (em suas cartas o Padre Nóbrega registra a chegada do bispo na antevéspera de São João). Em 2 de junho de 1556 embarcou para voltar para Portugal, dando porém à costa em 16 daquele mês na enseada chamada dos Franceses, e segundo outros baixios de Dom Rodrigo, aí foi morto, e comido pelo gentio Caeté...” *Centro Histórico*. Planta 1.

BOA VISTA DE BROTAS [da]

No local onde durante muitos anos funcionou o Hospital Juliano Moreira (ali instalado em 24 de julho de 1874 sob o nome de Asilo de Alienados São João de Deus, sob a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia, que o administra até 1912) existia, no início do século passado, a desaparecida Fazenda da Boa Vista. Era seu proprietário um homem conhecido como Machado da Boa Vista. O local, abrangendo todas as terras da Mata Escura, Engenho Velho até a Lucaia

(trecho final da hoje Avenida Vasco da Gama, encontrando a Rua Lucaia, no Parque Cruz Aguiar) foi conhecido no século passado como sendo a “Roça dos Machado”.

O velho Solar da Boa Vista pertenceu à família do poeta Castro Alves [t], que aos 11 anos de idade (1858) foi ali residir. O local era conhecido como “a Chácara da Boa Vista, no arrabalde de Brotas” e foi palco de algumas dos momentos marcantes da vida afetiva e intelectual do poeta, que volta a morar naquele local quando do seu retorno da Europa, em 1867. Sobre o solar, ele escreveu os seguintes versos: “Não! Minha velha torre! Oh! Atalaia antiga / Tu olhas esperando alguma face amiga”, retirados de um poema intitulado “A Boa Vista”.

O pai do poeta - Antônio José Alves - tinha a intenção de instalar no belo solar uma casa de saúde, tarefa na qual empenha muito esforço e boa parte da sua fortuna pessoal. Em 1869, através da Lei Provincial Nº 1089, sancionada pelo vice-presidente, desembargador Antônio Ladislau de Figueiredo Rocha, é autorizada ao governo da província a compra do prédio para a instalação de um hospital psiquiátrico. Um dos argumentos a favor da compra era de que a sede do asilo ficava, na época, afastada do centro da cidade.

No início dos anos 80 ali foi instalado o Parque Solar Boa Vista, com a transferência dos internos para o novo Hospital Juliano Moreira, localizado em Narandiba [t].



CABEÇA [da]

No período da Bahia colonial, a matança do gado se fazia nas imediações do mosteiro de São Bento e o comércio dos seus subprodutos espalhava-se por diversas ruas ali por perto, em açougues ou simples tabuleiros. Os currais, no ano de 1757, segundo descrição da Freguesia de São Pedro, localizavam-se na Praça da Piedade.

Em consequência dessa atividade é que o curso de água límpida que se formava a partir de várias nascentes localizadas nas Hortas de São Bento, conhecido desde a fundação da cidade como sendo “o Ribeiro”, veio a ser o Rio das Tripas, como ainda hoje o conhecemos. Ou como registra Affonso Ruy: “...junto ao Ribeiro que, por lhe poluírem as águas as vísceras das reses nelas atiradas, chegou até aos nossos dias com a denominação de Rio das Tripas”.

Naquela via, que ainda hoje existe, embora rebatizada como *Rua do Cabeça*, as “fateiras” costumavam expor nas portas dos açougues ou ao lado dos tabuleiros, espetadas em varas, uma cabeça de boi, de onde decorre o batismo Rua da Cabeça, como a encontramos registrada, em 1866, pelo historiador Mello Moraes. A Rua do Paraíso [t] era, por esse tempo, o Beco do Mocotó, conforme aparece em Livro do Tombamento da Santa Casa de Misericórdia.

Havia ainda o Largo e a Travessa do Mocambinho, diminutivos derivados de *mocambo* que é “uma grande moita onde se esconde o gado nos sertões”. Tudo muito logicamente batizado, de acordo com ordenamento medieval das atividades que predominavam na Cidade do Salvador. *Centro*.

CADEIA, POR DETRÁS DA

É o trecho mais enladeirado da também antiga Rua da Ajuda, quando esta passa pela parte dos fundos do prédio

da Câmara de Vereadores (1), Na parte térrea desta ficava a Cadeia, dividida em duas alas: uma masculina e outra feminina. Havia no local um pequeno oratório sob a invocação de Santo Antônio da Cadeia. Planta 1.

(1) "A Câmara da Bahia não foi, contudo, a primeira instalada no Brasil. A de Vila de São Vicente levou-lhe a palma, estabelecida que fora em 1532. A de Salvador foi a segunda, na ordem cronológica da sua criação, pouco importando o seu modesto aposento. Em contrapartida, a ação política era das mais importantes, sem contar a marcante valia e influência no campo administrativo", conforme se lê na História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador, Affonso Ruy, Pág. 39.

CANELA, BOM GOSTO DO

Assim como outras que trazem este nome, ele está relacionado a um período da história da cidade em que era sinal de evolução na escala social residir neste logradouro. A expressão "bom gosto", como explica o professor Cid Teixeira, era usada no seu sentido comum, significando que era de "bom tom" residir ali. Nestes períodos costumavam proliferar nestes locais recém-ocupados, construções novas e assobradadas, cercadas de grandes áreas de jardins bem cuidados. É a atual Rua João das Botas.

CAPELINHA DO TORORÓ [da]

Já teve o batismo oficial de Rua Caminhoá. Em que pese a curiosa eufonia e grafia não menos singular, não se firmou no uso cotidiano da população, que continuou preferindo a Rua da Capelinha do Tororó. Na verdade, Caminhoá era sobrenome do "distinto architecto bahiano Dr. Francisco de Azevedo Monteiro *Caminhoá*, residente na Corte". Ele foi encarregado, em 1885, de "apresentar um projeto de transformação e embelezamento" do prédio da Câmara Municipal. Para ele "através de memórias e plantas das quatro fachadas foram fornecidos os elementos necessários para a confecção do projeto que lhe fora solicitado e

que, em julho de 86, já era por ele entregue a Ferreira França [presidente do conselho]". As obras foram iniciadas, cumprindo à risca o projeto, e "em 88 já se apresentava o Paço Municipal com novo aspecto, em fantasioso estilo que se chamou neo-renascença, que em nada lembraria o velho Senado da Câmara....".

CAPITÃES [dos]

Seu primeiro batismo foi Rua do Brejo. Conforme o historiador e folclorista Edison Carneiro, o nome deveu-se a proximidade do raso e pantanoso Ribeiro, depois Rio das Tripas. Manteve-se sob o seu segundo batismo até meados do século atual, quando passou a chamar-se Rui Barbosa [t]. É um dos raros exemplos em que a denominação tradicional foi substituída pela oficial, também no uso popular. O primeiro nome - do Brejo - deveu-se ao fato de ali existirem terrenos alagadiços, que formavam valas e poças ao longo do Ribeiro. Este curso d'água - então límpido e potável - viria a ser o Rio das Tripas, já então poluído pelo matadouro que existiu nas proximidades do Mosteiro de São Bento. O batismo "dos Capitães", que substituiu o anterior, manteve-se ao longo de mais de três séculos, originando-se do fato de ali haverem morado, a partir do início do século XVII, os comandantes das tropas responsáveis pela guarnição da cidade. Assim o batismo está relacionado com a presença ali de militares daquela patente que serviam nas fortificações que defendiam a "fortaleza forte", ainda nos primeiros tempos da colônia. Ali também se hospedavam "os capitães dos navios e bergantins, que aportavam na cidade". É a atual Rua Rui Barbosa [t]. Planta 1.

CARLOS GOMES

É rua dos primeiros tempos da cidade, quando se chamava Rua de Baixo de São Bento e era o caminho

que conduzia até a Praça da Piedade [t] e à forca [t], passando por rua com este último nome. A respeito desse batismo, também tipicamente português e que fixava a existência de um desnível entre as vias assim nomeadas, escreveu Afrânio Peixoto: "Como havia ruas de Cima, havia inevitáveis ruas de Baixo: a Bahia ainda tem uma, hoje Carlos Gomes, como o povo não prefere chamar". Assim, ele registra a permanência do batismo Rua de Baixo de São Bento, ainda no início deste século, e a resistência do povo em adotar novos batismos.

Nos anos 50 esta rua era um ponto de moradia elegante, juntamente com a Rua Chile [t] e a Avenida Sete de Setembro [t]. Seu nome atual é uma homenagem ao maestro Antônio Carlos Gomes, compositor brasileiro, nascido em Campinas, São Paulo (11/7/1836) e falecido em Belém do Pará (16/9/1896). Autor, entre outras obras musicais, de O Guarany, Condor e Colombo, para o IV Centenário do Descobrimento da América. O maestro foi ovacionado no Teatro São João, em 15 de junho de 1897, quando ali foi "levada à cena pela primeira vez, na Bahia, a sua ópera O Guarany". Retornando a Salvador, em 6 de abril de 1880, novamente é consagrado pelos aplausos do povo baiano, ao comparecer àquela mesma casa de espetáculos.

Nesta via, ocupando o número 57, está a Casa de Oração dos Jesuítas, um antigo sobrado do século XVII, onde funcionaram os desaparecidos jornais Estado da Bahia e Diário de Notícias, e a Rádio Sociedade (esta emissora permanece no ar) que pertenciam aos Diários e Emissoras Associados. O imóvel está sendo reformado com recursos financiados pela Caixa Econômica Federal e deverá funcionar ali um memorial daquela instituição financeira. *Centro*.

CHILE

Teve inúmeras denominações desde a fundação de Salvador. Foi Rua dos Mercadores, aberta ainda em 1549, como parte do primeiro traçado da cidade. Com esse nome assim a descreve Teodoro Sampaio (História da Fundação da Cidade do Salvador): "A rua principal, que se começou a chamar rua Direita dos Mercadores, a mais extensa e servindo de eixo do sistema de arruamentos, corria de norte a sul, de porta a porta da cidade". Depois foi Rua Direita das Portas de São Bento e também Rua Direita do Palácio (sob este nome está registrada na *Planta 1*). Em 1902, recebeu o nome de *Rua do Chile*, em homenagem ao povo daquele país latino-americano, cujos oficiais da Marinha de Guerra visitaram a cidade naquele ano.

Durante várias décadas centralizou o movimento comercial, econômico, político e cultural da cidade, sendo a "rua mais elegante e de maior movimento". Existiu dentro dos limites do seu batismo uma conhecida loja de departamentos - Duas Américas - onde funcionou a primeira escada rolante da cidade. Foi o primeiro *shopping center* de Salvador, mantendo até mesmo uma concorrida lanchonete, que funcionava no andar térreo, com vista para a Baía de Todos os Santos. A "Duas Américas" foi destruída por um incêndio, no final do ano de 1977. Popularmente, registrando mais uma vez a praticidade do batismo popular, que simplifica os batismos oficiais para melhor utilizá-los como endereço certo, sempre foi a Rua Chile. *Centro Histórico*.



COQUEIROS DA PIEDADE

É óbvia a origem do topônimo. Existiram também as ruas Coqueiros do Canela [Basílio da Gama] e Coqueiros do Farol [Marques de Leão], entre outras já desaparecidas ou cujos batismos, como estes dois últimos, foram mudados. O extenso trecho que se estende entre a parte baixa da Ladeira do Pilar [t] e da Ladeira da Água Brusca [t] aparece assinalado, na Planta da Cidade de São Salvador, elaborada pelo engenheiro Adolfo Morales de Los Rios, em 1894, como sendo a Rua dos Coqueiros. Como se vê, na Bahia, a presença desta árvore da família das palmáceas não se encontrava restrita à Orla Marítima, nem especialmente a Itapuã, embora tenham sido estes os coqueiros imortalizados por Caymmi. *Centro*.

CORPO SANTO [do]

O orago da igreja que deu origem ao batismo desta via é São Pedro Gonçalves do *Corpo Santo*. Um topônimo muito extenso para a cômoda praticidade do povo ao criar um endereço. Este ficou sendo, portanto, apenas a Rua do Corpo Santo. O templo forma uma das esquinas da Praça Cairu, no Bairro do Comércio, localizando-se próximo ao Mercado Modelo e a parte baixa do Elevador Lacerda.

Sua fachada está voltada para o sopé da encosta, ao longo da qual corre a Ladeira da Montanha [t]. Foi fundada em 1711 pelo marinheiro espanhol *Pedro Gonçalves*, “em pagamento a uma promessa feita durante uma tempestade em águas da Baía de Todos os Santos”. Entre 1736 e 1756 serviu como matriz da freguesia, enquanto era construída a atual Igreja da Conceição da Praia. *Comércio*.

COVA DA ONÇA

A clareza do batismo popular mais uma vez aqui se revela, embora não seja possível precisar quando teria

sido ali enterrado algum felino daquela espécie, dando origem ao batismo. *Nazaré*.

CURIAXITO

É um dos batismos de origem pouco precisa. O jornalista Luiz Monteiro da Costa registra que “a rua, hoje, mais um beco, é ainda assim conhecida, entre o jornal A Tarde e o cinema Guarani”. Ele se refere ao prédio da sede velha do jornal, na Praça Castro Alves, e ao cinema que hoje tem o nome de Glauber Rocha. O local é popularmente conhecido como Beco do Mijo (ou do Xixi). O nome aparece no exemplar do Brasil Histórico de Melo Moraes, listado na mesma seqüência em que estão as Ruas Direita do Palácio, do Tira Chapéu e da Ajuda, ou seja, como parte da “Freguesia da Sé ou do Salvador”.

O volume faz parte do acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, e traz anotações manuscritas na margem da página, onde se lê: “*curiagy = curiá-g-y*”. E, ao lado, a pergunta também manuscrita: “*donde procede?*” Segundo Luiz Monteiro, este exemplar teria pertencido a Teodoro Sampaio, que fizera aquelas anotações (em tupi), significando “aguada dos curiais”. Curia é um pequeno palmípede.

Talvez, a exemplo de *Xegais* [t], que é termo afro-lusitano para designar um certo tipo de galinha do mato, cuja existência deve ter determinado o batismo de um desaparecido beco que existiu na freguesia da Sé, o nome dessa via tenha se originado da presença ali daquela espécie de pequeno palmípede. Estes dois casos - *Xegais* e *Curiaxito* - talvez sejam os únicos em todo este texto, onde, por falta de informação documental, caminhamos inteiramente no terreno da hipótese. O segundo termo aparece em alguns textos grafado como *Curriachito*. Planta 1.

CURVA GRANDE [da]

É batismo que reflete a simplicidade exata que sempre marca a escolha de um topônimo saído diretamente do povo. Basta percorrer toda a extensão desta via a pé ou de automóvel, para perceber porque se chama Curva Grande. É rua muito antiga, tendo sido aberta em passado distante, pela necessidade de se fazer um caminho menos cansativo - embora percorrendo distância maior - entre o Campo Grande e o Rio Vermelho, então localizado fora dos limites da cidade. *Centro*.

DENDEZEIROS DO BONFIM q.v. Avenida Dendezeiros do Bonfim

DENDEZEIROS DO CANELA

Serve para este topônimo a mesma explicação dos Dendezeiros do Bonfim. É a atual Rua Marechal Floriano.

DIREITA DA PIEDADE

É denominação tipicamente portuguesa, trazida do Reino, onde existiam já àquele tempo inúmeros exemplos de batismo iguais. Em seu ensaio sobre *Os Nomes das Ruas* (In: Miçangas) explica Afrânio Peixoto: “Rua direita, não reta, como querem os levianos, dizendo que são tortas, mas ruas diretas...Às vezes explicitamente. Na Bahia havia “Rua Direita do Palácio”, “Rua Direita do Colégio”, isto é, rua direta ao Palácio do Governo, rua direta ao Colégio dos Padres Jesuítas”. O adendo ao nome principal servia, portanto, para indicar as vias através das quais os moradores chegavam diretamente às edificações mais importantes do aglomerado urbano emergente. Esta via levava de forma *direita* à Igreja da Piedade, templo que também dá nome à praça que lhe fica em frente. “Direita aí deve

ser entendida como sinônimo de direta...que leva diretamente a...”, confirma o professor Cid Teixeira.

DIREITA DE SANTO ANTÔNIO

q. v. Direita da Piedade

ESTALEIROS [dos]

Hoje Marcílio Dias. Ali localizou-se o primeiro ponto de conserto e abastecimento dos navios portugueses que aqui aportavam. Foi durante bastante tempo conhecida como Rua dos Estaleiros da Preguiça, pela proximidade daquela ladeira de curioso batismo histórico. *Comércio*.

FAÍSCA [da]

Uniu-se sob denominação única com a Rua do Fogo, ambas hoje sendo conhecidas pelo nome de Rua Senador Costa Pinto. Os batismos anteriores registravam o espírito crítico e irônico do povo, pois aquelas vias davam acesso ao largo no qual ficava situada a segunda Casa da Pólvora, na Bahia, onde hoje se localiza o Quartel do Comando Geral da Polícia Militar. A denominação Rua da Faísca ainda era utilizada como endereço em meados deste século. O seu uso sobreviveu ao da Rua do Fogo, que desapareceu em parte com o alargamento feito quando foi aberto o Largo Dois de Julho [t].

FERRARO [do]

Ali foi proprietário de diversas casas, residindo em uma delas, o comerciante João Batista *Ferraro*.

FLORES [das] q.v. Maciel de Baixo

FORÇA [da]

O acesso à Praça da Piedade - hoje totalmente remodelada - se fazia pela Rua de Baixo de São Bento (atual Carlos Gomes). Por ali eram trazidos os condenados à execução, que ficavam encarcerados na parte inferior do prédio da Casa da Câmara e Cadeia (na Praça Municipal). O cortejo era feito a pé, com os condenados sendo confortados pelos padres, e grande acompanhamento popular. Ao chegar à altura de onde ainda hoje se encontra aquela rua, dobravam todos à esquerda e divisava-se, desde logo, aquele instrumento da justiça da época, instalado na Praça da Piedade.

Assim é que, historicamente, a Rua da Força é a rua que levava ao enforcamento. Naquela praça, no dia 8 de novembro 1799, “em força nova”, foram sacrificados quatro participantes da Revolução dos Alfaiates (em cumprimento à sentença proferida pelo Tribunal de Relação da Bahia): Manoel Faustino dos Santos Lira, pardo, forro, alfaiate, 18 anos - Lucas Dantas do Amorim Torres, pardo, liberto, soldado e mercenário, 24 anos - João de Deus do Nascimento, pardo, livre, alfaiate, 27 anos - Luiz Gonzaga das Virgens e Veiga, pardo, livre, soldado, 36 anos.

A origem dessas execuções recuava até o dia 12 de agosto de 1798, quando em diversos pontos de Salvador foram colados nas paredes “avisos”, “notas” e “prelos”. Os textos - redigidos de maneira diferente - conclamavam o povo com frases como: “está para chegar o tempo feliz da nossa liberdade; o tempo em que seremos irmãos; o tempo em que todos seremos iguais”. Onze dias depois foi preso “o soldado do Segundo Regimento pago de linha, Luiz Gonzaga das Virgens e Veiga”, acusado de ser o autor dos manuscritos.

Com medo de serem delatados pelo preso, os demais participantes do movimento revolucionário - escravos forros, soldados e artesãos - marcaram encontro para

o dia 25, no Dique do Desterro, quando seria elaborado um plano para libertar Luiz Gonzaga. A iniciativa fracassou devido às muitas delações que inclusive levaram a polícia até o local da reunião. No dia seguinte foram capturados os demais envolvidos na rebelião, sendo o autor dos manifestos e mais três deles condenados à força. *Piedade.*

GAMBOA DE BAIXO [da]

Gamboa é um pequeno lago artificial situado junto ao mar, onde, com a maré cheia, entra o peixe miúdo, que ali fica retido quando as águas refluem e é facilmente apanhado. Consta que essa “gamboa”, situada na parte mais alta da Avenida do Contorno, foi ponto de pesca de Caramuru (Diogo Álvares Correia) que ocupava as terras onde hoje se localizam os Bairros Barra e Graça, quando aqui chegaram os primeiros colonizadores. É um batismo dos mais tradicionais e aparece grafada como *Camboa*, em antigos mapas da cidade. Os complementos “de cima” e “de baixo”, muito comuns na toponímia urbana de uma cidade que está assentada sobre uma área de topografia irregular, indicam a relação de desnível existente entre as vias a cujos batismos aparecem acoplados.

GAMBOA DE CIMA [da] q.v. Gamboa de Baixo

GATOS [dos]

Era uma via de trajeto curto e enladeirado, que ligava a Misericórdia ao Aljube. *Centro Histórico [d]*. Planta 1.

GREGÓRIO DE MATOS

Batizada em homenagem ao poeta, popularizado pelo apelido de Boca do Inferno, nascido na Bahia em 1633

“de gente abonada. Estudou com os jesuítas e foi para o Reino cursar Direito em Coimbra, onde esteve pelo menos de 1653 a 1661, ano em que se formou. Depois de viver algum tempo em Lisboa, voltou ao Brasil, registrando-se a sua presença aqui em 1675, mas em 1680 estava de novo na Metrópole, de onde voltou definitivamente em 1681.

Na Bahia levou vida boêmia e indisciplinada de advogado de poucas causas e menores recursos, improvisando versos, cantando à viola, caçoando de toda a gente, inclusive das autoridades. Apesar disso, casou-se, teve filhos e proteção de alguns bispos e governadores. Foi talvez com o intuito de livrá-lo de desforços que um deles o exilou para Angola, de onde voltou em 1695, indo para o Recife, onde morreu no ano seguinte.

Existem, atualmente, diversos estudos aprofundados da sua obra, que alguns críticos consideram, na parte satírica “pitoresca e saborosa nos melhores produtos, é monótona na maior parte, muito presa a circunstâncias sem interesse atual, fluindo com a loquacidade fácil dos improvisadores”. Por outro lado, “a sua obra lírica é, talvez, superior, com alguns momentos da mais alta poesia. Nela se destacam o idealismo amoroso da poesia renascentista, que retoma a partir dos mestres portugueses, e as tensões do espírito barroco, traduzido tanto pelo conceito quanto pelos requintes verbais, sob a influência absorvente dos espanhóis”. Nos primeiros tempos da cidade esta via foi o Caminho dos Soldados. Posteriormente chamou-se Rua do Maciel de Cima, com a sua correspondente: de Baixo. *Centro Histórico.*

Eis a seguir o texto completo de um dos seus mais conhecidos poemas, cujos oito primeiros versos foram musicado por Caetano em seu LP *Transa* (Philips, 1972,), no qual a faixa 3 do Lado 1, com duração de

9:32, vem assinada “*de Mattos-Veloso*”:

À Cidade da Bahia

Triste Bahia! ó quão dessemelhante
Estás e estou do nosso antigo estado!
Pobre te vejo a ti, tu a mi empenhado,
Rica te vejo eu já, tu a mi abundante.

A ti trocou-te a máquina mercante,
Que em tua larga barra tem entrado,
A mim foi-me trocando, e tem trocado,
tanto negócio e tanto negociante.

Deste em dar tanto açúcar excelente,
Pelas drogas inúteis, que abelhuda,
Simples aceitas do sagaz Brichtote.

Oh! se quisera Deus, que de repente,
Um dia amanhecerás tão sisuda
Que fôra de algodão o teu capote.

GUINDASTE DOS PADRES [do]

A deficiência dos caminhos que ligavam a Praia (ou Ribeira), onde se localizava o porto e desembarcavam as mercadorias, à parte alta da cidade, dificultava o abastecimento. Essa circunstância fez com que os jesuítas construíssem (no local onde se encontra hoje o Plano Inclinado Gonçalves), um monta-cargas, baseado no sistema de balança (o peso liberado de um lado faz com que se eleve o peso colocado no outro extremo).

Este era o “Guindaste dos Padres”, que até hoje dá nome ao local. Registros históricos mostram que os jesuítas cobravam 20 vinténs para a subida de uma pipa de vinho e que o engenho tinha capacidade para

transportar até duas delas por viagem. Nos primeiros tempos da fundação da cidade chamou-se Rua Direita da Praia. *Comércio*.

JAQUEIRA [da]

O seu nome completo é Rua da Jaqueira do Unhão. Um caminho que há bastante tempo atrás levava os moradores das áreas próximas até a Praia do Unhão. É batismo que se repete em outros logradouros situados nos diversos bairros de Salvador, decorrente da presença bastante difundida aqui daquela “grande árvore da família das moráceas, originária da Ásia”. *Centro*.

JÚLIA FETAL

Vítima de homicídio praticado pelo noivo, o professor João Estanislau da Silva Lisboa, Júlia Fetal está enterrada no interior da Igreja da Graça, num túmulo situado próximo àquele onde se encontram os restos mortais de Catarina Paraguaçu [mulher de Diogo Álvares Correia, o Caramuru]. O crime ocorreu em Salvador, no dia 20 de abril de 1847, tendo contornos nitidamente passionais: Júlia, 20 anos, branca, cabelos pretos, estaria flertando com seu vizinho, Luiz Antônio Pereira Franco, aluno do quinto ano do curso de Direito, motivo por que teria sido morta com uma bala de ouro, projétil feito com o metal da aliança do noivo.

O professor Cid Teixeira, em texto intitulado *A Bala de Ouro, um crime e sua história* [A Tarde Cultural, 15/11/97], registra que “o crime foi muito mais do que o rito e a morte. Foi assunto para mil discussões apaixonadas, que envolveram toda a cidade. Verdades e suposições, fatos e boatos, tudo esmiuçado, no menor detalhe. Dos colegas de magistério no Liceu aos professores da escola de médicos do Terreiro de Jesus; dos comerciantes de grosso trato nos trapiches da praia às moças dos sobrados do Carmo e do Pelourinho,

nenhum outro assunto poderia ser mais importante. Até a lenda da “bala de ouro”, bala feita com o ouro da aliança de noivado, fundida em projétil, nasceu e ganhou consistência de verdade”.

Em 1947, o historiador Pedro Calmon pesquisou os detalhes do caso e escreveu o livro *A Bala de Ouro* (José Olympio, RJ), onde narra todos os detalhes do episódio, destacando mais a vida do educador autor de um crime de morte, do que o crime em si. O autor registra - por exemplo - que o criminoso “prosseguiu lecionando ao longo dos 14 anos que permaneceu preso no Forte do Barbalho e que, dali, saiu para dirigir o Colégio São João. Aposentado, fez duas viagens ao Velho Mundo e faleceu às 2 da madrugada de 9 de fevereiro de 1878, aos 59 anos, num hospital de Lisboa” [Tiro (editorial) certo - Luís Guilherme - A Tarde - 24/04/98].

De Júlia Fetal “o Instituto Feminino possui duas tapeçarias que ela bordou e um quadro pequeno, feito com fios de cabelos dela. Ali também está a bala que a matou”. A respeito deste projétil supostamente de ouro, o livro do historiador Pedro Calmon [uma edição atualizada, com ilustrações do artista gráfico Gentil, foi publicada pela Academia de Letras da Bahia em convênio com a Assembléia Legislativa do Estado] desfaz a lenda, comprovando que o professor, que nunca chegou a se casar, matou a noiva com uma bala comum. Foi o antigo Beco do Machado.

JULIÃO [do]

Nas proximidades da Ladeira do Taboão, localizava-se o Trapiche Julião, que tinha ao lado o Forte de São Francisco, do qual não restam sinais. Ao lado dele havia um caminho chamado, nas Cartas de Vilhena, o “Novo”, que era até recentemente o Caminho Novo do Taboão. Foi durante muito tempo zona de baixo meretrício.[d]

LAPA [da]

Trecho da Avenida Joana Angélica, que se estende ao longo do convento das religiosas de Nossa Senhora da Conceição da *Lapa*. Ali, durante os combates da Independência da Bahia foi assassinada a sóror Joana Angélica, pelas tropas portuguesas. *Centro*.

LARANJEIRA [da]

A Rua da Laranjeira (ex-Francisco Muniz Barreto) situada próxima à Praça da Sé, tem história singular. No século passado, nela morava um padre cuja vida particular tinha as suas irregularidades, e o arcebispo, de maneira misteriosa, tomava conhecimento de tudo. O transgressor justificava-se a cada nova reprimenda, certo de que, morando em casa isolada, tendo como vizinho apenas uma frondosa laranjeira, ninguém lhe assistia os atos.

Entretanto, como o arcebispo continuava a ser posto a par de tudo que se passava dentro das quatro paredes da casa onde residia, o padre desconfiou da laranjeira e, certa noite, meteu-lhe o machado. Junto com a árvore tombou, também, o espião que se escondia entre as folhagens, vigiando-lhe o comportamento, e que, posteriormente tudo ia contar ao arcebispo.

Divulgado o fato, a rua passou a ser conhecida como “da Laranjeira”. É dessa maneira que o povo costuma batizar locais onde ocorreram fatos capazes de lhe despertar o senso de humor. Ou, por outro lado, recordar-lhe alguma tragédia.

MACIEL DE BAIXO [do]

Os nomes dessas ruas - situadas nas proximidades do Pelourinho - originam-se de José Sotero *Maciel* de Sá Barreto, figura importante “com brasão de armas na porta do seu solar, que mais tarde se chamou do Ferrão”

[t]. Elas se situam em local conhecido anteriormente como a Quinta do Maciel, da qual era ele o proprietário, e onde tinha plantada uma lavoura de subsistência, que servia para indicar uma área próxima como hortas do Maciel, mais tarde seria aberta uma via chamada Rua das Flores.

O Maciel de Baixo, ao tempo da fundação da Cidade da Bahia, era conhecido como o “Caminho dos Soldados”, por ser através dele que chegavam até a fortificação de Santa Catarina os componentes da guarnição da Porta Norte da Cidade. Quinta é, em Portugal, uma grande propriedade. Hoje está batizada oficialmente com o nome do poeta *Gregório de Matos* [t]. Foi também conhecida, durante uma certa época, como Rua da Cruz de Azulejo.

MACIEL DE CIMA [do] q.v. Maciel de Baixo

MANGUEIRA [da]

Originalmente o seu nome completo foi Mangueira da Mouraria [t], estando localizada nas proximidades deste largo. Em 1866, segundo registrado por Melo Morais, havia nesta área grande quantidade daquele tipo de árvore, “formando face da rua”. *Nazaré*.

MARCHANTES

“Nesta rua era onde moravam o principais negociantes de gado e onde se alojavam os que traziam gado para o matadouro público”. Ainda hoje seus prolongamentos são as Ruas dos Adobes [t] e dos Ossos. *Santo Antônio*.

MATANÇA [da] q.v. Ordenamento Medieval (In: Parte II)

MERCÊS [das]

A origem do nome desse trecho da Avenida Sete de Setembro remonta ao ano de 1735, quando Úrsula Luiza de Monserrate, herdeira do Coronel Pedro Barbosa Leal, solicitou ao Rei de Portugal (D. João V), alvará para instalar um convento de freiras, na Vila de Santo Amaro. No entanto, a licença real determinou que o estabelecimento religioso devia ficar na capital, onde abrigaria um total de 50 religiosas, “com uma quantia de cem mil réis de renda vitalícia”. Iniciada a construção do convento, fez-se em paralelo uma “casa mais modesta onde foram admitidas algumas moças que nela fizeram o noviciado, enquanto se concluí a cenóbio maior”.

Em 1744, no dia 24 de setembro, dedicado a Nossa Senhora das Mercês, “deixaram as recolhidas a casa modesta e passaram ao seu convento”. Inicialmente a ordem foi regida por um regulamento de 16 artigos, aprovado pelo arcebispo D. José Botelho, que também nomeou Úrsula de Monserrate superiora da irmandade. Parte da construção original foi sacrificada para o alargamento do trecho da Avenida Sete de Setembro, na altura das Mercês, durante a execução do plano urbanístico de remodelação da cidade, implementado durante o primeiro governo de J. J. Seabra (1912 -1916). É trecho da Avenida Sete.

MESQUITA DOS BARRIS [da]

A palavra “mesquita” se explica nesses batismos pela presença, nas três primeiras décadas do século XIX, de um grande contingente de muçulmanos na Bahia, oriundos de várias regiões da África. A esses muçulmanos os nagôs davam o nome de “malês”, que é apenas uma forma abreviada da palavra iorubá-nagô “imalê”, que significa “muçulmano”.

Esses negros eram mais ou menos ortodoxos nas suas crenças e cultos, tendo se envolvido em movimentos

de libertação, no que Clóvis Moura denominou “rebeliões de senzalas”. Assim, o culto ao Islamismo estava organizado na Bahia, com escolas corêmicas, mesquitas e vários outros detalhes, permanecendo ainda vivos e em uso como endereços os antigos locais das desaparecidas Mesquitas dos Barris e do Tororó.

MESQUITA DO TORORÓ [do]

q.v. Mesquita dos Barris

MISERICÓRDIA [da]

Segundo Edison Carneiro, “funcionava na cidade, desde os primeiros dias, um hospital civil, sob a direção do fidalgo Diogo Muniz, nomeado seu Provedor. Ficava talvez no ponto em que está a Santa Casa de Misericórdia, no alto da colina, mas chamava-se, ainda no tempo de Duarte da Costa, *Hospital das Candeias*”. A Diogo Muniz, por ordem do governador, eram entregues “as multas impostas aos homens do mar”. No seu Tratado Descritivo do Brasil, Gabriel Soares de Sousa, registra, em 1587, que “...tornando à praça [Municipal], correndo dela para o norte, vai uma formosa Rua de Mercadores até a Sé, no cabo da qual, da banda do mar, está situada a casa da misericórdia e hospital, cuja igreja não é grande, mas mui bem acabada e ornamentada; e se esta casa não tem grandes oficinas e enfermarias, é por ser muito pobre e não ter nenhuma renda de Sua Majestade...”

Fato historicamente comprovado é que a Irmandade e Casa da Misericórdia não existia na Bahia nos primeiros anos que se seguiram à chegada do primeiro governador geral, Tomé de Sousa, e já estava construída em 1572, ano do falecimento do terceiro governador geral, Mem de Sá. É também historicamente conhecida a surpresa do primeiro bispo brasileiro, Dom Pero Fernandes Sardinha com as “obras sociais, tão promissora e iniciadas por

uma corporação que, poucos anos depois, se transformaria na Santa Casa da Misericórdia, moldada às similares do Reino, e que se propusera a levantar e dirigir o hospital, em construção em setembro de 49 e já em funcionamento a 26 de fevereiro de 1550”. História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador, Affonso Ruy, Pág.80).

É evidente que o batismo dessa rua - e da ladeira [t] que partindo dela segue até a parte baixa da cidade - se deve à presença ali, desde os primeiros tempos da colonização, da Igreja e Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Planta 1.

MONTE CONSELHO [do]

É nome que se mantém desde o tempo da invasão holandesa, em 1624. Os agressores desembarcaram no Porto da Barra e, atacando para o norte, conseguiram aprisionar o governador D. Diogo Furtado de Mendonça, que é levado para a Holanda. Os defensores prepararam dois focos de resistência distintos: um no recôncavo, no local conhecido como Água de Meninos [t], ao sul, e outro no Rio Vermelho, ao norte.

Neste último reuniu-se o conselho de resistência ao invasor, formado pelo auditor geral Antônio de Mesquita e Oliveira, coronel Lourenço Carvalho e Albuquerque, e João de Barros Cardoso, portugueses de origem. Neste local foi deliberada, organizada e posta em prática a resistência contra os holandeses, tendo passado para a história como sendo o Monte do Conselho. *Rio Vermelho*

MOINHO [do]

É o batismo desaparecido. Segundo registra o professor Valle Cabral “lá no fim da rua, na baixa junto ao dique, houve um moinho, no tempo do Brasil colônia. Era de dois portugueses, moía trigo, trigo sim, cultivado ali por perto nas férteis terras marginais do dique. Esta

lavoura ia próspera, a moagem também. Da farinha daquele moinho já era feita boa parte do pão que o povo comia na cidade, e eis que o Rei de Portugal, zeloso dos interesses da metrópole e discordoso do progresso de sua colônia de além-mar, houve por bem baixar um édito proibindo que se continuasse a cultivar trigo na Bahia, porque isto estava prejudicando o comércio da farinha do Reino. Sem matéria-prima, acabou-se o moinho dos portugueses, mas muita gente ainda hoje sabe onde é a Rua do Moinho”. É a atual Rua Ismael Ribeiro. *Tororó*. [d]

NOVICIADO [do]

Foi assim conhecido o trecho da atual Avenida Jequitaia, na altura da Igreja dos Órfãos de São Joaquim. Existiu naquele local o *Noviciado* da Anunciação da Companhia de Jesus, construído entre os anos de 1709 e 1728, de onde provém o batismo, há muito desaparecido, mas que merece ser registrado pelo quanto conta da história da evolução urbana da cidade. Em sua História da Independência na Bahia, Braz do Amaral registra a existência das “praias do Noviciado”, apontando-as como um dos locais por onde os portugueses se retiraram de volta ao seu país, após serem derrotados, em 1823.

No que se refere ao Noviciado, ao serem expulsos os Jesuítas, em 1760, a construção passou a pertencer à Coroa e, em 1818, por interferência do governador Conde das Palmas, foi cedido ao Irmão *Joaquim* do Livramento, que para ali relocou um asilo de órfãos, que anteriormente viviam em precárias instalações, numa pequena casa anexa à Igreja de São José do Ribamar. Este templo, datado de meados do século XVIII, se localiza no alto da Ladeira de São José e foi lá que teve início, em 1804, o colégio dos Órfãos de São Joaquim, que transferido para as instalações do Noviciado, hoje

lhe empresta o nome. A igreja ali existente é conhecida como sendo dos Órfãos de São Joaquim.

ORAÇÃO [da]

Esta via é assim conhecida por existir nela um imóvel que pertenceu aos jesuítas, onde esses padres se recolhiam para a prática da meditação e da oração, durante certos períodos do ano. *Centro Histórico.*

OSSOS [dos]

Faz parte de um conjunto de logradouros cujos bastimos têm origem no abate e comércio de gado, na época da Bahia colonial. *q.v.* Açouguinto, Adobes, Marchantes, Mocambinho. *Santo Antônio.*

OURIVES [dos]

Outro endereço baseado no exercício de um tipo de comércio, que se concentrava em uma via ou tinha ali um estabelecimento de porte suficiente para assegurar-lhe o batismo. *Comércio.*

PACIÊNCIA [da]

Tem a sua origem na Fazenda *Paciência*, de propriedade de Francisco Pinheiro de Souza. Aí residiu o agrônomo, jornalista e professor Valle Cabral, na desaparecida casa de número 110, substituída por um prédio onde funciona a Sociedade Caballeros de Santiago. *Rio Vermelho.*

PÃO DE LÓ [do]

De acordo com registros históricos é rua vinda do tempo em que Tomé de Sousa delineou, com base em planta desenhada pelo mestre Luiz Dias, as primeiras linhas da "povoação grande". Chamou-se por essa época (1549) Rua Por Detrás da Ajuda [t], por sua localização em

relação àquela que é considerada a segunda igreja construída nestas terras pelos primeiros colonizadores. Em 1865, quando Melo Moraes escreveu a *biografia* dos logradouros que existiam na cidade, era conhecida, há bastante tempo, como Rua do Padre Gonçalo.

No entanto, o historiador, no ano seguinte, ao publicar o seu trabalho, a registra com o nome de Pão de Ló e foi assim conhecida até que nela se construiu o edifício do Tesouro estadual, passando a ser a Rua do Tesouro. Em nenhum cronista da cidade se encontra explicação, nem mesmo sob a forma de hipótese, para a origem do topônimo Pão de Ló.

Com base no estudo da culinária nacional, este é um dos mais antigos bolos (sua receita leva farinha de trigo, ovos e açúcar) trazidos pelos portugueses para a Colônia. Como alimento não era dos mais populares, pois sua receita rendia pouco. Não sendo econômico, era servido apenas em dias de festa. Segundo o folclorista Câmara Cascudo era o "bolo de velhos desembargadores e padres abastados".

A Rua do Pão de Ló está registrada como endereço da Tipografia de Epifânio Pedroza, que, em 1847, estava ali localizada, ocupando o imóvel de número 37. Naquele ano, em sua gráfica foi reimpresso - traduzido e anotado por Inácio Acioli - o livro *A Restauração da Cidade do Salvador*, escrito em 1628 por Thomaz Tamayo de Vargas. Planta 1.

PARAÍSO [do]

No Livro do Tombamento da Santa Casa da Misericórdia [1862], ela aparece como sendo o Beco do Mocotó, nome derivado do comércio da carne de boi que se fazia naquele local e em todo o seu entorno, desde pouco depois da fundação da cidade. Liga a Rua da Mouraria à Avenida Sete, no trecho de São Bento. Ironicamente, os moradores de Salvador a batizaram com o nome de Paraíso,

exatamente por se tratar de um dos mais desagradáveis locais da cidade primitiva. Até ali chegava o forte mau cheiro que exalava do charco existente na baixada onde hoje se localiza a Barroquinha [t], onde eram atirados os detritos do matadouro público que ocupava a área situada por trás do Mosteiro de São Bento. *Centro.*

PEDREIRAS [das]

Atualmente Rua Luis Murat, era conhecida como "das Pedreiras" ainda em 1933, segundo edital de Impostos da Recebedoria Municipal, datado daquele ano. É denominação originária dos primeiros tempos da fundação da cidade. *Comércio.*

PILAR [do]

Seu batismo vem da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, localizada na parte baixa da cidade, em área próxima ao Porto de Salvador. Em sua vizinhança existem grandes armazéns em ruínas ou convertidos em casas comerciais. Os poucos sobrados restantes estão transformados em pardieiros. É datada de 1718, quando foi instituída a irmandade, cujo compromisso foi aprovado no ano seguinte. Frei Agostinho de Santa Maria registra como seus fundadores o padre Pascoal Duram de Carvalho, João Heitor e Manoel Gomes. Anexo à igreja existe um cemitério desativado.

A fonte batizada como de Santa Luzia, considerada a protetora dos olhos, fica localizada no pátio da igreja, e, todos os anos, ainda atrai grande número de fiéis na data da sua festa, realizada em 13 de dezembro, apesar da visível decadência do entorno do templo. Esta devoção àquela santa, inicialmente, era cumprida na capela do Solar do Unhão [t], ao lado da qual ainda existe a Fonte de Santa Luzia, "cujas águas por muitos anos gozaram de grande fama na cura de moléstias dos olhos".

PITANGUEIRAS [das]

Um dos incontáveis batismos tirados da flora nacional. *Matatu.*

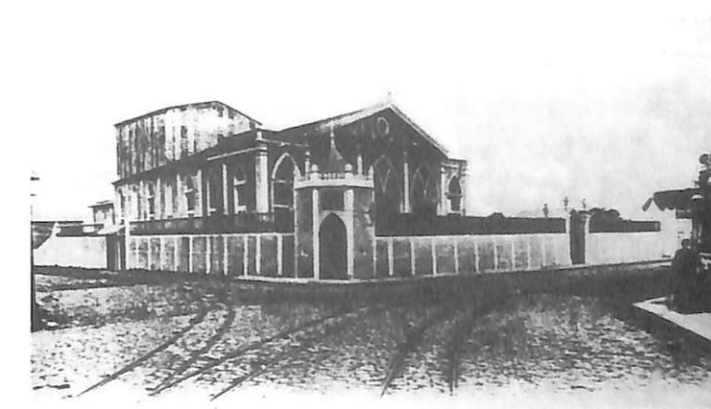
POÇO [do] Ribeira

Está desaparecido como endereço neste bairro, mas existe ainda no subúrbio de Paripe e, como Travessa, no Bairro Tancredo Neves, antigo Beiru. A origem do batismo é óbvia. *q.v.* Tamarineiros da Penha.

POLITEAMA

Na área que hoje conserva o seu nome, localizou-se o Politeama Baiano, inicialmente apenas uma praça de touros, aberta ao público em 1882. Foi inaugurado como teatro em 23 de maio de 1886, com a estréia da Companhia Lírica Italiana, dirigida pelo ator Luis Milone. Tinha 853 cadeiras, 16 frisas, 28 camarotes de 1ª ordem, 10 camarotes de 2ª ordem, 10 camarotes privativos dos acionistas do teatro, 242 galerias numeradas e 500 entradas para as galerias.

Após dez anos funcionando como teatro, o prédio foi comprado por novos acionistas e, após ser reformado, realizaram-se ali, no Carnaval de 1897, luxuosos bailes a fantasia, aos quais compareceu a



mais fina sociedade local. Em 11 de abril daquele mesmo ano foi reaberto como teatro, com a exibição da Companhia Dramática Dias Braga.

Em 4 de dezembro, ainda em 1897, “o baiano pagou a quantia de dois mil réis na cadeira de orquestra e de um mil na geral para assistir à primeira sessão de cinema, que à época se chamava *função*. Foi um ingresso caro e só alguns privilegiados dirigiram-se ao Teatro Polytheama para conhecer a grande novidade do final do século XIX”. O filme era sobre “as últimas invenções de Thomas Edison, ainda não vistas na Bahia”.

O local passou por outra reforma completa em 1913, que conservou ainda a estrutura de ferro, recoberta de madeira e zinco, utilizada desde 1886 e mantida até a sua demolição, nos anos 30. Ainda hoje sobrevive como endereço certo no centro da cidade, sendo as duas ruas que cortam os seus limites batizadas como do *Politeama de Cima e de Baixo*. *Centro*.

PORTÃO DA PIEDADE [do]

Um dos muitos acessos existentes entre a “povoação grande” e a região extramuros, e, a exemplo de tantos outros, guarnecido por um portão que era fechado pela necessidade de defesa e de controle da entrada e saída de pessoas. O portão existiu e o batismo, que sobrevive ainda hoje, lhe conta a história. O complemento “da Piedade” tem a sua origem na proximidade da Igreja da Piedade, cujas origens remontam ao ano de 1679, quando teve início a fundação do Hospício dos Capuchinhos de Nossa Senhora da Piedade, por religiosos italianos. Seus fundadores foram os freis João Romano e Thomas de Sora, que edificaram uma pequena casa no local onde hoje ergue-se a igreja e o seu respectivo convento. *q.v. Praça da Piedade. Centro. [d]*

PORTAS DO CARMO [das]

“Era conhecida, ainda em meados do século passado, como “Canto do Peixe”, por aí existir uma quitanda de pescados”. *Centro. [d]*

QUINTA DOS LÁZAROS [da]

Já foi a Estrada da Quinta dos Lázaros e, no tempo dos jesuítas, a Quinta do Tanque. Ali viveu, durante 17 anos, o padre Antônio Vieira, conhecido orador católico, falecido no dia 18 de julho de 1697, com 90 anos de idade e 75 de sacerdócio. *Baixa de Quintas*.

ROSÁRIO [do]

Em 1689 foi criada a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, da freguesia [t] de São Pedro Velho. A padroeira foi entronizada no altar da igreja matriz, onde permaneceu até 1746. Ocorre por essa época um desentendimento entre o vigário e os demais integrantes da irmandade, que “conseguiram do arcebispo licença para levantar igreja própria em terreno foreiro do Mosteiro Beneditino, parte da herança do sertanista Gabriel Soares de Souza”.

O templo vai ocupar um trecho da atual Avenida Sete



que era então conhecida como Rua de João Pereira, passando a ser chamada de Rosário, devido à influência do novo estabelecimento religioso. Durante bastante tempo o local foi conhecido pela junção dos dois nomes: Rua do Rosário de João Pereira. Pela praticidade tantas vezes observada na linguagem popular, o nome de João Pereira foi pouco a pouco sendo omitido do batismo, mas o nome da Rua do Rosário se mantém até os dias de hoje. É trecho da Avenida Sete.

RUY BARBOSA

q.v. Rua dos Capitães.

SALDANHA [do]

Como a maior parte do casario daquela área, inclusive os palácios, pertencia a Manoel de *Saldanha* da Gama, a rua acabou tomando o nome pelo qual ele era mais conhecido: Rua do Saldanha. Ao lhe falecer a esposa [Joana da Silva Guedes de Brito, que era 19 anos mais velha do que ele] e na qualidade de testamenteiro dela, Manoel de Saldanha perdeu as propriedades do casal que foram “arrematadas em praça pública pela irmandade do Santíssimo Sacramento da Santa Sé, em 3 de abril de 1770”. É portanto, batismo centenário, que guarda a memória do nome daquele que ali foi proprietário, por herança, de muitos imóveis. Ele era também morador do local, onde ocupou inicialmente um casarão que ficou sendo o



Palácio Velho, tendo construído depois o Palácio Novo, hoje Palácio ou Paço do Saldanha, atual Liceu de Artes e Ofícios. *Centro Histórico*.

SANGRADOURO

Em 1866 era “rua moderna”. Anteriormente, durante o período chuvoso, o Rio Camurugipe “sangrava” do seu leito, que normalmente podia ser cruzado a vau [g], alongando toda a área. *Santo Agostinho*.

SÃO BENTO [de]

É trecho da Avenida Sete de Setembro, assim conhecido por passar ao lado do Mosteiro dos Beneditinos. *q.v. Largo*.

SÃO RAIMUNDO [de] *q.v. Largo*

SETE PECADOS MORTAIS [dos]

É toponímia das mais curiosas. Conforme registra Mello Moraes, esta via era “assim chamada por ter de um lado, sete casas térreas de portas e janelas somente, como ainda hoje (1866) se observa, habitadas por mulheres fadistas”. O professor Luiz Monteiro da Costa - por sua vez - registra que “como os costumes no tempo eram outros e muito moralizadores, em vista das ações que se praticavam” nas casas referidas, o povo batizou aquela via como sendo “dos sete pecados mortais”. [d]

SOARES [do]

Em uma rua do então Distrito de Santana, onde residia o intendente de Polícia, Antônio José *Soares*, descrito como sendo “coronel reformado de um dos regimentos de Infantaria paga da guarnição da cidade, sujeito violento e arbitrário como trinta, exercendo o cargo aludido nos anos que precederam de perto a Independência”.

Como se vê, a origem do nome dessa rua está escondida nas duas primeiras décadas do século passado e até hoje o atribuído intendente de Polícia será lembrado por quantos se interessem em determinar de onde vem a denominação daquele logradouro. Em 1866, Melo Moraes registrava que “sobre este chefe de Polícia, conhecido pelo povo como o Major Soares, há muitas anedotas dignas de memória”.

SODRÉ [do]

No ano de 1661, Jerônimo *Sodré* Pereira aporta na Bahia, oriundo do Reino, onde fizera fortuna. Aqui chegando manda construir, na rua que ainda hoje lhe guarda o nome, um paço onde veio a falecer em 9 de novembro de 1711. A casa foi comprada por Antônio José Alves, pai de Castro Alves, e nela, em 6 de junho de 1871, morreu o poeta. No imóvel funciona atualmente um colégio.

O nome desta rua é exemplo típico de muitos batismos tradicionais, que registram os nomes de antigos moradores, autênticos senhores feudais que residiram naquelas áreas, muitas vezes nos primórdios da implantação da cidade. Eram as “pessoas de bem” (com personalidades marcantes e bens materiais ou mesmo ambas as coisas). Conseguiram com isso impressionar o espírito simples do povo, que passava a indicar como endereço da rua, beco, praça ou ladeira, o nome do seu morador mais conhecido.

TAMARINEIROS DA PENHA [dos]

Muitas árvores daquela espécie podem ser vistas, ainda hoje, na área em frente à Igreja de Nossa Senhora da Penha [1742], localizada à beira mar, no extremo da península de Itapagipe. Elas confirmam com a sua presença a origem do batismo, que é um dos muitos

endereços baseados na variada flora tropical existente na cidade desde que aqui chegaram os primeiros colonizadores. Em seu livro *Itapagipe que eu vivi*, Edison da Palma Meireles registra a existência de uma árvore dessa espécie, que chamava a atenção pelo seu tamanho, localizada “no Poço [t] defronte ao enorme tamarineiro, que o furacão derrubou no ano de 1943”.

TABOÃO [do]

A origem desse nome é das mais controversas entre os pesquisadores. Alberto Silva, por exemplo, defende para a origem do batismo a grande quantidade de “tabua” existente no alagadiço que havia naquela área. Com as fibras dessa planta se faziam esteiras e acolchoamento para as cangalhas dos jumentos. Ainda hoje “taboa”, na língua dos índios Pataxós Hã-Hã-Hãe, que vivem na região sul do Estado, é palha do brejo com qual eles produzem as suas tangas e cocares.

Mas o batismo talvez possa mais logicamente ser explicado conhecendo-se o fato de que ao ser feito “o encanamento do Rio das Tripas”, encontraram-se no baixio do quintal de São Francisco vigas enterradas de cima para baixo, de 25 a 30 palmos”. Esses suportes levaram alguns pesquisadores a supor o desaparecimento de uma ponte (ou um taboão) que ali teria existido para travessia dos passantes, que seguiam com destino aos bairros então situados mais distantes da “povoação grande”.

Por conceito, o “tabuão” (tábua grande, prancha) é estiva ou ponte de madeira bruta para se atravessarem pequenos cursos de água ou terrenos encharcados. É fato conhecido que quando se fez o encanamento do Rio das Tripas, em diversos outros lugares, foram encontradas ruínas de antigos suportes de pontes, muitos deles, a exemplo daquele localizado na parte

baixa da Ladeira da Praça, “feito de tijolo, e de pedra e cal, que em tempos antigos dava passagem para a freguesia de Santana”. *Pelourinho*.

TIJOLO [do]

Nesta rua morou o poeta Gregório de Matos [t]. Em 1866, Melo Moraes registrou que ali ainda existia “o sobrado e a escada e o frade de pau que levou o tiro que lhe era destinado por sua má língua”. O batismo origina-se do fato de ali haverem se instalado as primeiras fábricas de tijolos da Bahia colonial, mas aparece registrada no Livro do Tombamento dos Bens Imóveis da Santa Casa da Misericórdia, datado de 1862, como sendo a *Rua do Saboeiro*. É a atual Rua 28 de Setembro (data da promulgação da Lei do Ventre Livre, no ano de 1871, a partir de quando os filhos dos escravos nasciam libertos. Este documento legal foi o primeiro passo para a abolição da escravatura). Planta 1.

TIRA CHAPÉU [do]

Situada quase em frente à Ladeira do Pau da Bandeira [t], o batismo desta via registra um curioso costume da época em que o Brasil ainda estava subordinado política e administrativamente a Portugal. Naquele tempo, os homens ao passar por aquela via pública descobriam suas cabeças, em sinal de respeito aos governadores, que ocupavam a sede do governo ali localizada e eram, àquele período, legítimos representantes dos reis de Portugal. Foi durante muito tempo a *Rua da Assembléia*. O professor Luiz Monteiro da Costa, citando Mello Moraes, registra que nela houve um prolongamento “que tinha batismo próprio e a humildade ainda visível em casas antigas (em 1866) pode mesmo indicar que a rua [que dava continuidade a do Tira Chapéu] era a dos Carvoeiros”. Planta 1.

TRILHO [do]

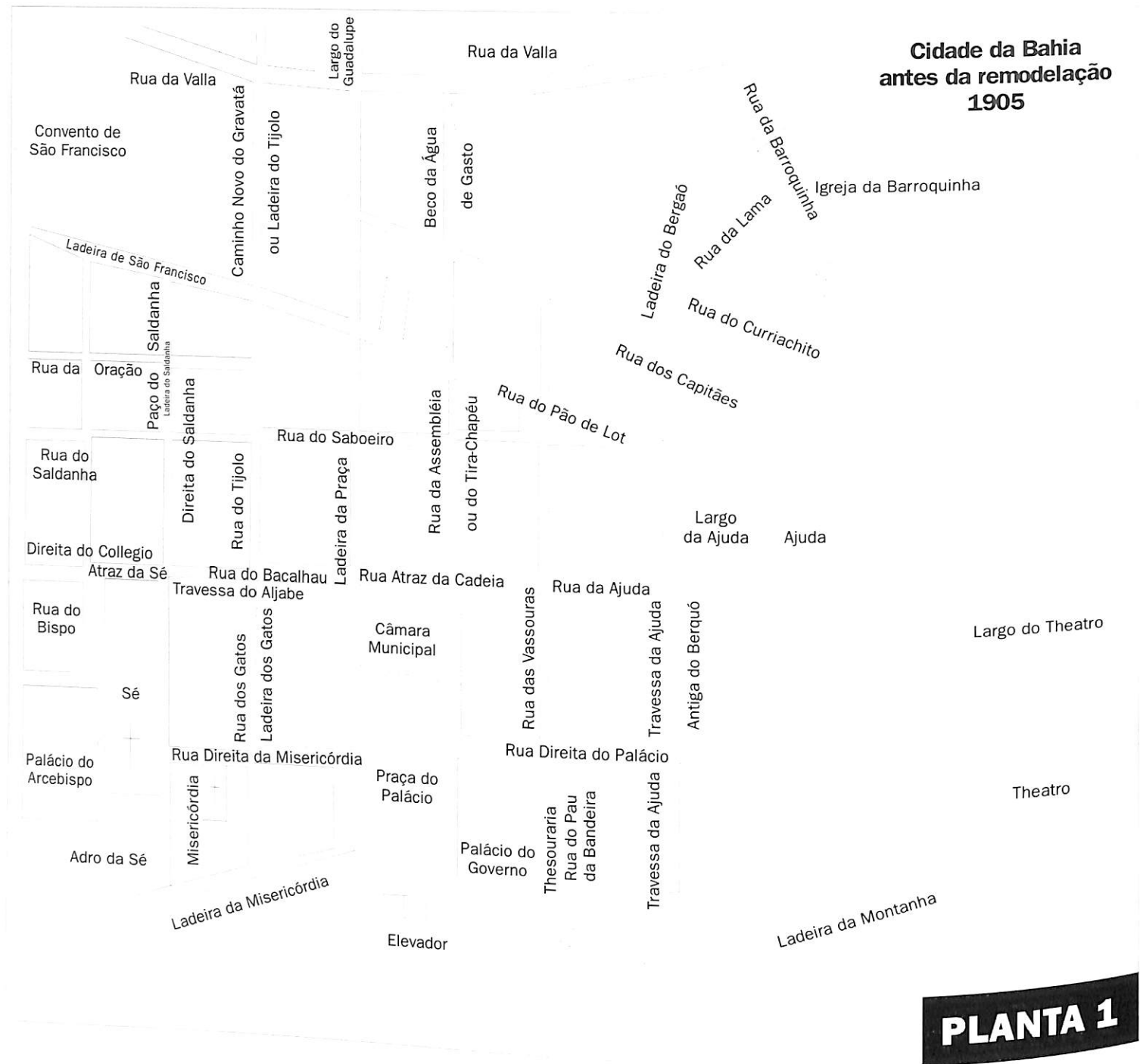
Já em 1952, o professor Valle Cabral registrava que esta via era a “Rua do Trilho que não tem trilhos”. No entanto, acrescentava: “teve-os no último quartel do século passado”. Por ali passava a estrada de ferro do Rio Vermelho, que saía do Campo Grande e ia até o Alto do Papagaio. A locomotiva puxava um carro de passageiros do tipo dos nossos antigos bondinhos de burro. A esse conjunto o povo chamava “a máquina do Rio Vermelho”.

VALA [da]

Em 1866 era “estrada aberta há poucos anos ao longo de todo o vale central da cidade, a que os antigos chamavam Hortas de São Bento, de São Francisco e do Carmo”. Por sua extensão atravessava - naquele mesmo ano - as “freguesias de São Pedro, Santana, Sé, Rua do Paço e Santo Antônio Além do Carmo”. É a atual Baixa dos Sapateiros [t]. Planta 1.

VASSOURAS [das]

Nos primeiros tempos da cidade era recoberta desse tipo de “plantas malváceas, das quais se colhiam os estípites (caules) para uso doméstico”. É a atual Rua Virgílio Damásio. Planta 1.



solar

UNHÃO [do]

No local hoje conhecido como Unhão residiu, no século XVI, Gabriel Soares. O solar onde atualmente funcionam um restaurante e o Museu de Arte Moderna foi residência, em 1692, do provedor-mor dos defuntos, desembargador Pedro de *Unhão* Castelo Branco, e pelo seu curioso sobrenome é ainda hoje conhecido o imóvel e toda a área no seu entorno. O imóvel é uma construção do século XVII e foi residência, também, da família Pires de Carvalho, “da nobre casa da Torre dos Garcia d’Ávila”.

Ali ainda funcionava, por volta de 1866, “a antiga e muito conhecida fábrica de rapé *Arêa-Preta*”, de propriedade da firma Meuron & Cia. Esta empresa havia sido constituída, em 1827, quando o solar foi arrendado por dois cidadãos suíços - Francisco Meuron e Carlery Scheul - que, alguns anos depois, deixaram o Brasil em muito boa situação financeira.

Posteriormente, o solar passou a ser um depósito de inflamáveis, sob o nome de Trapiche Santa Luzia. Ao seu lado ergue-se, em 1757, uma igreja em louvor a Nossa Senhora da Conceição. No subsolo do edifício principal podem ser vistas as antigas senzalas e calabouços dos escravos africanos, bem como os trilhos sobre os quais eles empurravam os carros onde eram transportadas as mercadorias.

Existe junto à igreja uma fonte onde teve início uma devoção a Santa Luzia, cujo oratório ali se mantém, embora a festa tenha sido transferida para o Pilar. As águas da fonte do solar tiveram, durante muito tempo, a fama de curar moléstias dos olhos. Esta crença popular se mantém viva, mas atualmente as águas “milagrosas” são aquelas que fluem da fonte existente no pátio da Igreja do Pilar.

travessas

AJUDA [da] q.v. Rua da Ajuda

GABRIEL SOARES

Nas proximidades do Largo 2 de Julho, era conhecida anteriormente simplesmente como a Rua do Gabriel, tendo sido aberta em terrenos de propriedade de *Gabriel* Soares de Sousa. Ele doou a área ao Mosteiro de São Bento, onde pode ser visto o seu túmulo, em cuja lapide se lê: “Aqui jaz um pecador”. A ele muito se deve sobre o conhecimento dos primeiros tempos da colonização, pois é autor do “Tratado Descritivo do Brasil em 1587”. *Centro*.

MATA-MAROTO [do]

Maroto foi a alcunha imposta aos portugueses no Brasil, de modo particular na Bahia, a partir da época da Independência. A expressão “mata-maroto” refere-se à forma mais violenta de manifestação dos sentimentos nacionalistas dos baianos, que combateram pela separação de Portugal.

O comércio estabelecido na Bahia, quase todo dominado por portugueses, era contrário à Independência e “fez à nossa causa todo o mal que pôde. Isto explica a irritação que tinha o povo contra os comerciantes, em geral portugueses, e faz compreender a razão dos tumultos conhecidos durante duas décadas pela denominação de Mata-Marotos”.

Em seu livro “O Sargento Pedro”, 2ª edição, Livraria Catilina, 1921, pág. 236, o autor Xavier Marques registra versos do folclore poético da Independência, que retratam de maneira bastante fiel os sentimentos daquela época de lutas libertárias: “Pois sim, pois não - havemos de comer - marotos com pão - dar-lhe uma surra - de bom cansaço - fazer as marotas - morrer de paixão”.



túnel

AMÉRICO SIMAS

É um marco histórico na evolução urbana da “povoação grande”. A preocupação inicial dos seus fundadores - a segurança - levou-os a escolher para implantá-la um ponto estrategicamente elevado. Ao longo dos séculos que se seguiram, seu crescimento aconteceu através das cumeadas dos morros, deixando desocupados os vales. Por volta dos anos 50 deste século, a Bahia era “uma cidade estrangulada” no que se referia à circulação de veículos.

A abertura do túnel ao tráfego, no dia 30 de janeiro de 1967, tornava opcional a passagem pelo centro histórico para se ir da Cidade Baixa à Cidade Alta. Após 15 anos de obras, interrompidas durante vários períodos por faltas de verbas e executadas na maior parte do tempo sob a ameaça constante de paralisação definitiva, era inaugurada aquela nova via, que foi chamada de o “túnel do progresso” pelos jornais daquele período.

Na verdade, o projeto inicial datava de 1952, quando foi lançado como a principal obra da administração do prefeito Osvaldo Gordilho. Seu primeiro batismo foi o de *Túnel do Pilar*. O engenheiro Mário Leal Ferreira [t], responsável pelos trabalhos, destacava que o túnel “teria a função de desafogar o tráfego intenso registrado no centro e eliminar as dificuldades na ligação viária entre as partes alta e baixa da capital”.

A euforia inicial das obras deu lugar à realidade dos interesses políticos e das dificuldades financeiras, que por fim se revelaram inexistentes, mesmo com “a concessão de vultosos empréstimos para o começo e continuidade dos trabalhos, aumento nas taxas dos impostos municipais e, segundo reclamações, aplicação do dinheiro em obras de menor importância, que pouco somavam no resultado, enquanto a construção do túnel permanecia paralisada em certos períodos”.

O Américo Simas, conforme consta em folheto da época, foi aberto através da perfuração de 282 metros



em rochas graníticas, com uma altura máxima de 6,20 m e largura de 18 m, com passeios laterais mais elevados que a pista de rolamento, “atendendo a critérios de segurança dos pedestres”.

A abertura do túnel ao tráfego incluiu ainda a construção de dois viadutos sobre a Avenida Jequitaia [t], formando o trevo da Cidade Baixa, um outro trevo para o acesso à Rua J. J. Seabra [t] e o prolongamento da Avenida Vale de Nazaré [t]. Foi inaugurado pelo prefeito Nelson Oliveira, sendo Lomanto Júnior o governador do Estado.

viaduto

RAUL SEIXAS

Pela sua atualidade é batismo que dispensa maiores explicações. Trata-se de merecida homenagem a Raul [Santos] Seixas (28/06/45 - 21/08/89, Rio de Janeiro) músico e escritor baiano. Como ele mesmo se descreveu em Gita, composta em parceria com Paulo Coelho, um ser humano “raso - largo - profundo”, nascido

“Num planeta chamado Terra.
Num país chamado Brasil.
Numa cidade chamada Salvador.
Num bairro chamado Piedade.
Numa rua chamada Avenida Sete de Setembro
Numa casa de número 108...”





rua direita da piedade



praça da piedade

parte II



os nomes bahia e salvador

Conforme indicado por Frei Vicente do Salvador, o nome posto na cidade - Bahia - provém do acidente geográfico que a caracteriza e impressionava aos que aqui aportavam, fossem portugueses ou estrangeiros. “Toma esta Capitania o nome de Bahia, por uma tão grande, que por antonomásia e excelência se levanta como nome comum e apropriando-se a si mesmo chama de Bahia”, registrou o religioso na sua História da Custódia do Brasil (1627).

Desse modo, batizada de início como Baía de Todos os Santos, esse nome se aplica posteriormente à Capitania criada e continua até o Brasil Vice-Reino e no Império [Província da Bahia], chegando até hoje como topônimo dos mais antigos. Na verdade, a *Baía*, enquanto acidente geográfico, já aparecia assinalada com o nome de *Todos os Santos*, no mapa de Cantino, datado de 1502, e de outros cartógrafos deste mesmo período.

“A Baía de Todos os Santos é o lugar mais conveniente da costa do Brasil para se poder fazer a dita povoação e assento, assim pela disposição do ponto e os rios que nela entram como pela bondade e abundância e saúde da terra e por outros respeitos, hei por meu serviço que na dita Baía se faça a dita povoação e assento”. Neste trecho de seu Regimento, D. João III transmitiu a Tomé de Sousa a responsabilidade de estabelecer o novo governo e fundar a cidade que seria a primeira capital da colônia. Mais do que isto, determinou a ele o lugar onde ela deveria ser implantada.

Depreende-se do texto que o Rei de Portugal estava muito bem informado a respeito da terra sobre a qual pretendia uma posse mais efetiva, protegendo-a de ataques cada vez mais freqüentes de piratas e aventureiros das mais diversas nacionalidades. A cidade a ser construída, para cumprir a sua finalidade, deveria



ser uma “fortaleza forte” erigida de acordo com os “traços e amostras” que Tomé de Sousa trouxera consigo de Portugal. Também esta primeira povoação já viera batizada pelo rei, que lhe dera o nome de Cidade do Salvador **(1)**.

Como registra Edison Carneiro, até mesmo “a nau Salvador deve ter tido esse apelido por causa da Cidade, que já se chamava Cidade do Salvador antes da vinda dos navios do governo geral”. Aquele batismo se encontra inscrito em todos os documentos do século XVI, mesmo os mais antigos, sejam do Padre Manoel da Nóbrega ou de Duarte da Costa (segundo governador geral), bem como pode ser lido em diversas Cartas Régias daquele período.

(1) Da frota que trouxe Tomé de Sousa [três navios, duas caravelas e um bergantim] e sua comitiva com a tarefa de fundar a “fortaleza forte” que seria a Cidade do Salvador, os batismos dos navios eram: Salvador, Ajuda e Conceição. Como foi dito, a cidade já viera com o nome de Salvador. As primeiras igrejas edificadas receberam os nomes de Ajuda (dentro dos limites da cidade, na parte alta) e Conceição (situada na Praia ou Ribeira). As imagens de ambas as santas vieram nas respectivas embarcações e foram entronizadas nas primitivas construções de taipa, cobertas de palhas, depois reconstruídas em pedra e cal, até tomarem o aspecto com que hoje as conhecemos.

salvador: um perfil quinhentista



Capitão-General da Fortaleza do Salvador e Governador Geral do Brasil”, após identificar a área onde ficaria localizada a cidade, “foi fortificar em circuito à volta da mesma com uma alta e forte estacada de paus para assegurar com ela os soldados e trabalhadores de alguma invasão do gentio desmandado”.

Esta era uma defesa frágil e provisória, que mais tarde seria substituída, obedecendo às naturais exigências de uma maior segurança, “por um muro de boa e grossa taipa de barro e madeira”, ao que parece também bastante precário, pois o próprio mestre-de-obras que o construía, Luís Dias, reconhecia em carta escrita a destinatário que ficara no Reino: “Eu com um dardo que trazia na mão as desmanchava”. Referia-se ele às obras de fortificação.

Cercada por muros, o acesso à área interna desta cidade tipicamente medieval se fazia por duas portas: a de Santa Luzia, onde hoje se ergue o prédio do Palácio dos Esportes “Antonio Carlos Magalhães”, na Praça Castro Alves, na época defendida por um baluarte “de madeira e taipa”, sob a invocação de São Tomé. O quartelamento era comandado por Belchior Fernandes. A outra porta, ao norte, batizada como de Santa Catarina, localizava-se na parte alta do atual Largo do Pelourinho, onde ficava o baluarte de São Tiago, comandado por João Luís. As duas portas demarcavam, também, os pontos extremos. Com a construção extramuros dos mosteiros de Beneditinos e Carmelitas, e sofrendo a influência dos arraigados sentimentos religiosos daquele tempo, pouco a pouco *as portas* foram mudando de nome, passando a ser conhecidas como: “Portas de Santa Luzia indo para São Bento” e “Portas de Santa Catarina indo para o Carmo”. Já no século seguinte, eram conhecidas apenas como “Portas de São Bento” e “Portas do Carmo”.

SALVADOR NASCEU FORTIFICADA

Fundada com a finalidade de centralizar a organização administrativo-militar, “para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça”, além de assegurar a defesa e posse da nova colônia de Portugal. A cidade refletia, no primitivo traçado das suas ruas e posicionamento das suas edificações, a fisionomia típica de um aglomerado urbano quinhentista, condicionado em sua implantação e crescimento pelas singularidades da época.

Em primeiro lugar, havia a pirataria que infestava os mares, saqueando, não apenas os navios, como também as cidades que - a exemplo de Salvador - erguiam-se ao longo da costa. Além disso, a terra onde a nova colônia estava sendo fundada já estava previamente ocupada por tribos de índios hostis entre si e que, em alguns casos, uniram-se contra o novo inimigo recém-chegado. Ameaçada, desse modo, por inimigos externos (os piratas) e internos (os selvagens), aquela cidade fundada há 450 anos, que se completam no dia 29 de março de 1999, e que viria a ser a primeira capital do Brasil, apresentava àquele tempo aspecto bastante semelhante ao de uma praça de guerra.

Na verdade, Tomé de Sousa viera do reino encarregado por Dom João III de construir aqui “uma fortaleza e uma cidade grande e forte”, conforme registra o texto da Carta Régia de 7 de janeiro de 1549. O novo aglomerado urbano deveria “servir de assento para o governo geral das possessões lusitanas nas terras de Santa Cruz”. “Fortaleza de Salvador” e “fortaleza forte” são denominações comumente encontradas em textos dos cronistas da época, quando a ela se referiam.

DEFESAS

A primeira das medidas tomadas pelo seu fundador, Tomé de Sousa, “homem escolhido para



forte do monte serrat



SALVADOR NASCEU FORTIFICADA

Fundada com a finalidade de centralizar a organização administrativo-militar, “para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça”, além de assegurar a defesa e posse da nova colônia de Portugal. A cidade refletia, no primitivo traçado das suas ruas e posicionamento das suas edificações, a fisionomia típica de um aglomerado urbano quinhentista, condicionado em sua implantação e crescimento pelas singularidades da época.

Em primeiro lugar, havia a pirataria que infestava os mares, saqueando, não apenas os navios, como também as cidades que - a exemplo de Salvador - erguiam-se ao longo da costa. Além disso, a terra onde a nova colônia estava sendo fundada já estava previamente ocupada por tribos de índios hostis entre si e que, em alguns casos, uniram-se contra o novo inimigo recém-chegado. Ameaçada, desse modo, por inimigos externos (os piratas) e internos (os selvagens), aquela cidade fundada há 450 anos, que se completam no dia 29 de março de 1999, e que viria a ser a primeira capital do Brasil, apresentava àquele tempo aspecto bastante semelhante ao de uma praça de guerra.

Na verdade, Tomé de Sousa viera do reino encarregado por Dom João III de construir aqui “uma fortaleza e

Capitão-General da Fortaleza do Salvador e Governador Geral do Brasil”, após identificar a área onde ficaria localizada a cidade, “foi fortificar em circuito à volta da mesma com uma alta e forte estacada de paus para assegurar com ela os soldados e trabalhadores de alguma invasão do gentio desmandado”.

Esta era uma defesa frágil e provisória, que mais tarde seria substituída, obedecendo às naturais exigências de uma maior segurança, “por um muro de boa e grossa taipa de barro e madeira”, ao que parece também bastante precário, pois o próprio mestre-de-obras que o construía, Luís Dias, reconhecia em carta escrita a destinatário que ficara no Reino: “Eu com um dardo que trazia na mão as desmanchava”. Referia-se ele às obras de fortificação.

Cercada por muros, o acesso à área interna desta cidade tipicamente medieval se fazia por duas portas: a de Santa Luzia, onde hoje se ergue o prédio do Palácio dos Esportes “Antonio Carlos Magalhães”, na Praça Castro Alves, na época defendida por um baluarte “de madeira e taipa”, sob a invocação de São Tomé. O aquartelamento era comandado por Belchior Fernandes. A outra porta, ao norte, batizada como de Santa Catarina, localizava-se na parte alta do atual Largo do Pelourinho, onde ficava o baluarte de São Tiago, comandado por João Luís.

Na parte baixa da cidade (Ribeira ou Praia como era conhecida então), erguiam-se mais dois baluartes, completando o sistema defensivo. O de São Jorge, localizado ao sul, e o de Santa Cruz, ao norte. Na Vila Velha, existia ainda uma torre conhecida por aquele mesmo nome, a qual servia como posto militar. Ela fora construída pelo donatário Francisco Pereira Coutinho alguns anos antes e viria a dar origem, posteriormente, ao Forte de São Diogo, que ainda hoje pode ser visto (no Porto da Barra). A via que dá acesso àquela construção militar chama-se, como não poderia deixar de ser, Rua do Forte de São Diogo, conforme se lê em placa afixada na sua esquina. Próximo dali encontra-se assentado o marco comemorativo do desembarque de Tomé de Sousa, primeiro governador geral, em terras da Bahia.

Voltando aos limites da cidade, eles ficavam - como foi dito - no trecho hoje compreendido entre a Praça Castro Alves e o Largo do Pelourinho. No interior deste "cercado", obedecendo ao traçado do primeiro dos seus *urbanistas*, o mestre-de-obras Luís Dias, o mesmo que anteriormente construía os muros para defesa, foram implantadas as primeiras praças e abertas algumas ruas. Duas destas ruas cortavam a cidade quase em linha reta, de sul a norte, correspondendo à atual Rua Chile (na época dos Mercadores), e à Rua da Ajuda, cujo batismo se mantém.

CENTRO

No ponto central da Cidade, a primeira praça foi demarcada em abril de 1549. Ali ficavam os órgãos da administração: o Palácio dos Governadores, no mesmo local onde ainda hoje pode ser visto, muito embora desfigurado pelas muitas reformas sofridas. Na parte oposta, a Casa da Moeda. No lado direito, a Casa da Câmara, que mantém a sua primitiva localização e na sua parte inferior, a Cadeia.

Ocupando a mesma área onde hoje se ergue a plataforma superior do Elevador Lacerda, ficava o Tribunal da Relação o "que toma conhecimento por apelação ou agravo das sentenças dadas em toda esta Capitania pelos Juizes inferiores, para as revogarem, reformarem ou aprovarem na parte que lhes parece". No centro dessa praça erguia-se, símbolo da Justiça da época, o Pelourinho. Dali ele iria para a frente da catedral, de onde saiu porque os gritos dos açoitados perturbavam as cerimônias religiosas. É transferido para o largo (do Pelourinho) onde permaneceria até cair em desuso.

Através de seis ruas, partindo-se de qualquer ponto da cidade, chegava-se até a primeira praça acima referida, que, em 1799, era descrita como sendo "um pequeno quadrado" de apenas 87 passos andantes". Hoje, ela é a Praça Municipal, sendo assim conhecida por todos, muito embora desde 28 de julho de 1949, através da Resolução 41, Tomé de Sousa seja o seu nome oficial. "Um retângulo com 79.800 pés quadrados tendo no seu princípio a Igreja do Colégio dos Padres da Companhia de Jesus e fronteira a ela a Capela dos Terceiros de São Domingos. Toda esta praça é cercada de muitos edifícios e se comunica com todos os bairros por sete ruas..." Era esta a descrição, em 1759, da segunda praça existente em Salvador desde a época da sua fundação até aquele ano. Era a maior das duas. Foi inicialmente a Praça do Terreiro da Casa de Jesus, depois Terreiro de Jesus e é, atualmente, apenas o Terreiro.

RUAS

Da Rua Direita do Palácio, depois dos Mercadores, atual Rua (do) Chile, separou-se o trecho conhecido até nossos dias como Rua da Misericórdia. Este batismo firma-se ao longo dos tempos pela presença da Igreja e Hospital da Santa Casa de Misericórdia, a respeito dos quais os historiadores registram que o conjunto

ainda não existia quando da chegada do primeiro governador e já se achava construído no ano do falecimento do terceiro deles (Mem de Sá), em 1572. Correndo paralela a estas, ligando também os dois pontos extremos da cidade, havia a Rua da Ajuda. O batismo, decorrente de um costume largamente utilizado pelos portugueses, lhe vinha da primeira igreja construída pelos jesuítas em terras do Brasil, cuja invocação foi retirada de uma das naus de Tomé de Sousa, bem como a imagem, transportada em procissão do navio para ser entronizada no altar-mor. Estendia-se esta rua por trás da Casa da Câmara, baixava no trecho da Ladeira da Praça, e, voltando ao nível anterior, já nos terrenos da Praça da Sé, seguia para o norte até o Colégio dos Jesuítas. Na sua parte baixa chamava-se Rua de Baixo da Misericórdia e Rua do Colégio no trecho próximo àquele estabelecimento religioso de ensino.

Derivando os seus batismos da presença ali daquela igreja pioneira, existiam ainda naquela área a Rua de Baixo da Ajuda (hoje Rua do Saldanha), a Rua por Detrás da Ajuda (hoje Rua do Tesouro) e a Travessa da Ajuda, atualmente ainda com este nome. Em paralelo à primeira delas três, estendia-se a Rua do Brejo, depois dos Capitães (atual Ruy Barbosa). Muitas outras daquelas ruas abertas quase que ao mesmo tempo em que se implantava a povoação primitiva desapareceram com o crescimento da cidade. De referências a estas, as suas localizações já não podem ser precisadas sem uma mínima margem de erro, embora alguns dos seus batismos sejam referidos e estejam registrados em documentos históricos.

Outras ainda sobrevivem hoje, como endereço certo, vindas de um tempo em que "as ruas consideradas largas e nobres mediam, de parede a parede, trinta a quarenta palmos - cerca de sete a nove metros".

LADEIRAS

O primeiro caminho aberto na montanha com a finalidade de ligar a Praia ou Ribeira à Cidade Alta localizava-se ao norte da área onde viria a ser aberta a Praça do Palácio. Foi um dos três caminhos existentes àquela época, o de maior movimento e o que assegurava as melhores condições para ser utilizado como via de acesso.

Através dele subiam as mercadorias, trazidas do Porto em carros puxados a boi e empurrados por escravos, e destinadas ao abastecimento da cidade. Esta via desembocava, na parte de baixo, próximo ao Taboão, ao lado da Fonte do Pereira, na época ponto de encontro dos marinheiros com a população, por ser ali o local de fornecimento de água para os navios. Ao ser erguida, na parte alta deste caminho, entre os anos de 1549 e 1572, o Hospital e Igreja da Santa Casa de Misericórdia, passou a se chamar Ladeira da Misericórdia e ainda assim o conhecemos.

Um outro caminho principiava na Praia, no trecho da Preguiça, onde desembocava ao lado direito da Igreja da Conceição. Na parte alta ficava a sua saída, ao sul da Praça do Palácio, sendo uma das bifurcações da encruilhada existente nas Portas de Santa Luzia, mais tarde de São Bento. A meio caminho do alto esta via bipartia-se: um trecho ia alcançar a Travessa da Ajuda, constituindo-se, hoje, na Ladeira do Pau da Bandeira. O outro acompanhava, sobranceiro, a montanha, passando-lhe pela parte de fora, próximo às casas ali edificadas. Era a atual Ladeira da Conceição. Contando-se com aquela bifurcação, três foram as ladeiras existentes em Salvador ao tempo de sua fundação. A Ladeira da Montanha é caminho recente, datado do final do século passado.

NA PRAIA

Por aquele tempo, a parte baixa da cidade, onde se localizava o porto, era a Praia ou Ribeira. Havia ali apenas uma rua descontínua e tortuosa, encostada ao paredão da montanha: a Rua Direita da Praia, depois Guindaste dos Padres. A construção mais importante ali existente, erguida sob a direção de Pero de Góis, Capitão-Mor da Costa, era a Ribeira das Naus (ou do Góis), servindo de porto e estaleiro para as caravelas e outras embarcações. Localizava-se no trecho onde, hoje, se encontra a sede do Segundo Distrito Naval.

Mais para o norte, à beira da água, construída por Pero de Carvalhais, estava a Casa dos Armazéns, depósito onde as mercadorias eram guardadas antes de serem embarcadas para o Reino e outros portos ou, quando aqui chegadas, antes de serem consumidas pelos moradores da Colônia. Ao lado da Casa dos Armazéns, a Casa da Fazenda e dos Contos, a alfândega da época.

GUINDASTE

As deficiências dos caminhos que serviam como acesso ao alto da montanha eram quase insuperáveis. Mas tinham de ser vencidas, pois no topo é que se localizavam as principais edificações e a área residencial. Os acessos não passavam de vias lamacentas, o que muito dificultava o transporte das mercadorias para o abastecimento.

Isto fez com que os jesuítas construíssem, baseando-se no princípio da balança (o peso liberado de um lado faz com que se eleve o peso colocado no lado oposto), um monta-cargas, que ficou conhecido como o Guindaste dos Padres. Este ficava onde hoje se ergue o Plano Inclinado Gonçalves e sua utilização facilitava o transporte de diversas mercadorias armazenadas num cais que, anteriormente, aqueles mesmos religiosos

havam construído na parte baixa da cidade. Eles cobravam, para que os moradores utilizassem o monta-cargas, a importância de 20 vinténs para a subida de uma pipa de vinho, podendo o engenho transportar até duas pipas em cada viagem.

IGREJAS

A primeira igreja construída pelos jesuítas foi a de Nossa Senhora da Ajuda, localizada dentro do sítio da cidade. A invocação sob a qual foi erguida era retirada de uma das naus da armada de Tomé de Sousa, de onde veio também a primeira imagem ali entronada no altar-mor. Feita de taipa e recoberta de palha, ela tinha ao seu lado algumas casas humildes, naqueles mesmo materiais, onde se alojavam os religiosos.

Na parte baixa da Cidade, erguia-se a Capela de Nossa Senhora da Conceição, invocação também baseada no nome de outra das embarcações da frota de Tomé de Sousa. Desta vez, porém, se tratava da nau capitânea, que fora comandada pelo primeiro governador. Completava-se o batismo com a expressão “da Praia”, ainda hoje em uso, pelo fato do templo estar localizado na parte inferior da cidade, que era assim chamada.

Muito embora esteja registrado historicamente que, no ano de 1759, “em toda esta cidade, e sua capitania, se acham para cima de 300 igrejas, entre capelas, freguesias, oratórios, ermidas e conventos”, no período que medeia os anos de 1549 e 1581, eram apenas 70 as igrejas existentes, contando-se com a Sé (de Palha) que se instalara na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, constituindo-se na primeira Sé da cidade, antes que se construísse a Igreja da Sé, que veio a batizar a praça do mesmo nome. Este templo localizou-se “entre o Hospital das Candeias - hoje Santa Casa da Misericórdia - e a Igreja e Colégio dos Jesuítas (atual Catedral Basílica), tendo sido demolido em 1933.

Havia, também, três mosteiros: o do Carmo, o de São Bento, e o dos Jesuítas, e 18 freguesias “curadas”, ou seja, com seus padres (“curas”) estabelecidos. Hoje, embora persista a lenda das 365 igrejas da Bahia, uma para cada dia do ano, existem cerca de 170 delas, no total.

LARGOS

Um detalhe curioso é que o primeiro largo a existir na Capitania da Bahia foi aberto antes da fundação da Cidade de Salvador. Foi obra de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, a quem o donatário Francisco Pereira Coutinho doou uma “sesmaria de 400 varas de terra de largo e 500 de fundo”, onde atualmente se localizam os Bairros da Graça e Barra.

Naquela zona, por volta de 1524, ano provável da construção da Igreja de Nossa Senhora da Graça, talvez em frente a ela, Caramuru desmatou uma área, parte da qual deve ter abrangido o Largo da Graça do presente. Seis anos após, em 1530, abria-se o Largo de Nossa Senhora da Vitória, em local que então se chamava Portas da Vila Velha, mais ou menos onde hoje se localiza o Forte de São Pedro.

Todas essas construções são anteriores à fundação da cidade e se achavam fora e até mesmo um pouco distantes do local escolhido para nele se erguer a sede do primeiro governo. Após a definição dos limites da povoação primitiva, o trecho acima descrito ficou conhecido como sendo a “Vila Velha”, o “arraial do Pereira” ou ainda a “povoação do Pereira”, incluindo-se aí o Porto da Barra, que foi o primeiro núcleo onde se instalaram os portugueses da esquadra de Tomé de Sousa, após aqui chegarem.

CRESCIMENTO

Ano após ano a cidade cresceu e povoou-se rapidamente. O cruzamento dos brancos com diversas

índias e negras fez aumentar bastante a população, e já no século seguinte os primeiros limites haviam sido transpostos. A criação de conventos e mosteiros em locais situados para além dos primitivos muros, como já foi visto, atraía a população para perto deles.

Conforme Edison Carneiro “a concentração urbana, na parte sul, em breve chegou à saturação, e, com a vinda do bispo e dos seus auxiliares e a ereção da Sé, entre o Hospital das Candeias e o Colégio dos Jesuítas, o movimento das construções se deslocou para o norte, de tal modo que, no tempo de Gabriel Soares (1584), a cidade já se estendia até Santo Antônio Além do Carmo”. Um século depois (1685) foi feito um levantamento topográfico de Salvador, pelo Capitão Engenheiro João Coutinho, por determinação do Rei de Portugal. O engenheiro registra em seu memorial a proposta de que sejam abandonadas as portas seculares, “atendendo que a cidade, no seu crescimento, as envolvera, prejudicando-lhes a finalidade bélica”.

Ele sugere que sejam criadas “três portas principais, a saber: uma na cortina entre o baluarte da Piedade e o de São Bento, que é para a serventia da entrada de Santo Antônio da Barra. Outro na cortina entre o baluarte do Desterro e o de São Jorge (posicionamento ignorado) que é para a serventia da estrada grande [depois das Boiadas]. E a terceira na cortina pequena detrás do Carmo que vai para a estrada de Tapagipe (sic)”.

Mais tarde - em 1759 -, portanto duzentos e dez anos após haver sido implantada no topo da montanha, a Cidade do Salvador já tinha a sua Praia ou Ribeira estendendo-se “pela parte do poente na marinha desde a Preguiça até a Jequitiaia em rua continuada e de soberbas casas com mais de oito mil pés portugueses de comprido”.

E, no alto, a grandeza da cidade não mais consistia “no corpo dela, mas em seis formosos bairros que a

circundam em seu âmbito, a saber: o Bairro de São Bento, que entre todos é o maior e mais aprazível, sentado sobre uma grande planície com largas ruas, preciosos templos e asseadas casas, o de Santo Antônio Além do Carmo, da Praia, da Palma, do Desterro, e da Saúde”.

A primitiva povoação havia crescido, e entre os seus dois níveis existiam, agora, não apenas três, mas sim “dez ladeiras em cujo sítio está iminente na parte alta das mesmas, a dilatada cidade, com capacíssimas ruas, grandes edifícios, templos e casas públicas”. A cidade crescia não mais se limitando a ocupar os cumes das montanhas, mas derramando-se pelas encostas, seguindo pelos altiplanos em direção ao norte.

Perde ao longo do tempo as suas características de “fortaleza forte” e transforma-se neste território livre - terra de ninguém - onde três raças distintas, ocupando um mesmo território, construíram em formas, cores e odores uma cidade onde apenas “a imaginação e a sensibilidade podem revelar o fantástico existente”.

ordenamento medieval

Muitos nomes das ruas da Bahia têm a sua origem na organização medieval da cidade-colônia, onde integrantes de uma mesma profissão residiam próximos entre si, trabalhavam numa mesma área, tinham o mesmo padroeiro e as mesmas festas religiosas. Podem ser reencontrados, ainda hoje, diversos exemplos desse ordenamento medieval gravados em batismos como: Beco dos Barbeiros, Baixa dos Sapateiros, Ruas dos Algibebes, dos Droguistas, dos Calafates, dos Ourives, para citar as mais conhecidas.

De atividades econômicas mais amplas, porém datadas também daqueles primeiros tempos da Bahia colonial, decorrem diversos outros batismos. Exemplo clássico é o abate do gado e o comércio dos seus subprodutos, que de início se fazia nas imediações do Mosteiro de São Bento. Dessa atividade nasceu o Rio das Tripas, anteriormente apenas “o Ribeiro”. E decorrem daí os batismos Beco do Mocotó, depois Rua do Paraíso [t], bem como o Largo e a Travessa do Mocambinho, que é “uma grande moita onde se esconde o gado nos sertões”. Posteriormente, quando foram construídos os “Currais do Conselho”, onde hoje se encontra o Bairro do Barbalho [t], todo um conjunto de nomes ligados ao comércio e abate do gado surgiu naquele local, e ainda ali permanece como endereços certos. Entre outros exemplos contam a história desta atividade econômica os batismos das Ruas dos Ossos, dos Currais, dos Marchantes, dos Currais Velhos, da Matança (atual Loteamento Lanat), do Gado, do Açouginho, o Largo da Quitandinha do Capim.

O acesso para o sertão, que se fazia pela principal via aberta ao longo de um percurso que cortava toda aquela área, e por onde chegava o gado para o comércio e abate, passou a ser a Estrada das Boiadas, até 1823, quando, com a entrada por ali do exército da Independência, recebeu o batismo de Estrada da Liberdade.



Sendo o colonizador português um modelo da religiosidade que imperava naquele período, inúmeros são, também, os exemplos de nomes fixados pelo uso a partir de oratórios construídos em desvãos de paredes ou sobre pilares, então muito comuns e hoje já quase totalmente desaparecidos. Podem ser citados o Beco da Agonia, onde se localizava em uma das esquinas um nicho com a imagem do Bom Jesus da Agonia, bem como o Largo da Cruz do Pascoal, obra da arquitetura portuguesa que se localiza no Bairro de Santo Antônio, exemplo clássico ainda existente dessa toponímia medieval-religiosa.

Aliás, batismos de logradouros a partir da presença - neles ou em suas proximidades - de igrejas, capelas, mosteiros, conventos, oratórios e outros edifícios de finalidade religiosa ou militar, estes já em menor escala, são uma característica da Cidade do Salvador dos primeiros tempos. Muitos deles sobrevivem até hoje, conforme observado e registrado pelo historiador Edison Carneiro, mostrando que a toponímia urbana da colônia, era "um sinal da extrema beatice da época", estando então "limitada a pequeno número de temas religiosos".

ladeiras e elevadores

Os caminhos entre a Praia e a Praça

Desde os primórdios da sua fundação, Salvador enfrentou o problema da ligação entre as Cidades Alta e Baixa, separadas por um desnível que, em alguns trechos, chega próximo dos 100 metros. Isso se deve ao fato de que, destinada a ser "uma fortaleza e uma cidade grande e forte", o complexo militar-urbano ocupou, por serem mais defensáveis, as cumeadas dos morros localizados em frente ao mar. Este posicionamento implicava, de imediato, na necessidade de superar o desnível existente entre a parte baixa da cidade - então apenas Praia ou Ribeira - e a parte alta, onde estavam a primeira praça e não mais que meia dúzia de ruas.

De início recorreu-se às ladeiras, onde se registrava intenso movimento de pessoas e cargas. Existiram também as escadarias, a maior parte delas desaparecida. Vilhena registra (1799) que existiam sete ladeiras e, saindo da parte baixa da cidade, "sobe pela montanha por entre casas altíssimas, uma escada com perto de 200 degraus bastante arruinados...vai esta escada sair em um arco por debaixo da Casa da Relação, na Praça do Palácio, motivo por que se chamam as escadinhas do Palácio". Mas, com o crescimento da cidade, tornava-se necessária a criação de ligações mais modernas entre os dois níveis da cidade, urbanizando-se as ladeiras existentes, abrindo-se uma menos íngreme (a da Montanha), perfurando-se o Túnel Américo Simas, abrindo-se a Avenida de Contorno, e instalando-se planos inclinados e elevadores, alguns já desativados. O primeiro caminho aberto na montanha foi a ladeira que viria a se chamar "da Misericórdia", que desembocava na Praça, àquele tempo ainda o primeiro e único espaço mais amplo aberto na cidade. Ela era a ligação mais transitada e por ali subiam carros de tração humana (escravos) ou animal. Uma outra ladeira começava por trás da Ribeira das Naus, numa área localizada à direita da Igreja da Conceição da Praia.



A meio caminho do alto, esta ladeira se dividia, seguindo um dos braços para “alcançar a Travessa da Ajuda, parte acompanhando a ala esquerda das Casas de Sua Majestade”.

Conforme explica Edison Carneiro, “não havia então o caminho longitudinal - a Ladeira da Montanha [t]”. Das três ladeiras, a do centro, que chegava à praça pelo lado sul, desapareceu em parte, restando dela apenas o pequeno trecho curvo, conhecido como Pau da Bandeira. Na verdade, os primeiros moradores da cidade “não pensaram em escavar a montanha, erguer muralhas de sustentação, tornar o caminho mais comprido para torná-lo mais suave”, o que só foi pensado no século passado.

Os que podiam pagar usavam os serviços “das cadeiras de arruá, conduzidas por quatro negros de ganho, colocados por seus senhores numa espécie de ponto de táxi da época”. Ou ainda, como registra Braz do Amaral, “subiam as ladeiras, lenta e penosamente, ou alugavam na parte baixa da Ladeira da Misericórdia, um cavalo que, pela quantia de 80 réis, conduzia o transeunte até a Praça do Palácio, onde logo que se apeava o cavaleiro, o animal voltava por si mesmo, pelo costume de fazer somente aquela viagem”. Gravuras e textos de cronistas da época fazem referência àquelas modalidades de acesso entre os dois níveis da cidade, acrescentando-lhes ainda mais: o transporte em rede.

Mas a cidade se expandia - embaixo o porto, o comércio atacadista, no alto as residências, o governo e o comércio varejista - e a necessidade do transporte de mercadorias era uma realidade cada vez mais premente. A solução encontrada na época foi a dos elevadores ou monta-cargas. Parece que a idéia foi posta em prática pelos jesuítas, com o Guindaste dos Padres. O sistema funcionava pelo princípio da balança, no qual “o peso

colocado na parte de cima, liberado, fazia subir o peso da parte de baixo”.

Registra Edison Carneiro que “o francês Pyrad de Laval (1610) narrava que os padres cobravam 20 vinténs pela subida de uma pipa de vinho, de maneira que cada viagem da balança ou guindaste rendia 40 vinténs”. Posteriormente, um outro elevador, cujo uso era aberto ao público, foi instalado mais tarde, na Praça, onde está hoje a plataforma superior do Elevador Lacerda. Os beneditinos e os carmelitas - algum tempo depois - imitaram os jesuítas, construindo outros guindastes. Um ligava a Gameleira [t] à Preguiça [t], “empreendimento logo abandonado”, outro “ligando o Carmo ao Pilar, este no mesmo lugar em que se encontra o Plano Inclinado do Pilar”, aliás o que ali resta das suas instalações desativadas e abandonadas. No século passado (XIX), estes ascensores privados foram se adaptando ao transporte de passageiros, vindo a se constituir nos planos inclinados. O Plano Inclinado - o *charriot* - que substituiu o “monta-cargas dos jesuítas” foi construído em 1874 e planejado pelo engenheiro João Ramos de Queiroz, que também projetou a linha de bonde da cidade. O projeto foi executado por Manoel Francisco Gonçalves, de onde lhe ficou o nome de Plano Inclinado Gonçalves. Era inicialmente movido a vapor, sendo eletrificado em 1910.

Anteriormente, em 16 de janeiro de 1896, era feita para o Conselho Municipal, convidados e representantes da imprensa, a demonstração do funcionamento do Elevador do Taboão, funcionando no horário das 6 às 23 horas, com uma passagem que custava 100 réis. O comendador Teodoro Teixeira Gomes foi quem fiscalizou as obras. O maquinário era importado de New Castle (Inglaterra), através da firma W.G. Armstrong, sendo instalado e posto a funcionar pelo engenheiro W. G. Stacey. Funcionando a vapor, levando

20 pessoas e até mesmo cargas em lombo de burros, o Elevador do Taboão foi considerado, na época, o que havia de mais moderno no setor de transporte coletivo para transpor desníveis em um aglomerado urbano.

Por sua vez, o Plano Inclinado do Pilar foi construído em 1872, sendo também reformado para servir ao transporte de passageiros em 1915, com capacidade para dez passageiros, mas sem perder totalmente a importância no que se referia ao transporte de mercadorias diretamente do porto para a Cidade Alta, atendendo a um conjunto de bairros populosos, como Santo Antônio e Santo Antônio Além do Carmo, e toda a área comercial da Baixa dos Sapateiros e do Taboão. Como meio de ligação entre as partes alta e baixa da cidade, está desativado desde 13 de abril de 1984. O que ainda resta dos seus equipamentos importados (a maior parte das peças foi roubada) acha-se abandonado à ação do tempo.

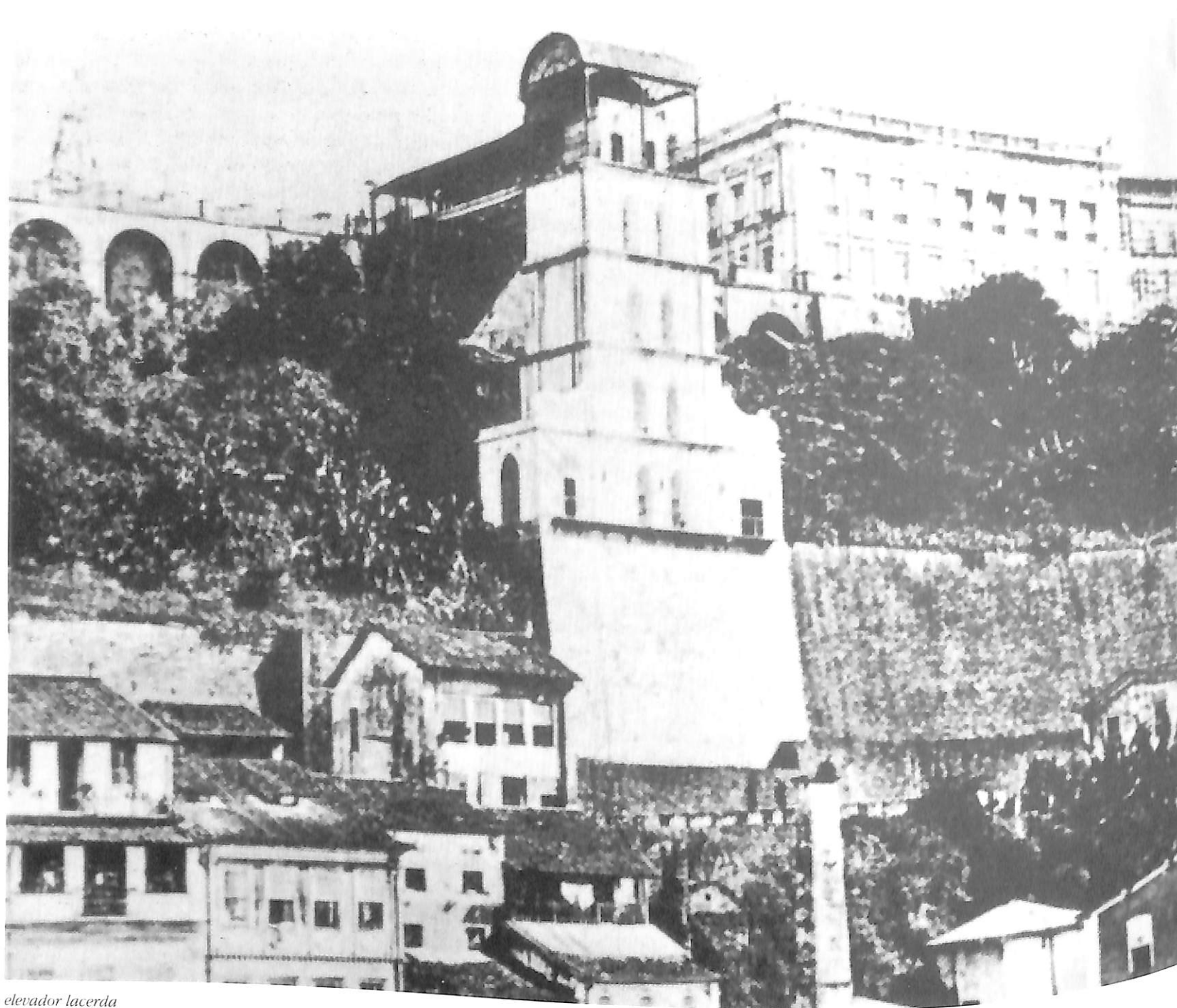
Mas foi com o Elevador Lacerda - um dos símbolos da Cidade do Salvador - que se resolveu, durante longo tempo e antes da abertura de vias como o Túnel Américo Simas e a Avenida de Contorno, o grave problema de transporte entre as cidades alta e baixa. Através do coronel Antônio Francisco de Lacerda foi construído este meio inédito de transporte, com modernas características de conforto e velocidade. O equipamento era, oficialmente, o Elevador Hidráulico da Conceição, mas logo foi batizado pela população com o apelido de *Parafuso*, pela forma helicoidal do seu eixo de circulação.

A sua construção - ligando as Praças Municipal (parte alta) e Visconde de Cairu (parte baixa) - foi feita entre os anos de 1869 e 1873, quando foi inaugurado no dia 8 de dezembro, dispondo de duas cabines movidas a compressão hidráulica. Foi eletrificado em 20 de janeiro de 1907, pela Companhia Linha Circular de Carris da

Bahia, que o adquiriu em hasta pública à Companhia de Transportes Urbanos, em 21 de outubro de 1897.

A torre de cimento armado, com 89 metros na sua parte mais moderna, está ligada, na parte mais alta, à torre antiga (que se ergueu colada ao paredão da montanha) por um passadiço que mede 28 metros de extensão, tendo sido inaugurada em 7 de setembro de 1920. O antigo Elevador da Conceição (o popular *Parafuso*) passou a se chamar Elevador Antônio de Lacerda desde o ano de 1896, “por proposta do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, encaminhada ao comendador José Gonçalves Martins, então diretor da Companhia de Transportes Urbanos, empresa que o construiu, e ao Conselho Municipal da Cidade do Salvador, por eles aprovada”.

O mais recente desses equipamentos foi inaugurado em 13 de março de 1981, sendo conhecido como Plano Inclinado Liberdade-Calçada. A interligação do populoso Bairro da Liberdade com a zona comercial da Calçada é a materialização de antigo sonho de um ilustre personagem baiano: o advogado Cosme de Farias. De acordo com o historiador Cid Teixeira, foi o *major* Cosme de Farias, quando exercia mandato de vereador na Câmara de Salvador, quem apresentou o projeto original daquele equipamento, implantado tempos depois pela Conder.



elevador lacerda

o comércio já foi assim

Recém-saído da Idade Média, Portugal via-se premido por diversas circunstâncias a buscar além-mar espaço territorial e riquezas. Os legítimos representantes do Reino levaram para as suas colônias - e o Brasil não foi uma exceção - costumes feudais e hábitos profundamente católicos, que se refletiam de modo particular na estratificação de classes e no ordenamento urbano, construído quase sempre no entorno de edificações religiosas.

Constata-se, então, que no primitivo sítio da Cidade do Salvador, localizadas em áreas nomeadas a partir da presença de alguma construção pertencente a uma das muitas ordens religiosas que se instalaram dentro dos seus limites, haviam ruas batizadas a partir de uma única profissão, que era a mesma exercida por todas as pessoas que ali moravam. Um costume tipicamente medieval, que deu origem a diversos endereços.

Observa-se assim que a toponímia de uma cidade está diretamente relacionada à sua primitiva constituição, enquanto aglomerado urbano. Estudar este relacionamento, reconhecer as suas manifestações e mudanças com o passar do tempo, pode desmentir a idéia de que a toponímia é empírica e arbitrária. Ao contrário, ela pode nos revelar o estado de espírito e o perfil de uma época. De fato, os tempos mudaram e a colônia assume a característica de entreposto de negócios.

A Cidade Baixa, que nos primeiros tempos da colonização era apenas a Praia ou Ribeira, teve a sua Rua Direita, formada por "uma antiga carreira de casas em face do mar". Mas antes dela aí se localizaram "pela proximidade do porto e dificuldades de acesso à Cidade Alta, os comerciantes da época" e pouco a pouco o mar foi sendo levado, a força de aterros, para mais longe do sopé da montanha.

Os jesuítas - grandes edificadores nos primeiros anos até a sua expulsão (1810) - construíram "muitas casas..."

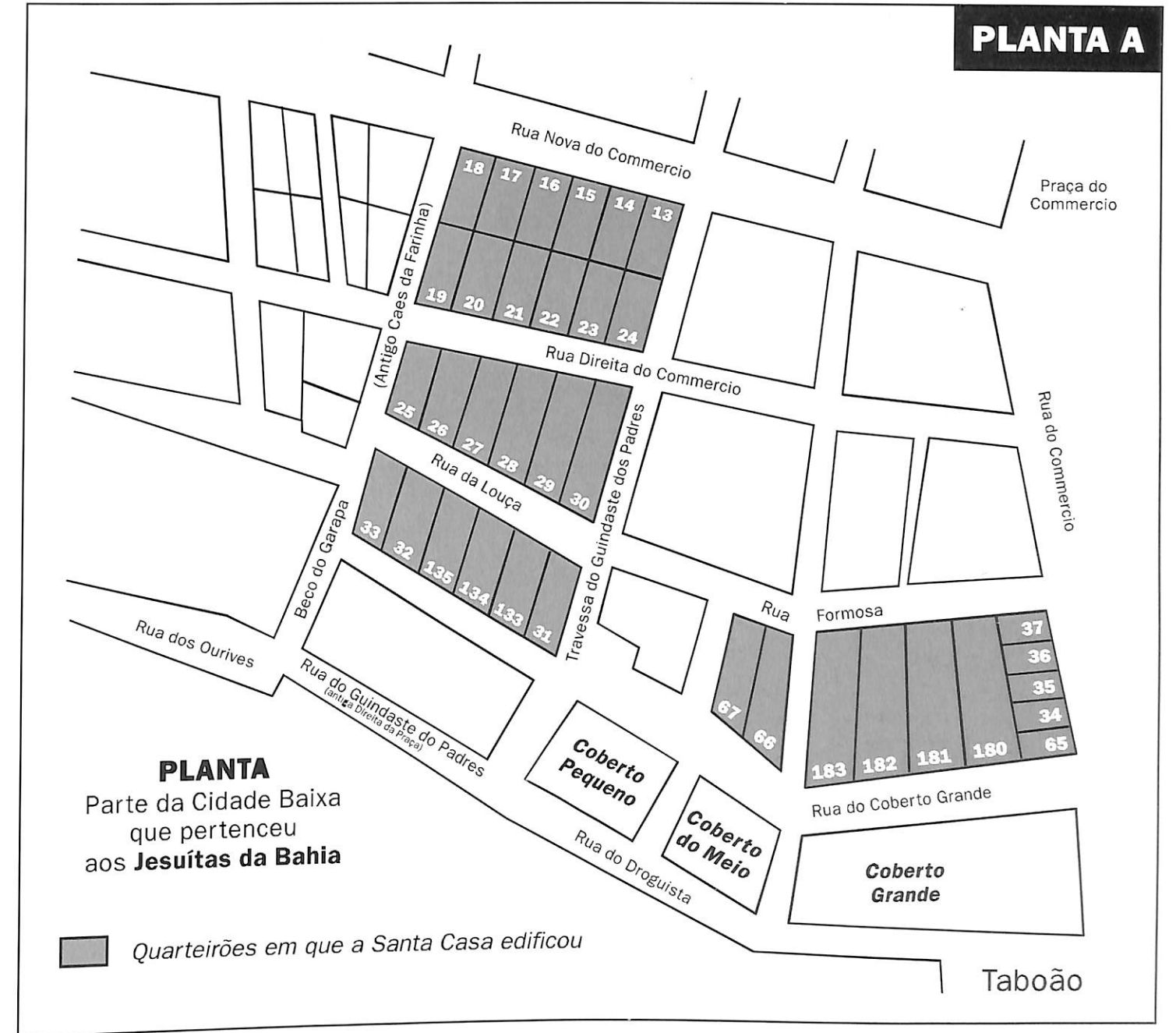
na Rua da Fonte dos Padres, depois na Rua dos Droguistas (1), no final da qual, descendo-se o Taboão [t] e virando-se à esquerda, mais ou menos onde hoje se localiza o Plano Inclinado, construíram um guindaste, defronte de um beco que ficou com o nome de Beco do Guindaste dos Padres” (2).

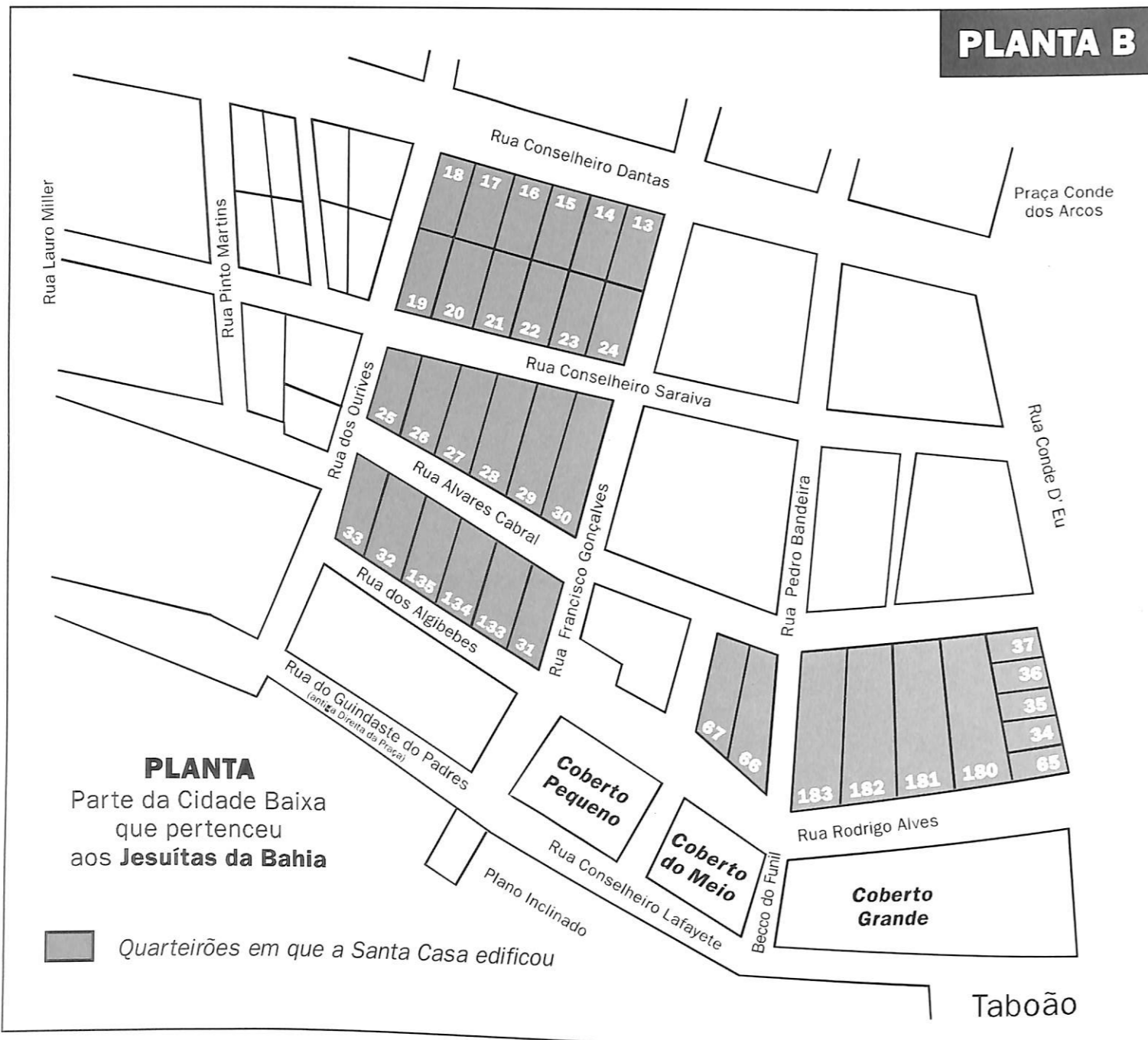
Em 1714, os padres “iniciaram a construção dos Cobertos: Grande (3), do Meio e Pequeno (4). Cobertos assim chamados pelas arcadas existentes em frente aos pavimentos térreos dos sobrados que eles ali possuíam, onde os mercadores de quinquilharias tinham as suas bancas”.

Existiam nesta área, onde ainda hoje predomina uma atividade bancário-comercial intensiva, dois becos: o do Garapa (5), que “começava entre a Fonte (6) e o Guindaste dos Padres e ia até o mar, desembocando no Cais da Farinha”, e o do Funil, do qual basta apenas observar na planta o seu traçado cônico para se compreender de onde lhe veio o batismo.

Descrevendo, em 1866, esta parte de Salvador, que “é, sem dúvida, uma das mais importantes zonas da capital baiana pela feição arquitetônica dos casarões, pela história que encerra e pela vida que aí se desenrola diariamente”, Melo Moraes registra importantes detalhes. No seu relato estão duas ruas dedicadas a profissionais de um mesmo ofício: Ourives [t] e Algibebe [t]. Sabemos através deles que três das ruas foram abertas após a expulsão dos Jesuítas: Direita do Comércio (7), da Louça (8) e Formosa (9). A Rua Nova do Comércio “foi começada a ser edificada de 1833 em diante, e padeceu incêndio em algumas de suas formosas casas, por ocasião da entrada da tropa legal na cidade em 1838, pelos rebeldes da revolução de 7 de novembro de 1837, conhecida pela denominação de Sabinada” (10).

Por fim, Melo Moraes refere-se à Praça do Comércio (11), localizada “quase no centro da cidade baixa, em espaço suficiente, feita em 1816. Em frente dele está o magnífico edifício da Casa do Commercio (12), solicitada ao governo em 12 de abril de 1811, e concedida por aviso de 10 de maio. Foi lançada a primeira pedra pelo governador Conde dos Arcos, no terreno que sobrava do Forte de São Fernando, onde se construiu o edifício. No dia 17 de dezembro de 1814 foi aberta a Casa da Praça do Commercio da Bahia com soberba magnificência” (13).





NOTAS EXPLICATIVAS

Para um melhor entendimento das diferenças e semelhanças entre a área do Comércio do final do século passado e o Comércio do presente, este capítulo é ilustrado por duas plantas, que devem ser observadas comparativamente enquanto se lê o texto.

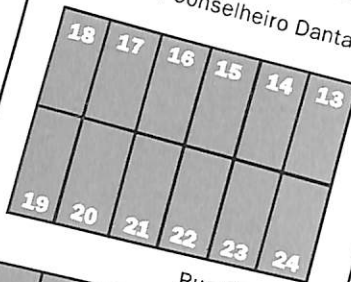
- (1) Rua dos Droguistas = Rua Conselheiro Lafayette
- (2) Beco do Guindaste dos Padres = Aparece como Travessa na planta da Santa Casa, e como Rua e seu correspondente Largo, em Melo Morais.
- (3) Rua do Coberto Grande = Rua Rodrigues Alves.
- (4) Rua do Coberto Pequeno = Rua dos Algibebes
- (5) Beco do Garapa = Rua dos Ourives
- (6) Fonte dos Padres = Localizada “no fundo da Ladeira da Misericórdia” e descrita por Vilhena como “muito pobre e ruim...com duas bicas”. Segundo Braz do Amaral “ainda existia entre 1916 e 1922”.
- (7) Rua Direita do Comércio = Rua Conselheiro Saraiva
- (8) Rua da Louça = Rua Álvares Cabral
- (9) Rua Formosa = Rua Álvares Cabral (cont.)
- (10) O cirurgião Francisco *Sabino* Álvares da Rocha Vieira, dirigiu na Bahia, em 1837-1838, um movimento revolucionário que dele tomou o nome. O objetivo era desligar o governo provincial do regencial, estabelecendo-se aqui uma república provisória - a Baiense - enquanto durasse a menoridade do Imperador D. Pedro II. Sufocada a revolta, em março de 1838, com centenas de mortos e feridos, seis dos principais responsáveis, inclusive Sabino Vieira, foram condenados à morte, e três outros às galés perpétuas. Essas penas, porém, acabaram sendo comutadas para simples degredo dentro do Brasil, inclusive quanto a Sabino Vieira, deportado para Goiás, depois para Mato Grosso, onde faleceu. Na história das revoltas brasileiras, a Sabinada oferece a curiosa característica de ter sido a obra pessoal de um indivíduo, além da singularidade da idéia de uma república provisória, que duraria somente até a maioria do Imperador.
- (11) Praça do Comércio = Praça Conde dos Arcos.
- (12) É a atual Associação Comercial da Bahia, ainda hoje no mesmo local descrito por Melo Morais.
- (13) De referência aos textos de Melo Morais, que aparecem aspeados, foi mantida a grafia original encontrada no livro Brasil Histórico (1866).

Rua Lauro Miller

Rua Pinto Martins

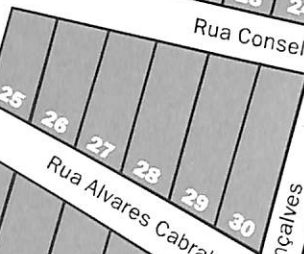
Rua Conselheiro Dantas

Praça Conde dos Arcos



Rua Conselheiro Saraiva

Rua dos Ourives

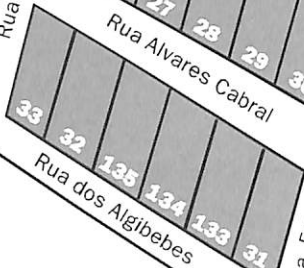


Rua Alvares Cabral

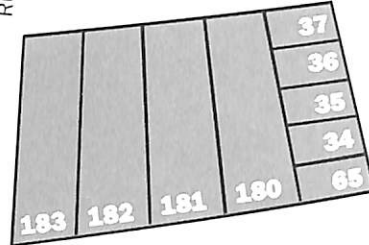
Rua Francisco Gonçalves

Rua Pedro Bandeira

Rua Conde D'Eu



Rua dos Algíbebes



Rua Rodrigo Alves

PLANTA

Parte da Cidade Baixa que pertenceu aos **Jesuítas da Bahia**

Coberto Pequeno

Coberto do Meio

Coberto Grande

Rua do Guindaste do Padres
(antiga Direita da Praia)

Plano Inclinado

Rua Conselheiro Lafayette

Becco do Fumil



Quarteirões em que a Santa Casa edificou

Taboão

histórico da legislação

Vem de muito tempo atrás a preocupação de jornalistas, pesquisadores, folcloristas, estudiosos e historiadores com a toponímia urbana de Salvador, que muitas vezes foi sacrificada às exigências de um urbanismo caolho, como aquele que conseguiu destruir a Sé (1933), monumento religioso que nasceu junto com a cidade (1549), mas não lhe apagou o nome da praça onde ela se localizava. Embora existam listas anteriores (a que consta do Brasil Histórico de Melo Moraes, pai, é uma das mais completas e mostra a cidade em 1866), estas partiam de iniciativas particulares e independentes.

Oficialmente, a primeira tentativa de resgatar esta memória preservada em nomes de ruas, avenidas, becos, ladeiras, etc., está registrada em uma indicação aprovada durante o II Congresso de História da Bahia (1952), assinada por Alberto Silva, cônego Manoel Barbosa, monsenhor Paiva Marques e Affonso Ruy. Através de ofício sem número, datado de 15 de julho de 1952, assinado por F. Magalhães Neto, presidente do IGHB, a indicação é encaminhada a Antônio Queiroz Muniz, presidente da Câmara Municipal, que a despacha para a Comissão de Justiça no dia 17 daquele mesmo mês.

No entanto, somente dois anos depois, em 18 de junho de 1954, ele seria transformado no Projeto de Lei, sob Nº 69/54, apresentado quinze dias antes (03/07), com a assinatura de quatro dos cinco membros daquela comissão: Álvaro da Franca Rocha, Rosalvo Barbosa Romeu, Laurentina Pugas Tavares, Paulo Fábio Dantas (a primeira via do projeto não foi assinada pelo seu quinto integrante, Artur Guimarães Cova).

No dia 09 de julho daquele mesmo ano, o projeto se transformaria na Lei Nº 487/54 (D.O. 10/07), sancionada pelo prefeito Aristóteles Góes, que autorizava a organização da relação geral dos logradouros públicos da cidade do Salvador. Apesar de cumpridas as

formalidades legais, nenhuma medida prática resultou daquele documento legal, antes de decorridos 13 anos da sua publicação no Diário Oficial do Município, que acontecera em 14 de julho de 1954.

Assim é que, somente em 1967, cumprindo o disposto no Art. 6º daquela Lei, foi constituída através de decreto de 29 maio daquele ano (D.O. 30/05), do então prefeito Antonio Carlos Magalhães, uma comissão oficial “destinada a orientar o restabelecimento dos velhos (sic) nomes tradicionais e populares nos logradouros da Cidade do Salvador”. Ela era presidida pelo engenheiro Luís Lessa Ribeiro, tendo realizado onze reuniões, das quais resultaram, conforme consta do seu relatório final “as seguintes sugestões que, em aditamento ao Decreto Nº 2.219 (1), de 16 de novembro de 1961, completam a reformulação geral da nomenclatura dos logradouros da cidade, dos quais, por razões as mais diversas, os nomes tradicionais e populares vieram a ser retirados”.

A comissão relacionara 189 nomes tradicionais de ruas, becos, ladeiras, largos, praças, travessas, etc., que deveriam retornar aos seus respectivos logradouros, em substituição ao batismo recente, em uso àquela época. A maioria das histórias que é contada pelos nomes tradicionais está contida no texto principal deste trabalho, onde os logradouros listados são seguidos do seguinte sinal [c].

(1) Em 16 de novembro de 1961, o prefeito Heitor Dias sancionara o Decreto Nº 2.219, que restaurava nomes tradicionais de ruas da Cidade do Salvador. Os 33 batismos tradicionais ali listados apareciam antecedidos dos nomes dados àqueles logradouros por atos oficiais, os quais deveriam ser substituídos. Além do reduzido número de logradouros listados para recuperar os seus nomes tradicionais (o universo a ser contemplado era muito mais amplo), havia um outro detalhe: muitos daqueles batismos oficiais a serem retirados, nunca chegaram sequer a ser utilizados como endereço. O povo mantivera em uso os nomes mais antigos e tradicionais e que “contavam uma história”.

Além disso, a comissão definiu as seguintes providências a serem adotadas:

1) Mudança nos tipos dos logradouros:

Rua do Aquidaban	= Ladeira do Aquidaban
Praça São Miguel	= Largo de São Miguel
Praça da Lapinha	= Largo da Lapinha
Rua do Castanheda	= Ladeira do Castanheda
Rua da Borracha	= Beco da Borracha
Rua Manoel Vitorino	= Praça Manoel Vitorino

2) Unificação de logradouros:

Praças Augusto Severo e Colombo	= Largo da Mariquita
Praças General Osório e General Justo	= Largo da Ribeira

3) Divisão de logradouros:

Rua Aristides Milton	= Ladeira e Rua da Barroquinha
Rua Visconde de Itaparica	= Ladeira do Berquó e Rua da Lama
Rua Botelho Benjamin	= Ladeiras da Água Brusca e do Baluarte
Rua Gabriel Soares	= Ladeiras do Gabriel e dos Aflitos
Rua Visconde de Cachoeira	= Alto de São Gonçalo e Ladeira do Papagaio
Rua Conselheiro Junqueira	= Ruas do Gravatá e da Fonte do Gravatá
Rua Silva Jardim	= Ladeira e Rua do Taboão
Rua Joaquim Távora	= Largo da Cruz do Pascoal e Ruas Direitas do Boqueirão e de Santo Antônio

4) Mudanças parciais nos logradouros:

Rua do Sodré (final)	= Ladeira da Gameleira
Rua Rodrigues Alves (início)	= Travessa do Garapa
Rua Senador Costa Pinto (início)	= Rua da Fáisca
Avenida Frederico Pontes (meio)	= Largo de Água de Meninos
Avenida Frederico Pontes (final)	= Avenida Jequitaita
Rua Padre Vieira (final)	= Rua do Tesouro
Rua Augusto Guimarães (final)	= São José de Cima
Rua Militão Lisboa (final)	= São José de Baixo

5) Batismos a oficializar:

Transversal à Rua da Fonte Nova	= Beco do Vintém
Trecho entre a Casa dos Sete Candeeiros e a J.J. Seabra	= Beco da Água de Gasto
Encontro das Ruas Luiz Anselmo, Bandeirantes, Waldemar Falcão e Raul Leite	= Largo do Matatu
Trecho em frente ao Forte de São Pedro	= Rua Visconde de São Lourenço

6) Destacar (em placa) os seguintes trechos:

Na Avenida Sete de Setembro: Ladeira e Largo de São Bento, São Pedro, Rosário, Mercês, Corredor da Vitória, Ladeira da Barra, Farol da Barra.

Na Avenida Joana Angélica: Caquende e Lapa.

Na Avenida Vasco da Gama: Mata Escura.

Na Avenida Beira-Mar: Bugarim, Poço, Porto da Lenha, Porto do Bonfim.

Em seu relatório a comissão recomendava ainda “colocar entre parênteses nas placas da Rua J. J. Seabra, a expressão BAIXA DOS SAPATEIROS”. E, por fim, sugeria “observar na designação das novas ruas da cidade, prioridade para os nomes dos baianos ilustres cuja substituição é recomendada em favor dos nomes tradicionais e populares”. Assegurava dessa forma que os nomes substituídos não desapareceriam do cenário urbano, mas apenas mudariam de lugar, cedendo espaço àqueles que, originalmente, “contavam uma história” no local para onde retornavam. Na sua totalidade, as providências foram postas em prática.

legislação em vigor

Por ser o documento legal em vigor no que respeita aos nomes de ruas da Bahia, reproduzimos na íntegra a **LEI Nº 3.073, de 31 de outubro de 1979, que “estabelece a nomenclatura e codificação dos logradouros públicos do Município e dá outras providências:**

“O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que, em face do decurso do prazo para deliberação pela Câmara Municipal, em regime de urgência, na forma do disposto no Art. 40 da Lei Municipal Nº 2.313 de 07/06/71, a respeito do projeto submetido com a Mensagem 15/79, no uso das minhas atribuições, eu promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - As espécies de logradouros oficiais serão: alameda, arraial, avenida, baixa, beco, boulevard, caminho, escadaria, escadinha, estrada, fazenda, galeria, ilha, jardim, ladeira, largo, monte, oiteiro, parque, passagem elevada, passarela, pátio, ponte, ponto, porto, praça, praia, prainha, rua, sítio, travessa, trevo, túnel, viaduto e vila.

Parágrafo Único - Os logradouros existentes e os que vierem a constituir-se deverão ser enquadrados nas espécies constantes deste artigo, mantidos aqueles que a tradição já consagrou.

Artigo 2º - A cada logradouro corresponderá um código numérico individual referido à série dos números naturais.

Artigo 3º - A nomenclatura dos logradouros públicos deverá obedecer as normas seguintes:

I - Deverão ser substituídos em relação aos logradouros existentes e evitados para os que vierem a se constituir, os nomes:

- a) - em duplicata ou multiplicata, permanecendo a denominação para um só dos logradouros dentro do critério da tradição e, em seguida, o da sua importância para o sistema viário básico da Cidade;
- b) - que substituam nomes antigos e tradicionais;
- c) - de pessoas sem referência histórica que as identifique, salvo quando a tradição tornar desaconselhável a mudança;
- d) - diferentes, homenageando a mesma pessoa, lugar ou fato, permanecendo a denominação para um só dos

ruas com nomes de santos

A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, de Jorge Nogueira Sávio, registra que das 5.513 cidades do país, 1.012 têm nome de santo. São Francisco é o mais invocado pelos seus fiéis, que o colocaram como padroeiro de 14 cidades. Embora sejam em número de 24 as que se chamam Bom Jesus, este não ocupa a função de orago em nenhuma daquelas às quais empresta o nome.

Segundo Afrânio Peixoto, enquanto batismo de logradouros, "os nomes de santos são mais duradouros: os mandões, se não temem o outro mundo, temem a fé do povo e, por isso, conservam-se sem mudanças as ruas São Pedro, São José, Santa Luzia, São Bento, São Francisco..."

Na tabela seguinte, montada a partir do Cadastro Técnico do Município de Salvador (elaborado pela Conder), aparecem ordenados pela quantidade de vezes em que aparecem batizando ruas, becos, ladeiras, praças e outros logradouros de Salvador, os nomes dos santos católicos preferidos pelos baianos para servir como endereço na cidade.



logradouros dentro do critério da tradição e, em seguida, o da importância para o sistema viário básico da Cidade;

e) - inexpressivos, vulgares, cacofônicos ou pouco eufônicos de coisas;

f) - de difícil pronúncia e que não sejam de pessoas ou fatos de projeção histórica;

g) - de eufonia duvidosa, significação imprópria ou que se preste a confusão com outro nome dado anteriormente.

II - Serão mudados para outros logradouros os nomes de pessoas ilustres colocados em locais impróprios ou inexpressivos, salvo aqueles consagrados pela tradição.

III - Serão desdobrados em dois ou mais logradouros distintos aqueles divididos por obstáculos de impossível ou difícil transposição.

IV - Será unificada a denominação de logradouros que apresentem, desnecessariamente, diversos nomes em trechos contínuos e com a mesma característica, devendo ser adotado no caso a denominação mais antiga.

Parágrafo Único - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a alterar as denominações dos logradouros públicos de acordo com as normas previstas neste artigo.

Artigo 4º - Na escolha de novos nomes para os logradouros públicos serão observados os seguintes critérios:

I - nomes de brasileiros que se tenham distinguido:

a) - em virtude de serviços prestados ao Município, ao Estado ou ao País;

b) - por sua cultura e projeção em qualquer ramo do saber humano;

c) - pela prática de atos heróicos e edificantes;

II - nomes tirados da História, Geografia, flora, fauna e folclore do Brasil, especialmente da Bahia;

III - nomes populares consagrados pelo uso;

IV - nome do vocabulário afro-brasileiro já incorporado ao folclore e à cultura brasileira e do vocabulário Tupi;

V - data de significação especial para a História do Brasil ou Universal (sic);

VI - nomes de personalidades estrangeiras já falecidas, com nítida e indiscutível projeção universal;

VII - os títulos de obras literárias, bem como os nomes dos seus personagens mais marcantes.

Parágrafo Único - Em todos os casos, a indicação do nome deverá ser acompanhada de justificativa detalhada, indicando, sempre que possível, as fontes de pesquisa.

Artigo 5º - Fica proibida a mudança de nomes já oficializados, salvo para atender às determinações desta Lei.

Artigo 6º - As proposições que pretendam denominar logradouros públicos deverão conter a localização e limites definidos que permitam a identificação precisa do logradouro.

Parágrafo Único - Serão revogados os diplomas legais que deram denominação a logradouros públicos não identificados, devendo aquelas denominações serem reutilizadas em outros locais, desde que atendidos os requisitos desta Lei.

Artigo 7º - Quando um mesmo nome, homônimo ou parônimo, tenha sido utilizado em mais de um diploma legal para denominar logradouros diferentes, será considerado o mais antigo, sendo relacionado a denominação posterior ou as posteriores para revogação ou anulação.

Artigo 8º - Quando o desenvolvimento ou a urbanização da cidade reunirem em um só mais de um logradouro, será adotada uma única nomenclatura e recairá sobre aquela mais tradicional e de maior importância viária, conservando-se as demais denominações apenas como referência histórica.

Artigo 9º - O Executivo Municipal deverá publicar rotineiramente, para efeito de oficialização, relação dos logradouros com os códigos correspondentes, e nome ou nomes antigos ou anteriores, porventura existentes.

Artigo 10º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR,
em 29 de outubro de 1979.



NOME	TOTAL
Santo Antônio	51
São José	48
São Jorge	32
São João	30
São Roque	28
Senhor do Bonfim	29
São Raimundo	18
São Francisco	17
São Luís	17
São Lázaro	16
Santa Rita	16
São Paulo	11
Santo Agostinho	09
São Benedito	09
N. S. da Conceição	08
São Mateus	07
Cosme e Damião	06
Santa Marta	06
Santa Maria	06
N. S. de Lourdes	06
São Cristóvão	05
São João Batista	05
Santa Bárbara	04
São Pedro	03

da presença da flora e da fauna

Ao lado dos santos católicos, das mesquitas muçulmanas, dos termos do candomblé, dos acidentes geográficos, nos nomes dos logradouros da cidade do Salvador estão representadas quase toda a flora e fauna nacionais.

No tecido urbano da cidade podem ser encontrados logradouros com nome de acácias ou alecrim, cajueiro ou capim, bananeiras ou begônias, para não falar nas ruas das Laranjeiras [t] ou da Jaqueira do Unhão [t], a primeira delas contando uma história bastante curiosa. Entre os nomes de animais domésticos ou selvagens, aparecem o beija-flor e o canário, o caramujo e o caranguejo, cobras e carcará, um gato arisco e um lagarto azul, estas duas últimas no poético Bairro de Itapuã. Também não faltam os nomes de madeiras como o cedro e o eucalipto, o pinho e a sucupira, um bairro inteiro chamado Massaranduba, e o histórico Pau-Brasil.



dique do tororó

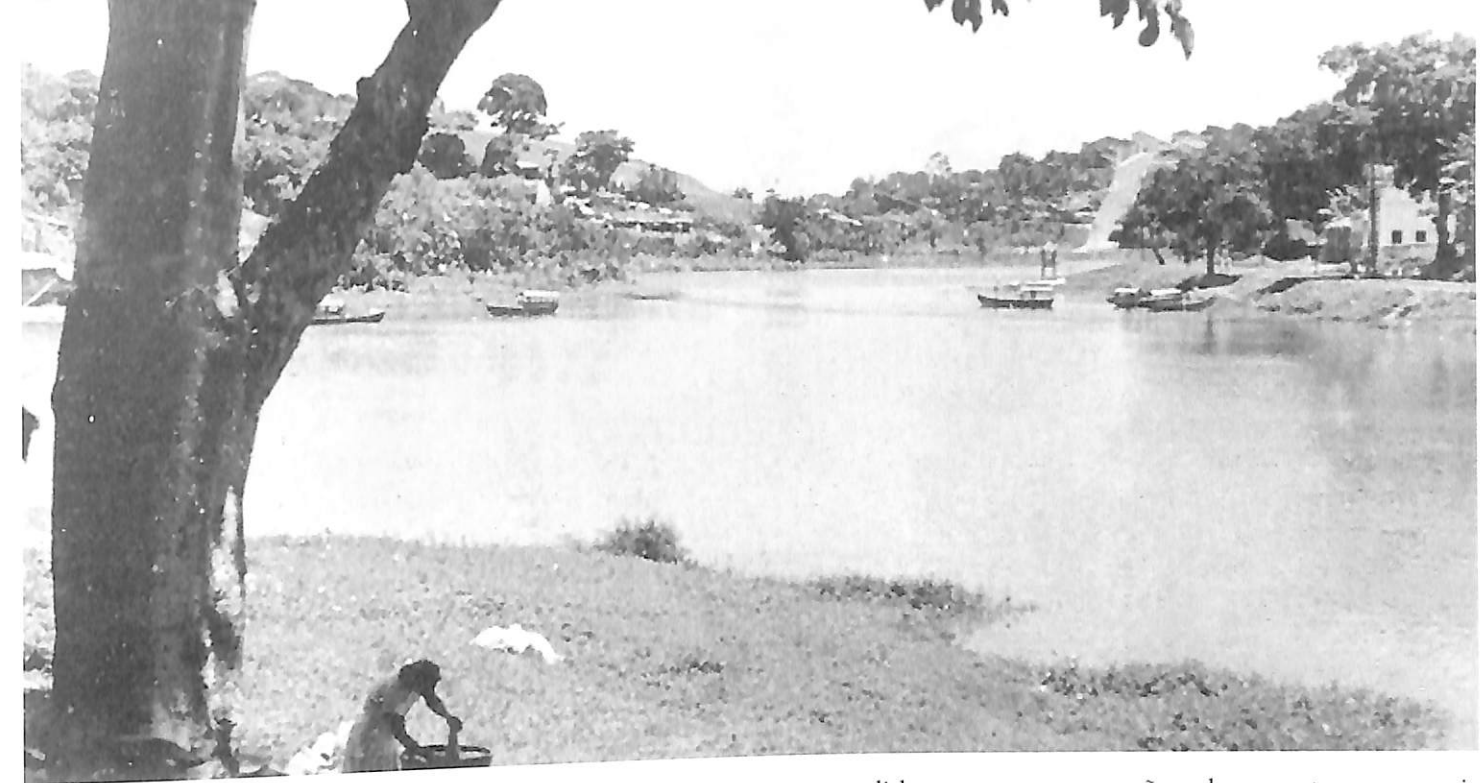
dique do tororó (1)

As águas do atual Dique do Tororó integram o represamento do Rio Lucaia, cuja foz encontra-se no bairro do Rio Vermelho, cobrindo no séc. XVIII uma superfície que se estendia desde as proximidades do Campo Grande até as vizinhança do Forte do Barbalho. Em meados do século XIX, no governo provincial de Soares Andréa e, posteriormente, no de Francisco Gonçalves Martins, foi construída a Rua da Vala (J. J. Seabra - Baixa dos Sapateiros), através da canalização do Rio das Tripas, no trecho compreendido entre o atual terminal de transportes da Barroquinha e o Primeiro Arco (dos três construídos pelo Conde dos Arcos no século XVII), mediante galeria subterrânea, e em canal aberto a partir deste local.

Esta foi a primeira via de vale construída na cidade, tendo por finalidade não só melhorar as condições de saneamento (visto que com o crescimento da cidade esta área pantanosa recebia os efluentes dos bairros adjacentes) como também facilitar a comunicação viária da capital da província. O restante do rio seria objeto de melhoramentos à medida que a sua ocupação urbana se tornasse mais significativa. Com a construção desta via, desaparece o dique que teria sido construído pelos holandeses.

Sem que nenhuma atitude definitiva fosse executada pelos órgãos patrimoniais, o Dique do Tororó foi sendo gradativamente aterrado, quer por particulares ou pelo poder público, principalmente a partir da década de 40, com a realização das obras do complexo esportivo da Fonte Nova e do sistema viário de vales de Salvador nessa área, composto pelas Avenidas Vasco da Gama, Costa e Silva, que margeiam o dique, e a Avenida Vale dos Barris, assim como as modificações efetuadas para dar acesso à Estação Terminal de Transportes da Lapa e Rótula dos Barris.





represamento do Rio Lucaia, com enorme extensão, indo desde as proximidades do Campo Grande até a vizinhança do Forte do Barbalho, com a finalidade de inundar e tornar inacessível aquele extenso vale.

3. Século XIX - Em meados do século passado, no governo provincial de Soares Andréa e, posteriormente, no de Francisco Gonçalves Martins, foi construída a Rua da Vala (atual Dr. J. J. Seabra), através da canalização do Rio das Tripas, no trecho compreendido entre a Barroquinha e o Primeiro Arco, mediante galeria subterrânea, e em canal aberto a partir deste local. Esta foi a primeira via de vale construída na cidade, tendo por finalidade não só melhorar as condições de saneamento (visto que com o crescimento da cidade esta área pantanosa recebia os efluentes dos bairros adjacentes) como também facilitar a comunicação viária da capital da província. O restante do rio seria objeto de melhoramentos à

medida que a sua ocupação urbana se tornasse mais significativa. Com a construção desta via, desapareceu o Dique dos Holandeses.

4. Século XX - o Dique do Tororó foi sendo gradativamente aterrado, quer por particulares e, mais recentemente, pelo poder público, principalmente a partir da década de 40, com a realização das obras do complexo esportivo da Fonte Nova e do sistema viário de vales de Salvador (Avenidas Vasco da Gama, Costa e Silva, que o margeiam, e Avenida Vale dos Barris), assim como as modificações efetuadas para dar acesso à Estação da Lapa/Rótula dos Barris.

(1) Este texto foi extraído da Proposta de Intervenção apresentada pela Conder ao Governo do Estado, da qual resultou a situação atual do Dique do Tororó, ambientalmente recuperado e funcionando como equipamento de lazer.



CRONOLOGIA

De acordo com pesquisas efetuadas, o Dique do Tororó pode ser visto ao longo do tempo como tendo atravessado quatro fases distintas:

1. Século XVII - Invasão Holandesa (1624). Os holandeses, visando fortificar Salvador, iniciam a construção do dique, resultante do represamento do Rio das Tripas, no seu vale, a partir de São Bento, barramento este que ocasionou a subida do nível da água, alagando as cercas de São Bento e São Francisco, destruindo as casas aí existentes. Este dique, conhecido como Dique dos Holandeses, tinha por finalidade criar um obstáculo aquático à penetração dos portugueses pelo lado leste da cidade. A construção deste dique, obra hidráulica em que eram especialistas os holandeses, constituía-se de duas

represas, uma no Carmo e outra nas proximidades de São Bento, possuindo três pontos de passagem, em Guadalupe [t], Baixa da Poeira e na Quinta do Maciel [t]. Devido à construção deste dique, teve início a ocupação da segunda linha de cumeada, desde quando os portugueses tiveram que aí se estabelecer, construindo inclusive quartéis, nos sítios da Palma, Santana-Desterro, Saúde e outros, ensejando, após a retirada dos holandeses, a formação destes novos bairros que se comunicavam com a cidade primitiva através das passagens citadas, possibilitando a interligação entre as duas linhas de cumeadas.

2. Século XVIII - Ao lado do Dique dos Holandeses (situado onde hoje localiza-se a Baixa dos Sapateiros) foi construído um novo dique, denominado Dique do Tororó, resultante do





farol de itapuã

farol de itapuã



Edificado sobre a Pedra da Piraboca, o Farol **(1)** de Itapuã foi inaugurado em dezembro de 1873, sendo o 5º farol instalado na Bahia (o primeiro foi o da Barra, 1839) e o 42º do Brasil. Atualmente existem 204 faróis ao longo de toda a costa brasileira (28 guarnecidos e 176 automatizados), mas os dois mais conhecidos, Barra e Itapuã, estão na Bahia. O Farol de Itapuã consta de uma torre troncocônica, toda em ferro fundido, com 21 metros de altura e possuía equipamento luminoso de mecha a óleo, com aparelho lenticular de fabricação francesa. Era pintado de roxo-terra e emitia uma luz fixa, branca, com um alcance de 14 milhas. Em 1923, o primitivo equipamento que funcionava à base de querosene, foi substituído pelo Eclipsou AGA, inventado pelo sueco Gustaf Dalteu, que acendia e apagava automaticamente. Em 1939, o Farol passou a ser pintado em faixas horizontais, de cores branca e laranja, sendo instalada, também, uma válvula solar. No ano de 1950, teve sua pintura modificada para branco e vermelho, cores que conserva até hoje.

(1) ORIGEM DOS FARÓIS - Uma fogueira ou uma tocha foi o primeiro farol. Mas este nome de toda a armação fixada na costa ou ao largo e encimada por uma luz de alcance de dez ou mais milhas (menos que isso é farolete) veio muito depois: de Faros, Ilha em frente à Alexandria, onde Ptolomeu, no século II a.C. fez erguer uma torre de mármore branco com cerca de 60 metros de altura, que orientou com o seu lume, no raio de aproximadamente 5 milhas, as naus do Mediterrâneo, até o século XIV.



lagoa do abaeté

lagoa do abaeté

Assim como o Farol, a Lagoa do Abaeté é complemento indispensável à magia e encanto desse hoje moderno bairro, que já foi arrabalde e aldeia de pescadores. Ela foi imortalizada por Caymmi numa canção, cujos versos registram que “no Abaeté tem uma lagoa escura, arrodada de areia branca... ô de areia branca...ô de areia branca... a gente imagina quanto a lagoa linda é/ a lua se namorando / nas águas do Abaeté...” (A Lenda do Abaeté - Dorival Caymmi).

Mas é conhecimento comum na Bahia que “esta lagoa se tornou famosa não apenas por sua beleza, mas também pelos inúmeros afogamentos nela ocorridos”. Tanto é assim que o próprio Caymmi, em outros versos daquela mesma música, fala do medo e do respeito que as lavadeiras e os pescadores tinham (e ainda têm) daquela “lagoa escura”.

Caimmy canta, como quem descreve as cenas numa reportagem: “de manhã cedo se uma lavadeira / vai lavar roupa no Abaeté / vai se benzendo porque diz que ouve a zoadá do batucajé **(1)** / o pescador deixa que seu filhinho / tome jangada faça o que quiser / mas dá pancada se o filhinho brinca / perto da Lagoa do Abaeté / credom-cruz! te desconjuro! **(2)** / quem falou em Abaeté...”

A melodia, na exata medida, registra “esta mescla de encanto e perigo”, que acompanha a história deste acidente natural, desde que o homem dele se acercou pela primeira vez. De fato, o historiador Frederico Edelweiss acreditava que o mito do *Abaité* **(3)** teria a sua origem muito antes da chegada dos portugueses na Bahia e da presença naquele local dos escravos malês, que ali se reuniam para seus cultos religiosos e tentativas de liberdade.

Segundo ele, os índios daquela tribo “acreditavam na existência de monstros aquáticos - os ipupiaras - ao mesmo tempo masculinos e femininos, habitantes do fundo das águas”. A teoria se torna ainda “mais séria se lembrarmos que a toponímia tupi primava pelo



quinta-feira da lavagem

A igreja do Senhor do Bonfim foi inaugurada em 24 de junho de 1754, nove anos após a chegada da imagem a Salvador, trazida pelo capitão Theodózio Rodrigues de Faria, “primeiro benfeitor desta igreja”, conforme se lê na lápide do seu túmulo, situado na entrada da capela-mor daquele templo. Por aquela época já estava muito difundida a devoção ao Senhor do Bonfim, que tivera início enquanto a imagem permaneceu na Igreja da Penha, onde chegara em 1745. Assim, a origem das romarias ao Bonfim remontam ao século XVIII, quando o mar ainda era a “maior estrada” da cidade. Por aquele tempo, era freqüente a ida ao Bonfim de marujos que partiam em romaria do cais da cidade, descalços, carregando um pano (1) de sua embarcação, entoando cânticos religiosos e tirando esmolas, pelas ruas que atravessavam.

Ao chegarem ao alto da colina sagrada desdobravam o pano, estipulavam-lhe um valor simbólico, depois do que contavam sobre ele o dinheiro das esmolas, e se estas não chegavam ao total que lhe fora atribuído, completavam a diferença e em seguida entravam na Igreja, oravam e depositavam a quantia no cofre existente no corpo da Capela. Essas romarias e oferendas eram realizadas em cumprimento de votos (2) feitos em momentos de atribulações, por motivos de temporais ou riscos de naufrágio, nas muitas vezes prolongadas e penosas viagens através dos mares. Por outro lado, a Lavagem da Igreja do Bonfim, talvez a festa mais popular da Bahia e, como diz Jorge Amado, “a afirmação maior do nosso sincretismo religioso” (3), teve início “como um ato de piedade das famílias que não se contentavam em mandar aos empregados lavar a igreja. Todos queriam ir...” Com o correr do tempo e a chegada dos negros para trabalhar como escravos, esse ritual veio a confundir-se com “a festa da água de Oxalá, celebrada na primeira semana de setembro no culto afro-baiano. As iaôs (4) ao amanhecer da primeira



pragmatismo. Assinalava com precisão, como roteiro tático de sobrevivência tribal, a característica mais destacada de cada lugar”. E no *Abaité* era preciso “prevenir para que nenhum índio se afogasse ali”.

O fato é que no imaginário popular o Abaeté tem uma lenda de assombrações. Janaína habita suas margens e, à noite, sobe das águas escuras e mansas da lagoa o rumor de atabaques e cantos nostálgicos (o batucajé cantado por Caymmi). E todos têm medo de se banhar nas suas águas misteriosas. Janaína se apaixona dos homens e os leva para o fundo do desconhecido”. Mas a lenda tem

também o seu personagem masculino: o caboclo Abaeté. Segundo dizem “a sua loca está na margem da lagoa, junto das águas escuras e perto de uma árvore frondosa, onde os negros morreram lutando pela igualdade”.

(1) Dança profana ao som dos tambores. Batuque nos terreiros de candomblé.

(2) Exclamação popular para exorcizar ameaça de origem espiritual ou desconhecida.

(3) *Abaeté* palavra de origem tupi, onde é grafada como *abá-etê* que significa: *homem verdadeiro, o varão, homem forte, ilustre, homem de bem* [ts]



pragmatismo. Assinalava com precisão, como roteiro tático de sobrevivência tribal, a característica mais destacada de cada lugar”. E no *Abaité* era preciso “prevenir para que nenhum índio se afogasse ali”.

O fato é que no imaginário popular o Abaeté tem uma lenda de assombrações. Janaína habita suas margens e, à noite, sobe das águas escuras e mansas da lagoa o rumor de atabaques e cantos nostálgicos (o batuajé cantado por Caymmi). E todos têm medo de se banhar nas suas águas misteriosas. Janaína se apaixona dos homens e os leva para o fundo do desconhecido”. Mas a lenda tem

também o seu personagem masculino: o caboclo Abaeté. Segundo dizem “a sua loca está na margem da lagoa, junto das águas escuras e perto de uma árvore frondosa, onde os negros morreram lutando pela igualdade”.

(1) Dança profana ao som dos tambores. Batuque nos terreiros de candomblé.

(2) Exclamação popular para exorcizar ameaça de origem espiritual ou desconhecida.

(3) *Abaeté* palavra de origem tupi, onde é grafada como *abá-etê* que significa: *homem verdadeiro, o varão, homem forte, ilustre, homem de bem* [ts]



quinta-feira da lavagem

A igreja do Senhor do Bonfim foi inaugurada em 24 de junho de 1754, nove anos após a chegada da imagem a Salvador, trazida pelo capitão Theodózio Rodrigues de Faria, “primeiro benfeitor desta igreja”, conforme se lê na lápide do seu túmulo, situado na entrada da capela-mor daquele templo. Por aquela época já estava muito difundida a devoção ao Senhor do Bonfim, que tivera início enquanto a imagem permaneceu na Igreja da Penha, onde chegara em 1745. Assim, a origem das romarias ao Bonfim remontam ao século XVIII, quando o mar ainda era a “maior estrada” da cidade. Por aquele tempo, era freqüente a ida ao Bonfim de marujos que partiam em romaria do cais da cidade, descalços, carregando um pano (1) de sua embarcação, entoando cânticos religiosos e tirando esmolas, pelas ruas que atravessavam.

Ao chegarem ao alto da colina sagrada desdobravam o pano, estipulavam-lhe um valor simbólico, depois do que contavam sobre ele o dinheiro das esmolas, e se estas não chegavam ao total que lhe fora atribuído, completavam a diferença e em seguida entravam na Igreja, oravam e depositavam a quantia no cofre existente no corpo da Capela. Essas romarias e oferendas eram realizadas em cumprimento de votos (2) feitos em momentos de atribulações, por motivos de temporais ou riscos de naufrágio, nas muitas vezes prolongadas e penosas viagens através dos mares.

Por outro lado, a Lavagem da Igreja do Bonfim, talvez a festa mais popular da Bahia e, como diz Jorge Amado, “a afirmação maior do nosso sincretismo religioso” (3), teve início “como um ato de piedade das famílias que não se contentavam em mandar aos empregados lavar a igreja. Todos queriam ir...” Com o correr do tempo e a chegada dos negros para trabalhar como escravos, esse ritual veio a confundir-se com “a festa da água de Oxalá, celebrada na primeira semana de setembro no culto afro-baiano. As iaôs (4) ao amanhecer da primeira



sexta-feira de setembro, vestidas de branco, com suas vasilhas, vão silenciosamente à fonte sagrada buscar água para renovação das quartinhas do peji (5) e para lavar os otás (6).

Registra a professora Elyette Magalhães em seu livro *Orixás da Bahia* que "Oxalá assume o aspecto de um velho trôpego, encurvado, mas de postura serena e benévola. É costume na Bahia chamá-lo de *Vovô*, carinhosamente. A colina do Bonfim, equiparada a uma elevação africana que lhe consagraram, e que teria sido, conforme as lendas, o primeiro ponto da Terra a emergir das águas primevas, é conhecida por isso como "*Lançatê de Vovô*". Oxalá ou Oxalufã, que tem como seu dia a sexta-feira, cor branca, suas contas brancas leitosas. É sincretizado com Senhor do Bonfim. É o patrono da fecundidade e das águas doces".

Apesar daquele sincretismo, "já em 1850, o arcebispo dom Romualdo reconhece o valor que a penitência da lavagem pode ter e dá normas para que venha a significar piedade e não se torne profanação". A principal regra do arcebispo era que "ficava proibida a presença de curiosos nas tribunas [do interior da igreja] para aplaudir ou ridicularizar o movimento". Mas, ao contrário das romarias do início da devoção, que estavam restritas a marinheiros e saíam da área do cais do porto, os cortejos para a lavagem do Bonfim, durante muito tempo, não tiveram um ponto de partida certo. Os que iam participar do ritual saíam, sem muita organização, de todos os bairros da cidade, a pé, em bondes, carroças enfeitadas de bandeirolas multicoloridas, montados em cavalos, mulas e burros. Os aguadeiros vestiam aventais brancos e as "baianas" exibiam as suas saias rendadas, colares de ouro, balangandãs, calçavam chinelas e exibiam patuás e outros amuletos de origem africana, "para se livrar dos maus olhados". Por tudo isso, o que deveria ser uma festa basicamente católica acabava por transformar-se

num autêntico ritual do candomblé, que invadia o interior da igreja, com o propósito de lavá-lo, mas chegando ali mesmo "até aos atos indecorosos".

Por esse tempo, a "água para a lavagem era apanhada em uma fonte que existia na Baixa do Bonfim, e, na noite anterior, romeiros vindos de todas as partes (os que não tinham como retornar de imediato aos seus lugares de origem hospedavam-se, gratuitamente, nas casas pertencentes à irmandade e ainda hoje existentes no largo) misturavam-se à população e todos acendiam fogueiras nas ruas, cantavam e dançavam, enquanto o vinho e a cachaça eram consumidos". Durante a lavagem "litros de água da colônia eram despejados no interior da igreja, enquanto o chão era enxuto com panos brancos rendados".

O comportamento irreverente dos participantes da lavagem levaram à primeira proibição para que tivessem acesso à parte interna da igreja, em 1889, quando o arcebispo da Bahia, dom Luís Antonio dos Santos pediu a ajuda da Polícia para impedir que os integrantes do cortejo promovessem "uma série de desmandos no interior da igreja, indo até aos atos indecorosos". Naquele ano houve brigas, gente espancada, policiais feridos, mas os devotos do Senhor do Bonfim não desistiram e mantiveram a tradição durante muitos anos, lavando apenas as escadarias e o pátio externo do templo. Depois de algum tempo voltou a ser lavado o interior da igreja, mas nova proibição, que perdura até hoje, foi decretada pelo arcebispo Cardeal da Silva.

Atualmente, na quinta-feira pela manhã partindo do Largo da Conceição da Praia, segue um colorido cortejo de carroças enfeitadas, cavaleiros, populares, filhas e mães-de-santo vestidas com trajes típicos, levando potes com água-de-cheiro e flores, rumo à Basílica do Bonfim, para no seu adro, entre cânticos, efetuar a tradicional lavagem. Apesar do cunho nitidamente profano que dominou a festa, existia em

seu início a circunstância de que muita gente considerava o ato da lavagem da igreja uma forma de se manifestar exteriormente, e de forma objetiva, a purificação interior que se busca nos atos religiosos. Mais recentemente, a presença de trios elétricos e blocos carnavalescos descaracterizou o tradicional cortejo, que somente após a intervenção do prefeito Antônio Imbassahy, proibindo aquela interferência esdrúxula, voltou a ser realizado com o seu típico caráter profano-religioso. Portanto, decorridos séculos dessa tradição, a Quinta-feira da Lavagem ainda atrai a maioria dos moradores de Salvador e turistas de todas as partes do país e do exterior, que neste dia se vestem de branco e entoam a versão popular do Hino ao Senhor do Bonfim (7), enquanto fazem a pé o percurso entre a Igreja da Conceição da Praia e a Colina Sagrada.

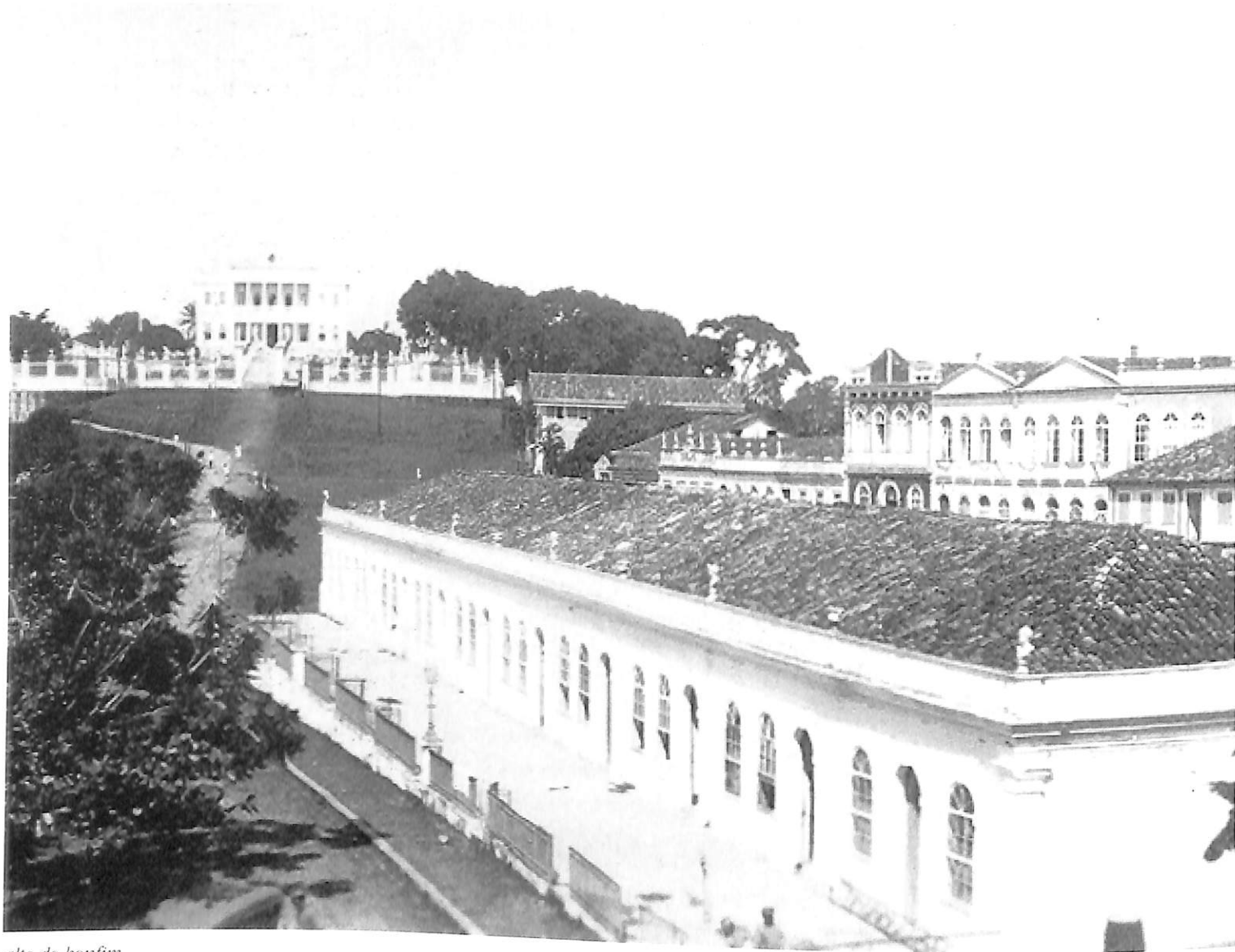
NOTAS EXPLICATIVAS

- (1) Pano = usado aqui como sinônimo de vela de embarcação.
- (2) Voto = promessa solene.
- (3) No culto do candomblé, Senhor do Bonfim se identifica com Oxalá, o deus da criação. Os deuses dos negros chegaram ao Brasil quando estes foram trazidos para cá na condição de escravos, a fim de trabalhar nas fazendas de cana-de-açúcar, em período situado entre 1516 e 1526. O sincretismo foi a forma encontrada pelos negros para manter suas tradições religiosas, uma vez que os jesuítas queriam impor-lhes a fé católica. Assim, quando faziam festas para Iemanjá diziam que estavam homenageando Nossa Senhora da Conceição, Ogum era Santo Antônio, e Iansã, Santa Bárbara. Dessa maneira professavam a religião dos seus ancestrais, trazida da África, sem confrontar os jesuítas, nem os senhores de engenho.
- (4) Filhas de santo dos terreiros de candomblé.
- (5) Altar dos orixás.
- (6) Pedras fetiches.
- (7) *q.v.* Hinos do Senhor do Bonfim

DOIS HINOS PARA A MESMA DEVOÇÃO

Poucas pessoas sabem que existem dois Hinos do Senhor do Bonfim, um deles conhecido popularmente por todos, gravado por diversos artistas populares,

inclusive Caetano Veloso e Marinês. Em seguida, damos as letras de ambos os hinos, destacando o fato de que as melodias são diferentes.



alto do bonfim

HINO AO SENHOR DO BONFIM

Letra: Artur de Sales

Música: Maestro João Warderley

GLÓRIA A TI NESTE DIA DE GLÓRIA,
GLÓRIA A TI, REDENTOR, QUE HÁ CEM ANOS
NOSSOS PAIS CONDUZISTE À VITÓRIA,
PELOS MARES E CAMPOS BAIANOS

DESTA SAGRADA COLINA
MANSÃO DA MISERICÓRDIA
DÁ-NOS A GRAÇA DIVINA
DA JUSTIÇA E DA CONCÓRDIA.

GLÓRIA A TI, DA ALTURA SAGRADA,
ÉS O ETERNO FANAL (1), ÉS O GUIA,
ÉS SENHOR, SENTINELA AVANÇADA,
ÉS A GUARDA IMORTAL DA BAHIA.

AOS TEUS PÉS, QUE NOS DESTE O DIREITO,
AOS TEUS PÉS, QUE NOS DESTE A VERDADE,
CANTA E EXULTA NUM FÉRVIDO PREITO,
A ALMA EM FESTA DA TUA CIDADE.

À ALMA HERÓICA E VIRIL DESTE POVO,
NAS PROCELAS SOMBRIAS DA DOR,
COMO A POMBA QUE VOA DE NOVO,
SEMPRE ABRISTE O TEU SEIO DE AMOR.

(1) Fanal = farol. Como é cantado na versão popular da letra.

HINO AO SENHOR DO BONFIM

Letra: Egas Moniz Barreto de Aragão (Pethion de Vilar)

Música: Remigio Domenech

À sombra do teu madeiro,
Sob um céu primaveril,
Nasce o povo brasileiro,
Cresce pujante o Brasil
De um dia sermos vencidos
Não nos assalta o temor
Ao teu lado, sempre unidos,
Somos teu povo, Senhor.

Salva, proteje, alumia,
Pelo sinal desta Cruz,
O coração da Bahia,
Que aos teus pés o amor conduz
Volve teus olhos divinos
Aos nossos males, oh! sim.
Ouve o clamor deste hinos,
Nosso Senhor do Bonfim!

Abrindo os sagrados braços,
Desceste do teu altar,
Para guiar nossos passos
E nossos ferros quebrar!
Da Bahia eterno Amigo
Passando entre nós, Jesus
Levas nossa alma contigo,
Num grande abraço de luz!

Do mundo na tempestade
Seja o teu nome o fanal,
O escudo da Liberdade
A espada do Ideal!
Na peleja mais renhida
Ninguém nos há de vencer:
Quem teme a Deus nesta vida,
Nada mais pode temer!

glossário

Para evitar repetidas notas de rodapé - muitas vezes para uma mesma palavra, que aparece diversas vezes ao longo do texto - segue-se aqui o significado dos termos que, por desuso ou significado específico diverso daquele comumente usado, poderiam dificultar a compreensão do leitor:

BAIROS - Cada uma das partes em que se costuma dividir uma cidade ou vila, para mais precisa orientação das pessoas e mais fácil controle administrativo dos serviços públicos.

BASÍLICA - Etimologicamente *basílica* significa *casa do rei*. Pela Igreja Católica ela é empregada com referência a determinadas igrejas muito visitadas pelos fiéis. Ao padre responsável pela basílica é dado o título de Reitor.

BECO - Do latim. "É clássico, *vicus*, diminutivo de *via*". Cf. Afrânio Peixoto (In: Miçangas)

BELVEDERE - Do italiano: Pequeno mirante de onde se descortina um vasto panorama.

DERROTA - O caminho percorrido por uma embarcação numa viagem por mar.

ERMIDA - Capela fora do povoado. Pequena igreja.

EX-VOTO - Oferenda de quem cumpre uma promessa

FADISTA - É termo lusitano, que indica mulher de vida fácil. Prostituta.

FREGUESIA - Povoação sob o aspecto eclesiástico.

GALÉS - Na antiguidade, havia um outro significado para Galés, que era "a pena dos condenados a remar em galé", antiga embarcação de guerra comprida e estreita.

HOSPÍCIO - Entendido aqui no seu sentido arcaico de abrigo para religiosos. Àquele época "hospício" significava um tipo de abrigo de pequeno porte, pertencente a uma ordem



religiosa, onde se hospedavam os seus integrantes quando passavam por algum lugar no qual não tinham convento próprio.

LAZARETO - Edifício para quarentena de indivíduos suspeitos de contágio.

ONOMÁSTICA - Ciência que investiga a etimologia, as transformações, a classificação dos nomes próprios de pessoas e lugares. A onomástica de uma cidade está intimamente ligada à primitiva formação desta mesma cidade. Conforme registra Edison Carneiro, em relação a Salvador, "os nomes da Rua da Praia e da Rua do Brejo eram sugestões locais". Constata-se através do seu estudo que "os nomes das ruas preservam as primeiras manifestações da cultura popular livre". O mesmo que Onomatologia.

ONOMÁSTICO - Relativo aos nomes próprios. Existem diferentes classificações de onomásticos, podendo-se agrupá-los, entre outras, em categorias como antropônimos (nomes próprios de pessoas), astrônimos (nomes próprios dos astros em geral; estrelas, planetas, constelações, etc.), etnônimos (nomes de povos, de tribos, de comunidades políticas ou religiosas), e topônimos (nomes próprios de lugares).

ORAGO - O santo da invocação que dá nome a uma capela ou templo.

PAÇO - Significa palácio real ou episcopal e, em sentido figurado, é empregada para designar as cortes, suas figuras mais eminentes e, por extensão, as residências que ocupavam, quase sempre suntuosas o suficiente para merecerem o nome.

PASSADIÇO - Passagem externa que liga dois edifícios.

PASSO - É denominação de origem religiosa, e quando aparece na toponímia urbana relacionado a um imóvel, indica que ali fica uma das sete "estações" ou "passos" visitados pela procissão do Senhor dos Passos da Ajuda.

Estes "passos" eram marcados por cruzeiros pintadas, metálicas ou de azulejos, que indicavam o local onde deveria parar o cortejo religioso.

QUINTA - Em Portugal, é uma grande propriedade.

SOLAR - Antiga morada de família, que passava de geração a geração. Na Bahia, alguns deles ainda existem, como pontos de referência para os próprios baianos e como uma atração a mais para os turistas.

SOTEROPOLITANO - É o nome usado para os que nascem em Salvador. Decorre da grafia em Grego do nome da Cidade do Salvador: Soterópolis. Do Grego = sotérion, 'salvação' + polis, 'cidade'. De onde soteropolitano, natural de Salvador (sotérion + polis + t + ano).

TOPONÍMIA - Designação dos lugares pelos seus nomes; estudo dos nomes geográficos; conjunto ou sistema de topônimos. Como parte da Onomástica é, também, o estudo linguístico ou histórico da origem dos topônimos. O estudo da toponímia é de importância fundamental, sobretudo nos domínios linguístico e histórico. Frequentemente, esse estudo é dificultado por explicações arbitrárias e pitorescas sobre a origem dos diversos batismos, sendo extremamente fácil neste campo a formação de lendas. Todavia, a pesquisa documental tem conseguido precisar, não só a origem dos topônimos, mas também estabelecer sua relação com outras formas de atividades dos respectivos povos que ocupavam uma determinada região, inclusive com bastante aproximação no que se refere a determinação de períodos históricos.

TOPÔNIMOS - Nome de cidade, país, lugar, povoação, sítio, rua, ladeira, praça, largo, etc.

URENTE - que queima, que produz ardor, urticante.

VAU - Trecho raso do rio ou do mar, onde se pode atravessar a pé ou a cavalo.

agradecimentos

Ao longo do tempo - desde os primórdios da fundação da cidade - inúmeros pesquisadores, historiadores, jornalistas e professores têm se dedicado à pesquisa das origens dos nomes das ruas de Salvador. No meu caso em particular, foi há mais de 20 anos que tive minha atenção despertada para o tema, através do professor Valle Cabral. Eu o fora entrevistar sobre um tema qualquer, do qual já não me recordo, e a conversa voltou-se para a toponímia urbana da cidade. Ele havia participado, em 1952, do II Congresso de História da Bahia, apresentando um trabalho cujo título é "Os Nomes das Ruas Contam História". Voltei muitas vezes à casa dele e lá passamos várias tardes conversando sobre o tema. Ele me indicava outras fontes de pesquisa e me abriu as portas do IGHB, onde conheci historiadores como Luiz Menezes Monteiro da Costa, já falecido, professora Hildegardes Viana, Cid Teixeira e muitos outros.

Todo o trabalho de restauração dos nomes tradicionais teve início com aquela tese do professor Valle Cabral, falecido em 1973. O seu trabalho pioneiro, de onde tomamos emprestado o título para esse livro, foi apresentado em 1952, no II Congresso de História da Bahia. O uso do título, ao qual acrescentamos apenas um *s* na palavra história, constitui-se em uma homenagem àquele pioneiro, cujo nome batiza uma rua no Bairro Itaigara. Com o desprendimento característico dos pesquisadores que acumularam, ao longo do tempo, os muitos segredos do objeto do seu estudo, ele nos honrou com o gasto do seu tempo e diversas tardes de sábado que passamos em sua companhia, na desaparecida propriedade em que residia, na Rua da Paciência, Nº 110, Bairro Rio Vermelho, no local onde hoje funciona a Sociedade Caballeros de Santiago.

O repórter, que pressentia nos nomes das ruas de Salvador um manancial inesgotável de conhecimento histórico, encontrou no professor Valle Cabral a “fonte” perfeita das informações buscadas. E de todos os que nos ajudaram é dele que guardamos as primeiras e, também, melhores lembranças.

No entanto, este trabalho não tomaria a sua forma final sem a colaboração de inúmeras outras pessoas que, compreendendo a importância do tema, se dispuseram a ajudar o autor na sua pesquisa, fornecendo-lhe dados e indicando-lhe fontes de informação. Ainda que correndo o risco de cometer uma injustiça, deixando alguém de fora, tenho por obrigação registrar aqui os nomes de: Ângela Acioli (Conder - pela ajuda na elaboração da Planta B, principalmente) - Ângela Pedreira Sampaio (A Tarde - Microfilmagem) - Célia Maria de Almeida Matos (Biblioteca Central - Obras Raras) - Cid Mascarenhas - Cid Teixeira - Cidelmo Teixeira - Consuelo Pondé de Senna - Cristina Xavier (Conder) - Domingos Leonelli - Érico De Conti Dorea (por refazer as plantas da cidade, em computador) - Fátima dos Santos (Tempostal) - Indaiá Maria da Cunha Magalhães (A Tarde) - Irailma Arouca de Souza (Biblioteca Central - Obras Raras) - Isnard Costa de Souza (ECT- ASCOM) - Ivanete Santos Miranda - João Brandão (Livraria Brandão - Sebo) - Jacy Brito - José Carlos Arruti - José Leonídio Sena (IGHB, In Memoriam) - José Roberto Ribeiro Dias dos Santos (Tempostal) - Jorge Silva (A Tarde) - Jurandira Ferreira Alves (A Tarde) - Felipe Jucá - Lícia Eirado (Biblioteca Central - Obras Raras) - Luiz Carlos Moura Oliveira (A Tarde) - Luiz Menezes Monteiro da Costa (In Memoriam) - Marcelo Antônio Sampaio Lemos Costa (Informática e escaneamento das fotos) - Márcia Souza (CEAO) - Maria Francisca Gouveia Ribeiro (Tempostal) - Máximo Arned (ECT - CEP) - Regina De Conti Dorea (que viu

este trabalho começar, quando começava o nosso namoro) - Ricardo Ribeiro de Carvalho (Informática) - Rubem Oliveira Coelho (A Tarde) - Solange Mattos (CEAO) - Teresa Passos (Biblioteca Central - Documentação Baiana) - Valdir dos Santos Ferreira (A Tarde) - Waldeloir Rêgo - Zélia Timbó Benzeno (A Tarde).

bibliografia

1. Cidade do Salvador - Caminho do Encantamento - Darwin Brandão.
2. Brasil Histórico - Mello Moraes - 1866 - Acervo do IGHB.
3. Nomenclatura Oficial dos Logradouros de Salvador - Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia - Departamento de Geografia e Estatística - Estado da Bahia, 1975.
4. Ladeira da Montanha: onde o concreto é inimigo dele mesmo - Nelson Varón Cadena - Tribuna da Bahia, Edição de 06-01-79, Pág. 09.
5. O mirante e a igreja dos Aflitos - Consuelo Pondé de Senna - A Tarde, Edição de 15-06-96, Pág. 06.
6. Sinal Verde na linha - Odebrecht Informa - Edição Jan/fev 94 - Pág. 8/10.
7. A Bahia, há Noventa Anos - Luís Monteiro da Costa - Série de sete reportagens - O Estado da Bahia (órgão dos Diários Associados) - Publicada entre 21-01 e 04-02-1956.
8. Solar do Ferrão - Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - Coordenação de Planejamento e Pesquisa Social. 1980.
9. As mudanças de ruas e praças de Salvador - Levi Vasconcelos - A Tarde - 16-09-96, Pág. 07.
10. 25 anos atrás do trio elétrico - A Tarde - 09-03-80.
11. 190 anos da Revolução dos Alfaiates - Jafé Borges - A Tarde - 12-08-1988.
12. Itapagipe que eu vivi - Edison de Palma Meirelles.
13. Atrás do trio - Recorte sem indicação da publicação, data ou autor.
14. Osmar Macêdo - Acordes trieletrizados - Revista do Econômico - BIS - Pág. 34/36.
15. Dique do Tororó - Abertura Econômica (CE) - A Tarde - 28-09-79, Pág. 31.
16. CEF quer parceiros para restaurar Casa de Oração - A Tarde, 13-06-1993, Pág. 6.

17. Rua Carlos Gomes vive realidade da decadência - Luís Stephanes - A Tarde, 07-07-1997.
18. Crepúsculo de Fogo, Pilão sem tampa, Irmão sol, Irmã lua, são nomes das novas ruas de Salvador - Teresinha Muricy. A Tarde, 04-11-80.
19. Penha: A Igreja da Coerência. Tribuna da Bahia, 25-11-74. Artigo sem indicação do autor.
20. Monte Serrat pede socorro. André Curvelllo. A Tarde, 19-06-89.
21. De Paripe a Itapuã. Eduardo Diogo Tavares. A Tarde, 18-11-87.
22. Salvador, terra dos sinos mudos. Luís Augusto. Jornal da Bahia, 1^a-06-74.
23. Igrejas da Bahia. Diário de Notícias, 21-3-76.
24. Nos fortes de Salvador conheça um pouco da história do Brasil. Correio da Bahia, 18-04-82.
25. Intervenção para salvar o Paço. Mário Cravo. Tribuna da Bahia, 29-01-73.
26. Os 113 nobres baianos durante o Império. José Augusto. A Tarde, 31/05/71.
27. Poetas, médicos e loucos povoaram o solar centenário. Waldir Freitas Oliveira. A Tarde, 22/06/74.
28. A Praça Castro Alves é do povo, do carnaval e do poeta. Diário de Notícias, 23/08/74.
29. Bahia de todas as ilhas. Symona Gropper. Jornal do Brasil. 08/11/73.
30. Localidades, ruas do Salvador, profissões e faltas cometidas conforme as denúncias e as confissões de 1591-1592 e 1618-1620. Luís Henrique Dias Tavares. Artigo publicado em A Tarde, sem indicação de data.
31. Era assim a Praça da Piedade. Lauro Fontes. A Tarde. 15/11/97.
32. Presença da Literatura Brasileira. Vol. III - Modernismo. Antônio Cândido e J. Aderaldo

- Castello. Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1972.
33. História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador. Affonso Ruy. Editado pela Câmara, em 1953, e reeditado em 1996.
34. Duas Páginas de Nossa História - ENSAIOS - Série Miniatura - Carta de Pero Vaz de Caminha - Regimento de Tomé de Sousa - Regimento dos Provedores - Regimento de Antonio Cardoso. Livraria Progresso. Bahia - Cidade do Salvador, 1954.
35. A Freguesia. Boletim Paroquial da Igreja de Brotas. Publicação mensal e distribuição gratuita, 1924.
36. Extintas Capelas da Cidade do Salvador. Teixeira Barros. Revista do Instituto Histórico e Geográfico, nº 56. 1930.
37. A Restauração da Cidade do Salvador. Thomaz Tamayo de Vargas, 1628. Tradução e Notas Inácio Acioli. Bahia - Tipografia de Apifânio Pedroza. Rua do Pão de Ló, nº 37, 1847.
38. Arqueologia e história. Francisco Borges de Barros, diretor do Museu da Bahia. Impresso nas Oficinas do Estado. Rua da Misericórdia, 1. 1928.
39. Histórias do Velho Tempo da Cidade. Folhetos avulsos, em papel pergaminho. Sem indicação de ano ou autor.
40. Planta da Cidade de Salvador. Organizada pelo Engenheiro Adolfo Morales de Los Rios, Aprovada pelo Intendente Dr. José Luís de Almeida Couto e pelo Engenheiro Municipal, Dr. A. F. Maia Bittencourt. Editada por Ramon Alagron. Litografia da Companhia de Loterias Nacionais - Sapopemba. 1894.
41. Planta da Parte Baixa da Cidade do Salvador. Área que pertenceu aos Jesuítas. Livro do Tombo da Santa Casa de Misericórdia. Bahia. Reprodução xerográfica, escaneada e formatada em computador

- por Érico De Conti Dorea.
42. Reportagens publicadas no jornal "Estado da Bahia", matutino dos Diários e Emissoras Associados, entre 21/01/56 e 04/02/56. Luiz Monteiro da Costa, historiador e jornalista, baseado no trabalho de Melo Moraes, pai.
43. Brasil Histórico. Melo Moraes, pai. 1866.
44. Tombamento dos Bens Imóveis da Santa Casa da Misericórdia da Bahia em 1862. Organizado sendo escrivão e depois provedor o irmão Manoel José de Figueiredo Leite, e dividido em três partes: 1 - Edifícios da capela e administração. Recolhimento novo, hospital, cemitério e Asilo dos Expostos; 2 - Propriedades que se alugam; 3 - Terras Aforadas e Arrendadas. Por Antônio Joaquim Damázio, contador da mesma Casa. Bahia. Tipografia de Camillo de Lellis Masson & C. Rua de Santa Bárbara, Nº 2. 1862.
45. Dicionário Geográfico e Histórico da Bahia. Organizado pelo diretor do Arquivo Público e Museu do Estado, Bacharel Francisco Borges de Barros, auxiliado pelos professores Deodoro Reis e Plínio dos Santos Passos. Bahia. Imprensa Oficial. 1923.
46. Tradições Bahianas. João da Silva Campos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico, Nº 56. 1930.
47. Memórias e Políticas da Província da Bahia. Ignácio Accioly, notas de Braz do Amaral.
48. A Comunicação Social na Revolução dos Alfiates. Florisvaldo Mattos.
49. O décimo ano de um teatro (ainda) sem paletó e gravata. Symona Gropper. Jornal do Brasil, Caderno B. 31/07/74.
50. Lembranças do Hospício. Thales de Azevedo. A Tarde. 11/11/94.
51. O tupi na geografia nacional. Teodoro Sampaio.
52. Cartas de Vilhena. A Bahia no Século XVIII. Três

- volumes. Editora Itapuã. Coleção Baiana. 1969.
53. Bahia Cívica e Religiosa. Silvio Bocanera Júnior.
54. Muralha da Montanha. A descendência do Marechal Francisco Pedreira de Aguiar. Arnaldo Wildberger. Revista do Instituto Histórico da Bahia.
55. A Muralha da Conceição, Cid Teixeira. Revista do Centro Industrial de Aratu.
56. A Cidade de Thomé de Sousa. Aspectos quinhentistas. Alberto Silva.
57. A primeira cidade do Brasil. Alberto Silva.
58. Memorial de um folclore esquecido. Luiz Eduardo Dorea. Texto inédito.
59. A Bala de Ouro - Tiro (editorial) certo. Luís Guilherme. A Tarde. 24/04/98.
60. Os nomes das ruas contam história. Valle Cabral. Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Nº 77. Pág. 485-490. 1952. Trabalho apresentado no II Congresso de História da Bahia.
61. Bahia Imagens da Terra e do Povo. Odorico Tavares.
62. Na Bahia colonial. Luís Monteiro da Costa.
63. Cidade do Salvador, visão quadricentenária. Luís Monteiro da Costa.
64. O Centro da Cidade do Salvador. Milton Santos.
65. Estudos de Geografia da Bahia. J. Tricart e Milton Santos.
66. A Cidade do Salvador. Alberto Silva.
67. A Bahia de Outrora. Manoel Querino.
68. O Tupi na Geografia Nacional. Theodoro Sampaio. 3^a Edição - Correcta e augmentada. Seção Graphica da Escola de Aprendizes de Artífices - Bahia - 1981 (Biblioteca Central do Estado).
70. História da Fundação da Cidade do Salvador. Theodoro Sampaio. Obra póstuma. Tipografia Beneditina, Bahia, 1949.
71. A Abertura dos Portos do Brasil - Cairu e os

- Inglês. Pinto de Aguiar. Livraria Progresso Editora. Coleção de Estudos Brasileiros. Série Marajoara. Vol. 30. Edição conjunta com a Câmara Municipal da Cidade do Salvador. 1960.
72. A locomoção da cidade através dos tempos - Palestra realizada no ICHBA. 23-01-38, por Carlos Alberto de Carvalho. Plano Inclinado Gonçalves e Charriot.
73. Convento do Desterro. Marieta Alves. Fotos: Adriano Messeder. Pequeno Guia das Igrejas da Bahia. Volume V. Tipografia Beneditina. 1950.
74. Cidade da Bahia. Thales de Azevedo. A Tarde Cultural. 4-12-93.
75. Soteramadapólis. Diversos autores. A Tarde Cultural. 30-03-96.
76. O Dia em que Tomé de Sousa voltou a Salvador. Antônio Robespierre L. dos Santos. A Tarde. 29-03-85.
77. A demolição da antiga Sé. Luiz Roberto Dantas. A Tarde. 9-4-95.
78. A nova fachada do antigo Lazareto de São Lázaro. Nelson Varón Cadena. Tribuna da Bahia. 05-09-78.
79. Realidade Urbana. Adinoel Motta Maia. A Tarde. 1º-09-91.
80. Como se conta a demolição da Igreja da Sé. José Augusto Berbert. A Tarde. 19-09-82.
81. Remanescentes da Sé da Bahia. Fernando da Rocha Peres. UFBa. 29-04-76.
82. Roteiro Turístico da Cidade do Salvador. PMS. 1952.
83. Pequeno Guia das Igrejas da Bahia. Igreja do Bonfim. 1951.
84. Guia da Bahia - Informações turísticas. 1953-54. Editor: A. Marques Porto.
85. Pequeno Guia das Igrejas da Bahia. Igreja do Santíssimo Sacramento e Santana. 1952.
86. Aspectos do Dois de Julho. 150 anos de Independência na Bahia. Coletânea. Secretaria de Educação e Cultura. 1973.
87. Companhia Docas da Bahia. Publicação dos 50 anos (1913-1963).
88. Cidade do Salvador - Terra do meu coração. Weldon Americano da Costa. 1956.
89. Souvenir da Bahia. Vasconcelos Maia. Editora Globo. 1963. Edição em inglês.
90. História da Independência na Bahia. Braz do Amaral. Livraria Progresso Editora. 1957.
91. Diário da Armada da Independência. Frei Manoel Moreira da Paixão e Dores. Livraria Progresso Editora. 1957.
92. História do teatro na Bahia. Séculos XVI - XX. Affonso Ruy. UFBa. 1959.
93. História do Brasil. Helio Vianna. Edições Melhoramentos. 2 Vol. 1963.
94. O eterno namorado da Bahia. Paulo Leite Nascimento. Editora Globo. 1966.
95. A contribuição judaica à independência do Brasil. Jaime Sapolnik. Edições Convergência. 3ª Edição. 1974.
96. Caymmi: Uma utopia de lugar. Antônio Risério. Editora Perspectiva. 1993.
97. Solene Novena do Senhor Bom Jesus do Bonfim. Publicação da Irmandade. 1995.
98. Novena do Senhor do Bonfim. Publicação da irmandade. 1986.
99. Cartilha Histórica da Bahia. Editora Cívica. 1969.
100. Antologia Nacional. Fausto Barret e Carlos De Laet. Livraria Francisco Alves. 1958.
101. A Grande Salvador - Posse e Uso da Terra. Diversos autores. 1978.
102. Três histórias verdadeiras. Antônio Figueiredo. Livraria Progresso Editora. 1957.

103. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. Gabriel Soares de Sousa. Brasileira. 4ª. Edição. 1971.
104. Salvador 1971. Visual Programação e Publicidade.
105. Comunidade do Maciel. Carlos G. D'Andrea Espinheira. IPAC. 1971.
106. Fortificações da Bahia. J. da Silva Campos. Ministério da Educação e Saúde. 1940.
107. Inventário de Proteção do Acervo Cultural (IPAC - Bahia). Vol. I. 1975.
108. Resumo cronológico e noticioso da Província da Bahia desde o seu descobrimento em 1500. José Álvares do Amaral. Revista do IGHB. Nº 47.
109. Cartas do Brasil. Padre Manuel da Nóbrega - Oficina Industrial Gráfica, RJ. 1931.
110. Formação e evolução étnica da Cidade do Salvador. Carlos Ott. PMS. 1957.
111. A Bahia de Outrora. Manuel Querino. Livraria Progresso Editora. 1964.
112. Bahia de Todos os Santos. Jorge Amado. Editora Record. 27ª Edição. 1978.
113. A Cidade do Salvador. Edison Carneiro. Coleção Rex. Edição Organização Simões. RJ, 1954.
114. Três Estudos de História. Alberto Silva. Livraria Progresso Editora. 1955.
115. Festas e tradições populares da Bahia. Melo Moais, filho, Anotações de Câmara Cascudo. Coleção Brasileira de Ouro. 1967
116. O Nome das Ruas. Felipe Jucá. A Tarde. 19-04-95.
117. O Nome das Ruas. Afrânio Peixoto. Ensaio. In: Miçangas.
118. O que há por trás dos nomes das ruas. Roberto Pompeu de Toledo. Ensaio. Veja. 06-08-97.
119. Salvador - O Milagre Postal. Veja (sem data).
120. Nomenclatura Oficial dos Logradouros de Salvador. Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia - Departamento de Geografia e Estatística. 1975.
121. O tupi na Geografia Nacional. Teodoro Sampaio. 3ª. edição. Seção Gráfica da Escola de Aprendizes de Artífices - Bahia. 1928.
122. História da Fundação da Cidade do Salvador. Teodoro Sampaio. Obra Póstuma. Tipografia Beneditina. Bahia. 1949.
123. Orixás. Pierre Verger. Ogum no novo mundo, Pág. 99. Editora Currupio. Salvador, 1981.
124. Iconografia dos deuses africanos no candomblé da Bahia. Jorge Amado. Pierre Verger. Waldeloir Rego. Ilustrações: Carybé. Fundação Cultural do Estado da Bahia. Instituto Nacional do Livro. UFBa. SP, Dezembro 1980.
125. Evolução das artes plásticas nas Igrejas do Bonfim, Boqueirão e Saúde. Carlos Ott. Bahia, 1979. Biblioteca Pública do Estado da Bahia.
126. Presença da Literatura Brasileira - I Das Origens ao romantismo - Antônio Cândido e J. Aderaldo Castello. Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1968.
127. Bahia - Velhas Fotografias - 1858-1900 - Gilberto Ferrez, Kosmos Editora - Salvador - Banco da Bahia Investimentos S.A. 1988.



Cidadania
pra **valer**

45 *anos*

NOSSA HISTÓRIA É A HISTÓRIA



Endereço:

*Câmara Municipal de Salvador - Praça Tomé de Sousa, s/n
CEP: 40020-010 - Salvador - BA - E-mail: cms@cms.ba.gov.br*

Projeto Editorial: Luiz Eduardo Dórea

Direção de Arte: Márcio Viana

Textos: Luiz Eduardo Dórea

Revisão: Ana Lúcia Pereira

Fotos: Museu Temporal - Fundação Cultural do Estado da Bahia

Agência: Engenhonovo Publicidade

*Realização: Câmara Municipal de Salvador
Ano 1999 - 450 anos*